



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Teologia

Mestrado em Ciências Religiosas

Especialização em Ensino de Educação Moral e Religião Católica

ANTÓNIO AUGUSTO GOMES DA SILVA

**Fundamentação neotestamentária
da Unidade Letiva “A Liberdade”**

Análise da UL 3 do 8.º ano do Ensino Básico

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:**

Prof. Doutor José Carlos Silva Carvalho

Porto

2020

RESUMO

Este trabalho, no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, Especialização em Ensino de Educação Moral e Religião Católica, consiste numa reflexão que tem por base a proposta da 3.^a Unidade Letiva do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica de 2014, para o 8.^o ano, “A liberdade”.

Nesta reflexão, procuraremos mostrar que quer os conteúdos, quer os recursos bíblicos propostos, particularmente os do Novo Testamento, ficam aquém da perspetiva cristã de liberdade, focando-se sobretudo numa visão da liberdade mais centrada nos condicionamentos à mesma (liberdade de), do que naquilo que a liberdade é em si, no sentido da opção humana (liberdade para).

Urge uma nova fundamentação bíblica da unidade letiva – que, necessariamente, implica novos conteúdos, ou uma reformulação dos mesmos – ajustada à perspetiva cristã de liberdade e adequada à situação vital dos alunos própria do seu nível de escolaridade e faixa etária.

ABSTRACT

This thesis, within the scope of Master Degree in Religious Sciences, Specialization in Catholic Moral and Religious Education, targets a reflection based on the proposal of the 3rd Teaching Unit of the Program of Catholic Moral and Religious Education of 2014, for the 8th grade, called “Freedom”.

This reflection intended to show that both the program contents and the bible resources proposed, namely those of the New Testament, fall short on the Christian perspective of freedom, focusing primarily on a vision of freedom centered on its conditionings (freedom of), than on what freedom itself means, in terms of the human choice (freedom for).

There is an urgent need of a new biblical foundation of the teaching unit – that, necessarily, implies new contents, or a reformulation of them – adjusted to the Christian perspective of freedom and that should be adapted to the vital situation of the students according to their educational level and to their age group.

ÍNDICE

RESUMO.....	2
ABSTRACT	2
ÍNDICE.....	3
SIGLÁRIO	6
INTRODUÇÃO	8
1. CARACTERIZAÇÃO DA TURMA.....	10
<i>1.1. Lista de alunos</i>	<i>10</i>
<i>1.2. Caracterização sócio-económico-cultural.....</i>	<i>11</i>
<i>1.3. Sexo e Idade</i>	<i>13</i>
<i>1.4. Residência dos alunos.....</i>	<i>13</i>
<i>1.5. Agregado Familiar.....</i>	<i>14</i>
<i>1.6. Situação escolar</i>	<i>15</i>
2. O CONCEITO DE LIBERDADE	16
<i>2.1. Dimensões do conceito filosófico de liberdade</i>	<i>16</i>
2.1.1. A liberdade de restrições, limitações ou coação	16
2.1.2. A liberdade de escolha.....	17
2.1.3. A liberdade para o bem.....	18
2.1.4. A liberdade transcendental – opção fundamental.....	18
<i>2.2. A liberdade na antropologia cristã.....</i>	<i>20</i>
2.2.1. A liberdade como dom de Deus.....	20
2.2.2. A «liberdade na glória dos filhos de Deus».....	22
2.2.3. A liberdade, o amor e a lei de Cristo	23
2.2.4. Liberdade cristã, filiação divina e verdade	24
3. A LIBERDADE NO PROGRAMA DE EMRC.....	26
<i>3.1. Análise dos esquemas propostos pelos Programas, adequação e pertinência pedagógica.....</i>	<i>26</i>

3.2. <i>Análise às metas curriculares e objetivos definidos para a UL da liberdade no PEMRC de 2014</i>	28
3.3. <i>Análise às aprendizagens essenciais definidas para a UL da liberdade</i>	37
3.4. <i>Análise à estrutura temática nos PEMRC de 2007 e 2014 e das AE de 2018</i> ..	43
3.5. <i>O conceito de liberdade proposto na UL 3 para o 8.ºano no PEMRC de 2014</i> .	48
4. FUNDAMENTAÇÃO NEOTESTAMENTÁRIA DA UL DA LIBERDADE	51
4.1. <i>Lc 15, 11-24</i>	51
4.1.1. O contexto.....	52
4.1.2. O cenário (Lc 15, 1-2)	53
4.1.3. Comentário a Lc 15, 11-32	53
4.1.4. Síntese.....	62
4.2. <i>Rm 6, 22-23</i>	62
4.2.1. O contexto de Rm 6, 15-23.....	64
4.2.2. Comentário a Rm 6, 15-23.....	66
4.2.3. Síntese.....	72
4.3. <i>Mt 6, 19-34</i>	72
4.3.1. O contexto de Mt 6, 19-34.....	73
4.3.2. Comentário a Mt 6, 19-34.....	73
4.3.3. Síntese.....	79
4.4. <i>1Cor 10, 23-24</i>	80
4.4.1. O contexto de 1Cor 10, 23-24.....	81
4.4.2. Comentário a 1Cor 10, 23-24	82
4.4.3. Síntese.....	83
4.5. <i>Uma proposta</i>	83
CONCLUSÃO	86
BIBLIOGRAFIA	88

Muito quero, bem vês.

*Quero tudo talvez:
a obscuridade de cada infinita caída
e o jogo tremeluzente de cada subida.*

*Tantos há que vivem sem nada querer,
sendo servidos pelo seu ligeiro entender
com sentimentos alisados.*

*Mas tu não deixas de por cada rosto te embevecer,
dos que servem sem serem saciados.*

*Alegras-te com todos os que de ti querem precisar
como de um instrumento.*

*Mas ainda não arrefecestes, não é tardio o momento,
para nas tuas profundezas em devir mergulhar,
onde a vida serenamente se está a revelar¹.*

¹ RILKE, Rainer Maria, *O livro de Horas*, Porto: Assírio & Alvim, 2020, p. 57.

SIGLÁRIO

1Cor	Primeira Carta aos Coríntios
1Rs	Primeiro livro dos Reis
1Sm	Primeiro livro de Samuel
1Ts	Primeira Carta aos Tessalonicenses
2Sm	Segundo livro de Samuel
2Mac	Segundo livro dos Macabeus
3Jo	Terceira Carta de São João
Act	Atos dos Apóstolos
AE	Aprendizagens Essenciais
AT	Antigo Testamento
CDF	Congregação para a Doutrina da Fé
CEEC	Comissão Episcopal da Educação Cristã
CEP	Conferência Episcopal Portuguesa
CIC	Catecismo da Igreja Católica
Col	Carta aos Colossenses
CPJP	Conselho Pontifício Justiça e Paz
DGE	Direção-Geral da Educação
Dn	Daniel
Dt	Deuteronómio
DV	Constituição Dogmática Dei Verbum
Ef	Carta aos Efésios
EMRC	Educação Moral e Religiosa Católica
Ex	Êxodo
Ez	Ezequiel
F1	Carta aos Filipenses
Gl	Carta de São Paulo aos Gálatas
Gn	Génesis
GS	Constituição Pastoral Gaudium et Spes
Heb	Carta aos Hebreus
Jb	Job
Jdt	Judite
Jo	Evangelho segundo São João
Jr	Jeremias

Js	Josué
Jz	Juízes
Lc	Evangelho segundo São Lucas
ME	Ministério da Educação
MEC	Ministério da Educação e Ciência
Mc	Evangelho segundo São Marcos
Mt	Evangelho segundo São Mateus
NT	Novo Testamento
PASEO	Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
PEMRC	Programa de Educação Moral e Religiosa Católica
Rm	Carta aos Romanos
SE	Sagrada Escritura
Sir	Ben-sirá
SNEC	Secretariado Nacional da Educação Cristã
Tb	Tobite
Tg	Carta de São Tiago
UL	Unidade Letiva
VS	Encíclica “Veritatis Splendor”
v	Versículo
vv	Versículos

INTRODUÇÃO

Uma disciplina chamada “Educação Moral e Religiosa Católica”, só pelo facto de se afirmar moral, já pressupõe a liberdade humana. Sem liberdade não existe ação moral, nem juízo moral. Sem a possibilidade de decidirmos livremente entre bem e mal, não seria possível imputar nenhuma responsabilidade pelo que não faria sentido uma avaliação moral do nosso comportamento. Por aqui, já se constata a importância da temática da liberdade no contexto da disciplina de EMRC.

O PEMRC reconhece esta importância e coloca a temática da liberdade num lugar central do 3.º ciclo do ensino básico. A questão que se coloca é qual o conceito de liberdade que o PEMRC transmite? Será uma perspectiva da liberdade fundada na revelação bíblica e no magistério da Igreja, que aponta um sentido para a liberdade, que não vê a liberdade como fim, mas como meio para a plena realização pessoal que culmina no amor, da qual Jesus Cristo, em particular na sua paixão, morte e ressurreição, é o expoente absoluto, ou será uma perspectiva que vai ao encontro do que na atualidade se identifica com a mera liberdade de escolha, centrada na eliminação dos condicionalismos, reduzindo a liberdade ao livre arbítrio? Este é o desafio a que nos propomos no presente trabalho.

Para isso, depois de uma caracterização da turma com quem realizamos a prática de ensino supervisionada, procuraremos uma fundamentação para o conceito de liberdade nos conceitos filosóficos da mesma, mas sobretudo na visão que a antropologia cristã, fundada na SE, nos aporta. Com essa fundamentação partiremos à análise da adequação e pertinência pedagógica da UL sobre a liberdade do PEMRC de 2014, bem como das metas curriculares, objetivos, AE definidos para a mesma, culminando numa abordagem à estrutura temática dos PEMRC de 2007 e 2014 e das AE de 2018 e ao conceito de liberdade proposto pelo PEMRC de 2014. Nestes três primeiros pontos seguimos o método hermenêutico-existencial.

Posteriormente a esta análise, seguindo o método bíblico-teológico, procuraremos realizar um estudo sobre os textos indicados no PEMRC de 2014 para fundamentação neotestamentária, analisando se são, de facto textos apropriados para o que se pretende ou se não se estará a desvirtuar o sentido dos mesmos de modo a procurar justificação para os conteúdos selecionados.

É de suma importância referir que o presente trabalho não procura de forma alguma uma crítica ao trabalho realizado até ao momento pelas pessoas designadas pelo SNEC para a tarefa de elaboração do PEMRC. O que aqui pretendemos é, mediante uma

reflexão académica, aportar um possível contributo para um caminho conjunto, contínuo e inacabado. Aliás, este trabalho apresenta-se não com soluções definitivas, mas com a intenção de ser um convite a uma reflexão cada vez mais assertiva e elaborada na procura de uma EMRC que se assuma sempre e cada vez mais como um valioso contributo para a formação da personalidade ajudando “a amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida” e mostrando que “o Evangelho de Cristo oferece uma verdadeira e plena resposta, cuja fecundidade inexaurível se manifesta nos valores de fé e de humanidade”².

² CEP, *EMRC Um valioso contributo para a formação da personalidade*, n.º 6.

1. CARACTERIZAÇÃO DA TURMA

A turma em que realizamos a prática do ensino supervisionada integra o terceiro ciclo do ensino básico do Colégio São Gonçalo de Amarante, colégio da Diocese do Porto, com uma carga horária de 90 minutos semanais para a disciplina de EMRC.

1.1. Lista de alunos

Ano Letivo 2010-2011		Colégio São Gonçalo	Turma 8º E
Nº	Nome		Idade
1	Ana Bárbara Costa Pereira		13
2	Ana Isabel Neri Marinho Gonçalves		13
3	Ana Rafaela Vaz Fernandes		13
4	Ana Rita Silva Matos		15
5	Carla Cristina Mendes Pereira Barros		13
6	Carolina Carvalho de Araújo		13
7	Catarina Machado Costa		13
8	Diana Raquel Araújo dos Reis		13
9	Emanuel da Cunha Esteves		13
10	Fábio Manuel Peixoto Pereira		13
11	Hugo Filipe Pereira Magalhães		12
12	Joana Maria Teixeira Marinho Martins		13
13	João Manuel Ferreira Ribeiro		13
14	Joaquim Carlos Oliveira de Matos Freitas Silveira		13
15	José Miguel Monteiro Alves		13
16	José Orlando Dinis Mesquita Basto		13
17	José Pedro Moniz Ferreira de Carvalho		13
18	José Ricardo Assis Barbosa Coelho		13
19	Luís Miguel Torres Machado		13
20	Maria Margarida de Vasconcelos Pereira Soares		13
21	Miguel Ângelo Marinho Teixeira		12
22	Paulo Tiago Mendes Pinto		13
23	Ricardo Miguel Magalhães Pinheiro		13
24	Susana Isabel Ferreira Meireles		13
25	Vítor Emanuel Moura Pereira		13

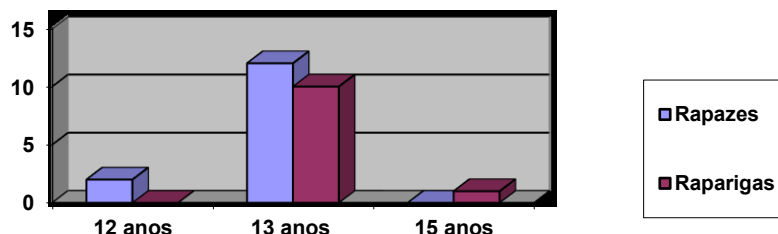
1.2. Caracterização sócio-económico-cultural

Nº	Nome	Idade	Pai			Mãe			Morada	Nº irmãos	Com quem vive	Enc. Educ
			Idade	Habil	Profissão	Idade	Habil	Profissão				
1	Ana Bárbara Costa Pereira	13	43	12º	Vendedor de automóveis	41	Licenc	Psicóloga	Fregim	1	Pais e irmão	Mãe
2	Ana Isabel Neri Marinho Gonçalves	13	?	?	?	33	Licenc	Engenheira Agrícola	Lufrei	0	Mãe	Mãe
3	Ana Rafaela Vaz Fernandes	13	33	9º	Empregado de Armazém	31	12º	Diretora de Bazar	Gatão	1	Pais e irmão	Mãe
4	Ana Rita Silva Matos	15	50	4º	Talhante	43	9º	Caixa em supermercado	Penafiel	2	Pais e irmãos	Mãe
5	Carla Cristina Mendes Pereira Barros	13	48	12º	Empresário	42	12º	Empresária	Freamunde	1	Pais e irmão	Mãe
6	Carolina Carvalho de Araújo	13	45	12º	Gerente Imobiliário	46	Licenc	Professora	S. Gonçalo	0	Pais	Mãe
7	Catarina Machado Costa	13	42	4º	Enc. de Construção Civil	41	9º	Cozinheira	Vila Chã do Marão	1	Pais e irmã	Mãe
8	Diana Raquel Araújo dos Reis	13	46	4º	Serralheiro	38	12º	Emp. de escritório	Caíde de Rei	1	Pais	Mãe
9	Emanuel da Cunha Esteves	13	42	9º	Gruísta	42	9º	Doméstica	Gatão	2	Pais e irmãos	Mãe
10	Fábio Manuel Peixoto Pereira	13	40	4º	Empregado fabril	36	9º	Doméstica	Telões	1	Pais e irmão	Mãe
11	Hugo Filipe Pereira Magalhães	12	36	Licenc	Técnico de prótese dentária	36	Licenc	Dentista	Madalena	1	Pais, Avós e irmão	Pai
12	Joana Maria Teixeira Marinho Martins	13	54	Licenc	Professor	54	Licenc	Registo Predial	Lufrei	1	Pais e irmã	Mãe
13	João Manuel Ferreira Ribeiro	13	42	9º	Operador de Armazém	43	9º	Funcionária no Colégio	Lufrei	1	Pais e irmã	Mãe
14	Joaquim Carlos O. de Matos Freitas Silveira	13	49	9º	Carpinteiro	47	12º	Vendedora	Fregim	2	Pais, avós e irmãs	Mãe
15	José Miguel Monteiro Alves	13	40	Licenc	Bancário	39	Licenc	Bancária	Cepelos	1	Pais e irmão	Pai
16	José Orlando Dinis Mesquita Basto	13	44	Licenc	Professor	40	Licenc	Engenheira	Campo Vilar de Sanche	1	Pais e irmão	Mãe
17	José Pedro Moniz Ferreira de Carvalho	13	34	12º	Comand. Marinha Mercante	38	Licenc	Assistente Social	Cristelos	1	Pais e irmão	Mãe
18	José Ricardo Assis Barbosa Coelho	13	44	Licenc	Bancário	46	Licenc	Economista	Penafiel	2	Pais e irmãos	Mãe
19	Luís Miguel Torres Machado	13	45	12º	Industrial	35	9º	Doméstica	S. Gonçalo	1	Pais e irmãos	Mãe
20	Maria Margarida de Vasconc. Pereira Soares	13	52	12º	Empresário	53	Licenc	Ortopedista	Marco de Canavezes	1	Mãe e irmão	Mãe
21	Miguel Ângelo Marinho Teixeira	12	34	?	?	28	12º	Auxiliar de Educação	Fridão	1	Pais e irmão	Mãe
22	Paulo Tiago Mendes Pinto	13	45	Licenc	Controlador de qualidade	35	12º	Administradora	Lufrei	1	Pais e irmão	Mãe
23	Ricardo Miguel Magalhães Pinheiro	13	45	9º	Comerciante	36	Licenc	Contabilista	S. Gonçalo	1	Pais e irmão	Mãe
24	Susana Isabel Ferreira Meireles	13	?	4º	Desempregado	(Falecida)			Lousada	0	Tios e primo	Tia
25	Vítor Emanuel Moura Pereira	13	38	12º	Técnico de Telecomunicações	37	9º	Gerente de loja	S. Gonçalo	1	Pais, irmão e avó	Mãe

Nº	Nome	Retenções	Níveis negativos	Disciplinas preferidas	Disciplinas c/ + dificuldade	Tempo diário de estudo	Atividades dos tempos livres	Profissão desejada
1	Ana Bárbara Costa Pereira	0		Ciências Físico-químicas		1h30 a 2 horas	Dançar	Médica
2	Ana Isabel Neri Marinho Gonçalves	0		Inglês		1 hora	Dançar e cantar	Atriz
3	Ana Rafaela Vaz Fernandes	0		Matemática	Inglês	1 hora	Jogar Playstation	Contabilista
4	Ana Rita Silva Matos	2º e 7º	L. Portuguesa e C.F.Q	Educação Visual	Língua Portuguesa	1 hora a 1h30	Música	Educadora
5	Carla Cristina Mendes Pereira Barros	0		Inglês		2 horas	Jogar Voleibol	Professora
6	Carolina Carvalho de Araújo	0		Matemática e Ed. Física		1 a 2 horas	Dançar e ler	Médica
7	Catarina Machado Costa	0		História	Matemática	2 horas	Ver televisão	Enfermeira
8	Diana Raquel Araújo dos Reis	0		Educação visual	Matemática	2 horas	Jogar computador	Arquiteta
9	Emanuel da Cunha Esteves	0	L. Portuguesa	Educação Física	Língua Portuguesa	30 minutos	Jogar futebol	Engen. Mecânico
10	Fábio Manuel Peixoto Pereira	0	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	1h30	Jogar futebol	Engenheiro
11	Hugo Filipe Pereira Magalhães	0		Geografia	Espanhol	1 hora	Natação	Cirurgião plástico
12	Joana Maria Teixeira Marinho Martins	0	L. Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	1 hora	Ouvir música	Turista
13	João Manuel Ferreira Ribeiro	0	Espanhol e Matemática	Educação Física	Espanhol e Matemática	1h30	Andar de Bicicleta	Bancário
14	Joaquim Carlos O. de Matos Freitas Silveira	0		Geografia e C. Físico-químicas	Língua Portuguesa	1h30 a 2 horas	Jogar futebol e Playstation	Empresário
15	José Miguel Monteiro Alves	0		Ciências Físico-químicas	Matemática	2 horas	Jogar futebol	Manequim
16	José Orlando Dinis Mesquita Basto	0		Matemática	Língua Portuguesa	1 hora	Jogar Playstation	Professor
17	José Pedro Moniz Ferreira de Carvalho	0		Educação Física	Ciências Naturais	1 hora	Jogar futebol	Comediante
18	José Ricardo Assis Barbosa Coelho	0		Espanhol	Ciências Naturais	1 hora	Jogar futebol	Piloto
19	Luís Miguel Torres Machado	0	L. Portuguesa e História	Educação Física e Matemática	História	1 hora	Escuteiros, Jogar futebol	Arqueólogo
20	Maria Margarida de Vasc. Pereira Soares	0		Inglês	Matemática	1 a 2 horas	Cinema	Atriz
21	Miguel Ângelo Marinho Teixeira	0	História	Matemática	História	1h30	Jogar Playstation	Professor de E.F.
22	Paulo Tiago Mendes Pinto	0	L. Portuguesa e História	Educação Física	História	2 horas	Jogar futebol	Futebolista
23	Ricardo Miguel Magalhães Pinheiro	0	Inglês e História	Educação tecnológica	Inglês	1 hora	Jogar futebol	Futebolista
24	Susana Isabel Ferreira Meireles	0		Língua Portuguesa	Matemática	2 horas	Computador	Bióloga
25	Vítor Emanuel Moura Pereira	0	Matemática	Educação Física	Matemática	2 horas	Jogar futebol	Futebolista

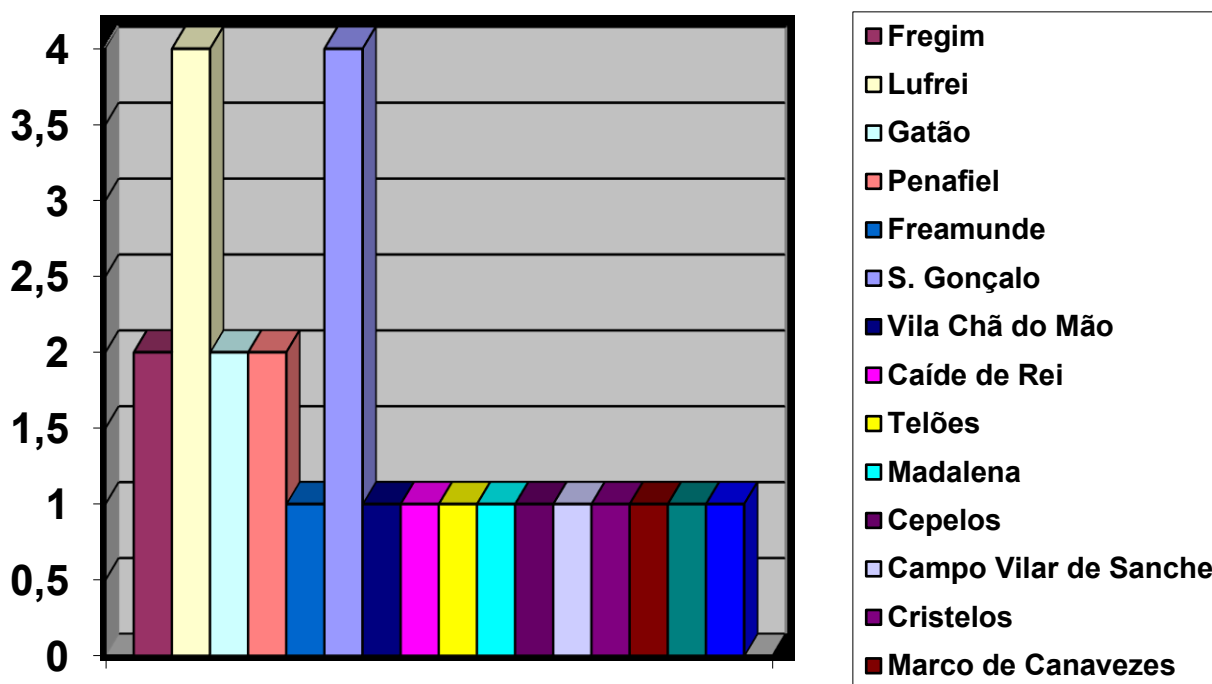
1.3. Sexo e Idade

A turma do 8.º E é constituída por 25 alunos – 14 rapazes e 11 raparigas –, sendo que todos, há dois alunos com 12 anos de idade, uma aluna com 15 anos, e os restantes com 13 anos de idade.



1.4. Residência dos alunos

A maioria dos alunos reside em freguesias próximas ao Colégio o que implica que o percurso entre a escola e as suas casas seja relativamente curto.



Localidade	Nº de alunos
Fregim	2
Lufrei	4
Gatão	2
Penafiel	2
Freamunde	1

S. Gonçalo	4
Vila Chã do Marão	1
Caíde de Rei	1
Telões	1
Madalena	1
Cepelos	1
Campo Vilar de Sanche	1
Cristelos	1
Marco de Canavezes	1
Fridão	1
Lousada	1

1.5. Agregado Familiar

A maioria dos alunos são provenientes de famílias economicamente estáveis. Relativamente às habilitações académicas dos pais, maioritariamente, correspondem às mínimas obrigatórias. Poucos progenitores estão desempregados. Quase todos os alunos vivem com os pais. Uma aluna vive com os tios pelo facto de a mãe ter falecido, e dois alunos vivem apenas com a mãe. A maioria dos alunos tem irmãos, apenas três não têm.

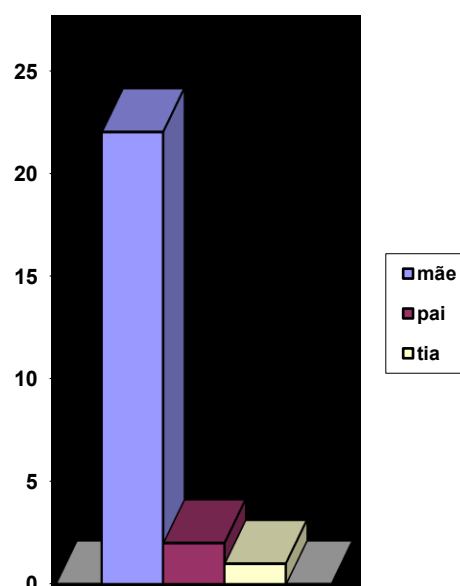
Número de irmãos

Nº de irmãos ⇨	0	1	2
Nº de alunos ⇨	3	18	4

Familiars com quem vive

Pais e irmão(s)	18
Pais	2
Pai, irmão(s) e avó	3
Mãe	1
Tios e primo	1

Parentesco do Encarregado de educação



1.6. Situação escolar

Apenas uma aluna apresenta retenções. No tocante às disciplinas favoritas destacam-se as disciplinas de Matemática e Educação Física. As disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e História são consideradas as mais difíceis.

Retenções:

Sem retenções	Duas retenções
24	1

Alunos que transitaram de ano com níveis inferiores a 3:

Nº	Nome	1 nível 2	2 níveis 2
4	Ana Rita Matos		L. Portuguesa e Ciências Físico-químicas
9	Emanuel Esteves	L. Portuguesa	
10	Fábio Pereira	Matemática	
12	Joana Martins	L. Portuguesa	
13	João Ribeiro		Espanhol e Matemática
19	Luís Machado		L. Portuguesa e História
21	Miguel Teixeira	História	
22	Paulo Pinto		L. Portuguesa e História
23	Ricardo Pinheiro		Inglês e História
25	Vítor Pereira	Matemática	

Alunos do Ensino Especial:

A turma não tem alunos com necessidades educativas especiais.

2. O CONCEITO DE LIBERDADE³

Procuraremos aqui explicitar o conceito de liberdade quer nas dimensões do seu conceito filosófico, quer na perspectiva da antropologia cristã, de forma a podermos fundamentar a reflexão que se segue nas outras partes, especialmente, a fundamentação neotestamentária da UL da liberdade.

2.1. *Dimensões do conceito filosófico de liberdade*

“A liberdade humana é uma realidade tão profunda, poliédrica e, em certo sentido, misteriosa, que bem se pode entender que tenha sido, seja ainda, e provavelmente será sempre para o ser humano, um dos principais objetos da sua reflexão”⁴.

Quando se pensa em liberdade pode-se considerar especialmente três significados: a ausência de restrições, limitações ou coação; a liberdade de escolha (capacidade de escolher autonomamente); a condição da pessoa que se alcança através da escolha e que representa *uma qualidade de ordem genuinamente ética*. Nestes três significados podemos agrupar as principais ideias relativas ao conceito de liberdade⁵.

2.1.1. *A liberdade de restrições, limitações ou coação*

Este nível da liberdade corresponde à condição da pessoa que não está obrigada ou impedida no seu agir por agentes externos. Não têm esta liberdade o escravo, o prisioneiro e aqueles a quem uma lei ou a força externa impede de se expressar ou fazer o que querem. É uma liberdade que se refere, mormente, à possibilidade de realizar externamente o que decidiu fazer, ainda que possa também referir-se à vontade quando está diretamente submetida a uma coação do exterior⁶. É a, comumente, denominada “*liberdade de*” ou “*liberdade menor*”.

Apesar da noção de liberdade social e escravidão nas culturas pré-gregas do Mediterrâneo e do antigo Oriente, fora da Grécia não existia o conceito de liberdade política nem o conceito ético-filosófico ou psicológico de liberdade. A inclinação do homem grego a poder dispor de si mesmo fez com que se convertesse a liberdade num ideal de vida. A tensão entre ἐλευθερία (liberdade) e νόμος (lei) conduziu a uma reflexão

³ Seguiremos aqui de perto COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, pp. 269-289.

⁴ COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 270.

⁵ Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 270.

⁶ Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 271.

sobre a liberdade⁷. O conceito de liberdade vai assim aproximar-se mais do conceito de pertença à πόλις. “Ἐλεύθερος designa originalmente aquele que, gozando de todos os direitos, pertence como membro e concidadão ao grupo de que se trate (em contraste com o estrangeiro, com o que não é cidadão, com a população submetida, com os escravos)”⁸.

Convém referir ainda que os condicionamentos à liberdade têm um carácter essencialmente ambíguo. Por um lado, são condicionamentos libertadores ajudam a pessoa a opções que estão em linha com a sua aspiração à feliz realização de si mesma no amor. Por outro, estes condicionamentos representam uma tentação ou força para a escravidão, na medida em que condicionam opções opostas a essa instância constitutiva da própria liberdade humana, ou seja, opções moralmente negativas. Por exemplo, o ambiente social e a herança educacional são, sem dúvida alguma, um limite para a liberdade e capacidade de projeção de cada um, mas, simultaneamente, são também a condição indispensável do ser humano e da sua liberdade concreta⁹.

2.1.2. A liberdade de escolha

Trata-se da liberdade do querer. O determinismo psicológico – doutrina filosófica que nega a existência desta liberdade – defende que a liberdade de escolha humana é apenas aparente, uma vez que, na realidade, está sujeita a uma necessidade interna, por exemplo, a da motivação racional mais forte, frente à qual a vontade se limitaria a aceitá-la. É claro que não se pode negar a existência de certas barreiras internas que diminuem e, nalgum caso, retiram a liberdade psicológica. Mas isto, só prova que a liberdade humana é limitada. Não nega a sua existência. Aliás, a autoexperiência do agir humano faz ver que, em condições normais, a pessoa escolhe o que quer¹⁰.

Esta liberdade implica a adoção autónoma de um ato da vontade que se coloca entre o “*posso*” e o “*não estou obrigado*”. Trata-se de reconhecer que se deve à minha vontade o facto de existir algo que poderia não ter existido nunca, ou também que não exista algo que poderia existir. “Graças à liberdade psicológica o homem é causa e princípio dos próprios atos (Aristóteles), dono das próprias ações (S. Tomás)”¹¹. Mesmo quando não existe a real possibilidade de escolher, o ser humano pode assumir uma posição interior (afirmar ou negar, aceitar ou rejeitar) diante da realidade. Esta é uma

⁷ Cf. EICHER, Peter – *Diccionario de conceptos teológicos*, p. 614.

⁸ BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard, *Diccionario Exegético del Nuevo Testamento*, 1320.

⁹ GATTI, G. *Libertad, Aspecto teológico-moral*, p. 339.

¹⁰ Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 272.

¹¹ COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 273.

liberdade interior compatível, em casos limite, com a coação: um preso, por exemplo, mantém a liberdade de assumir uma posição face à própria situação, aceitando-a porque a considera justa, ou não a aceitando, considerando-a injusta¹².

2.1.3. A liberdade para o bem

“A edificação da unidade da pessoa, que é o fim último da liberdade, só se leva a cabo escolhendo. Por isso, a autêntica liberdade humana não consiste tanto na possibilidade de escolher quanto em escolher o que corresponde a um crescimento verdadeiro da pessoa, de acordo com as suas potencialidades e a sua irrepetível vocação”¹³.

Este terceiro nível de liberdade não é algo que seja natural no ser humano, em virtude da sua constituição ontológica ou psicológica, mas é objeto de eleição e de conquista por parte do mesmo, e, neste sentido, pressupõe outros elementos além da liberdade psicológica. “É a liberdade encaminhada a alcançar o bem do ser humano enquanto tal; negativamente supõe a liberdade dos impulsos desordenados, a liberdade do pecado e da miséria moral; e positivamente representa a perfeição ética da liberdade psicológica, a sua consolidação no bem pleno da pessoa, que é o fim próprio da educação moral”¹⁴. O cristianismo vê aqui a consequência da colaboração entre a liberdade humana e a graça de Deus.

2.1.4. A liberdade transcendental – opção fundamental

Na segunda metade do século XX, surge na reflexão teológica um novo e mais profundo nível de liberdade, a *liberdade transcendental*, que aqui apresentamos, e cuja ação se chama opção fundamental. Segundo a encíclica VS, “a chamada opção fundamental, na medida em que se diferencia de uma intenção genérica e, por conseguinte, ainda não determinada numa forma vinculante da liberdade, realiza-se sempre através de escolhas conscientes e livres. Precisamente por isso, ela fica revogada quando o homem compromete a sua liberdade em escolhas conscientes de sentido contrário, relativas a matéria moral grave. Separar a opção fundamental dos comportamentos concretos, significa contradizer a integridade substancial ou a unidade pessoal do agente moral no seu corpo e alma” (VS 67).

¹² Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 273.

¹³ PIANA, G., *Libertad y responsabilidade*, 1068.

¹⁴ COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 276.

A execução de um ato particular em liberdade de escolha permite-nos um conhecimento categorial-objetivo, que não é possível conseguir na realização da pessoa, como tal, em liberdade transcendental. Esta nunca poderá conhecer-se mediante uma reflexão objetiva, pois nunca poderá alcançar a totalidade da pessoa como sujeito pensante e operante. Por isso, para alguns, esta liberdade seria algo inconsciente. Porém, “não há dúvida de que a ação da pessoa no mais íntimo de si não pode dar-se de maneira inconsciente, porque o exercício da liberdade não pode fazer-se de costas voltadas à consciência. Referimo-nos a uma consciência transcendental por meio da qual a pessoa está integralmente presente, não como objeto, mas sim como sujeito, e não como sujeito conhecido, mas autoconsciente; não visto de fora, mas percebido em si mesmo. É esta a forma mais profunda de consciência que a pessoa humana possui e vive”¹⁵. Cada ação moral particular é a abertura da pessoa situada na história, a qual se entende como subjetividade dinâmica e não como substância estática. Na decisão fundamental, a liberdade é plena e radicalmente idêntica a si mesma, antes de se manifestar nas ações particulares de escolha¹⁶. A propensão natural do ser humano para o bem, e, por inerência, para a sua própria perfeição, é recolhida por estas ações transformando-as numa realidade que configura a história¹⁷.

¹⁵ PIANA, G., *Libertad y responsabilidad*, 1074.

¹⁶ “Nós, que vivemos em campos de concentração, podemos recordar os homens que iam de caserna em caserna para confortar os outros, oferecendo-lhes o último pedaço de pão. Podem ter sido poucos, mas constituem prova suficiente de que tudo pode ser tirado a um homem, menos uma coisa: a última das liberdades humanas – a possibilidade de escolhermos a nossa atitude em quaisquer circunstâncias, de escolhermos a nossa maneira de fazer as coisas.

E havia sempre escolhas a fazer. Em cada hora de cada dia, havia oportunidades para tomar decisões, decisões essas que determinavam se iríamos ou não submeter-nos àqueles poderes que ameaçavam roubar-nos o nosso próprio eu, a nossa liberdade interior; que determinavam se íamos tornar-nos ou não um brinquedo das circunstâncias, renunciando à liberdade e à dignidade para nos deixarmos moldar e transformar no preso típico.

Encaradas deste ponto de vista, as reações mentais dos presos de um campo de concentração devem afigurar-se-nos como algo mais do que a mera expressão de determinadas condições físicas e sociológicas. Embora condições como a falta de horas de sono, a insuficiência de comida e diversos tipos de stress possam levar a pensar que os presos estavam forçados a reagir de determinadas maneiras, em última análise torna-se evidente que o género de pessoa em que o preso se transformava era resultado de uma decisão interior e não exclusivamente das influências do campo. Portanto, de uma forma fundamental, qualquer homem pode, mesmo em tais circunstâncias, decidir o que será feito dele – mental e espiritualmente. Pode manter a dignidade humana mesmo num campo de concentração. Dostoiévski disse uma vez: «Há só uma coisa que eu temo: não ser digno dos meus sofrimentos.» Lembrei-me com frequência destas palavras depois de tomar conhecimento daqueles mártires cujo comportamento no campo, cujo sofrimento e morte, foram testemunho do facto de a derradeira liberdade interior nunca se poder perder. Pode dizer-se que foram dignos dos seus sofrimentos; a forma como suportaram o seu sofrimento foi um genuíno feito interior. É esta liberdade espiritual que não pode ser-nos roubada – que torna a vida algo com sentido e finalidade”. FRANKL, Viktor E., *O Homem em Busca de um Sentido*, Alfragide: Lua de Papel, pp. 76-77.

¹⁷ DEMMER, Klaus, *Libertad*, p. 357.

2.2. A liberdade na antropologia cristã

Na SE não encontramos reflexões filosóficas abstratas sobre o conceito de liberdade. Particularmente, o NT vê a liberdade – que o ser humano fez pecadora (Gn 3) – redimida por Cristo e chamada à colaboração com a graça de Deus para, livremente, chegar a ser vontade boa e santa¹⁸.

2.2.1. A liberdade como dom de Deus

Na perspectiva bíblica, normalmente, a liberdade de escolha está pressuposta, por exemplo, quando se refere ao comportamento das pessoas ou do povo eleito. No entanto, são várias as referências a essa liberdade de escolha: “*repara que coloco hoje diante de ti a vida e o bem, a morte e o mal. [...] Tomo hoje por testemunhas contra vós o céu e a terra; ponho diante de vós a vida e a morte, a bênção e a maldição. Escolhe a vida para viveres, tu e a tua descendência*” (Dt 30, 15. 19); e, de modo mais abstrato: “*desde o princípio, Ele criou o homem, e entregou-o ao seu próprio juízo. Se quiseres, observarás os mandamentos; ser-lhes fiel será questão da tua boa vontade. Ele pôs diante de ti o fogo e a água; estende a mão para o que quiseres. Diante do homem estão a vida e a morte; o que ele escolher, isso lhe será dado.*” (Sir 15, 14-17). A intimação de Deus impede o ser humano de se refugiar na cómoda desculpa da fatalidade e declara-o responsável por ser livre (Cf. Gn 4, 6-7)¹⁹.

No AT, o episódio do Êxodo ocupa um lugar fundamental no que respeita à libertação: Deus viu a opressão do seu povo e decide libertá-lo desta situação, para conduzi-lo à terra prometida (Cf. Ex 3, 7-9). Não é o homem a emancipar-se, mas recebe a libertação de Deus, ainda que isto não exclua – pelo contrário, implique – a mediação humana (Cf. Ex 3, 10-12). Esta libertação aponta para a Aliança. Não se trata de uma libertação orientada para evitar a exploração humana, mas, sobretudo, para mostrar a glória de Deus que exige a desapareição de todo e qualquer tipo de opressão. Isto é mais evidente quando se entende que a terra prometida, mais do que uma área geográfica, designa o «povo de Deus» no qual reina a justiça, como recordam os profetas (Cf. Jr 31, 31-34; Ez 36, 24-29)²⁰.

¹⁸ Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 278.

¹⁹ GATTI, G. *Libertad, Aspecto teológico-moral*, p. 333.

²⁰ Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, pp. 279-280.

No contexto bíblico, a liberdade, tanto a de escolha como a libertação da opressão, é vista como dom de Deus. A própria lei de Moisés não é o sinal de uma submissão alienante, mas sim a lógica interna de uma condição de liberdade, entendida como dom, devido a uma intervenção gratuita e misericordiosa de Deus. “*Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirou da terra do Egito, da casa da escravidão*” (Dt 5, 6). É com esta proclamação que se abre a lista dos mandamentos e se explica o seu sentido e a sua função. Deus é aquele que liberta. Israel sabe-se libertado de Deus. A obediência a Deus é garantia de liberdade; observar a sua lei é viver as exigências internas de uma liberdade entendida como dom, é manter a fidelidade a uma aliança livremente aceite²¹.

A liberdade humana como dom de Deus converteu-se numa característica da antropologia cristã. «A liberdade verdadeira é um sinal privilegiado da imagem divina no homem» (GS 17). Ela marca a transcendência do homem sobre o mundo material: «Pela sua interioridade, transcende o universo das coisas: tal é o conhecimento profundo que ele alcança quando reentra no seu interior, onde Deus, que perscruta os corações, o espera, e onde ele, sob o olhar do Senhor, decide da própria sorte» (GS 14). Por isso, no plano humano, ou seja, natural, a liberdade é o maior dom que Deus concedeu aos homens²².

Sem liberdade não seria possível a união com Deus através do amor, pois o amor não se pode impor, apenas propor. “Deus quis «deixar o homem entregue à sua própria decisão», para que busque por si mesmo o seu Criador e livremente chegue à total e beatífica perfeição, aderindo a Ele. Exige, portanto, a dignidade do homem que ele proceda segundo a própria consciência e por livre adesão, ou seja, movido e induzido pessoalmente desde dentro e não levado por cegos impulsos interiores ou por mera coação externa” (GS 17). Esta perspectiva aponta para a liberdade como procura do bem: “o homem atinge esta dignidade quando, libertando-se da escravidão das paixões, tende para o fim pela livre escolha do bem e procura a sério e com diligente iniciativa os meios convenientes. A liberdade do homem, ferida pelo pecado, só com a ajuda da graça divina pode tornar plenamente efetiva esta orientação para Deus” (GS 17). A possibilidade de, livremente, optar pelo bem supõe, e não pode não supor, a possibilidade de não optar por ele. A possibilidade do amor implica a possibilidade do desamor.

Perante a experiência histórica do mal pode surgir a dúvida se a liberdade humana vale a pena. Do ponto de vista teológico temos de responder que sim, diante da escolha de Deus com um sim pleno à liberdade humana, mesmo sabendo que para salvá-la seria

²¹ Cf. GATTI, G. *Libertad, Aspecto teológico-moral*, pp. 333-334.

²² Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 280.

derramado o sangue do Filho. Assim, a antropologia cristã, mesmo distinguindo claramente entre liberdade e libertinagem, entre liberdade como valor e corrupção da liberdade, deve afirmar, sem restrição alguma, o valor da liberdade humana²³.

2.2.2. A «liberdade na glória dos filhos de Deus»

A SE – especialmente o NT – centra-se na dimensão da liberdade como procura do bem, vista sempre numa perspectiva histórico-salvífica, não isenta de consequências morais. Trata-se da “liberdade na glória dos filhos de Deus” (Rm 8, 21), “da liberdade que temos em Cristo Jesus” (Gl 2, 4), porque “foi para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5, 1). A liberdade que Cristo nos adquiriu na Cruz opõe-se à escravidão (Cf. Gl 3, 13; 5, 1; Col 2, 12-14), mas não uma escravidão no sentido civil ou político, mas no sentido moral. A liberdade cristã é, antes de mais, liberdade da escravidão do pecado (Cf. Mt 12, 22; Lc 13, 16; Ef 6, 12.) e, por conseguinte, da morte (Cf. Rm 6, 6-11; Ef 4, 22; Col 3, 9)²⁴. São Paulo resume bem ao dizer (...) “*éreis escravos do pecado, mas obedestes de coração ao ensino que vos foi transmitido como norma de vida. E libertos do pecado, tornastes-vos escravos da justiça. [...] Quando éreis escravos do pecado, éreis livres no que toca à justiça. Afinal, que frutos produzíeis então? Coisas de que agora vos envergonhais, porque o resultado disso era a morte. Mas agora, que estais libertos do pecado e vos tornastes servos de Deus, produzis frutos que levam à santificação, e o resultado é a vida eterna*” (Rm 6, 17-18. 20-22).

A libertação do pecado não se alcança com as forças humanas. O homem não pode redimir-se a si mesmo, nem manter-se por si mesmo na liberdade à qual foi chamado. “Se a ruína do homem se deve a que ao realizar a sua liberdade se separa de Deus e se perde a si mesmo, a sua libertação consiste em reencontrar-se a si mesmo no amor de Deus e ser capaz de definir a sua vida a partir desse amor divino”²⁵. A liberdade cristã foi obtida por Cristo na Cruz, e só Cristo torna possível a vida na liberdade (Cf. Jo 8, 36): o ser humano é realmente livre quando acolhe o Evangelho e o Espírito Santo se converte em princípio vital da sua atividade (Cf. Rm 8, 1-27; 2 Cor 3, 17; Gl 5, 18). Por isso, a colaboração da pessoa é sempre necessária, bem como o esforço para perseverar no caminho empreendido: “*Portanto, que o pecado não reine mais no vosso corpo mortal,*

²³ Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, pp. 281-282.

²⁴ Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 282.

²⁵ EICHER, Peter – *Diccionario de conceptos teológicos*, p. 618

de tal modo que obedecais às suas paixões. Não entregueis os vossos membros, como armas da injustiça, ao serviço do pecado. Pelo contrário, entregai-vos a Deus, como vivos de entre os mortos, e entregai os vossos membros, como armas da justiça, ao serviço de Deus” (Rm 6, 12-13).

2.2.3. A liberdade, o amor e a lei de Cristo

O cristão foi libertado por Cristo e é ao mesmo tempo servo de Cristo (Cf. Rm 1, 1; 1Cor 7, 22; Flp 1, 1), pois está sob a lei de Cristo (Cf. 1Cor 9, 21), que é uma lei de liberdade (Cf. Tg 1, 25; 2, 12) e de amor. *“Toda a Lei se cumpre plenamente nesta única palavra: «Ama o teu próximo como a ti mesmo»” (Gl 5, 14).* A lei de Cristo impele para o bem e para o amor que surge do Espírito Santo²⁶. *“Como se concretiza a liberdade? Primeiramente, como liberdade que liberta do pecado, ou seja, do pecado como poder que conduz à existência humana à alienação moral de si mesma [...]. A verdadeira liberdade revela-se precisamente na capacidade para servir ao próximo (1Cor 1, 19; Gl 5, 13) e, se as circunstâncias o exigem, na disposição para renunciar ao exercício da liberdade, por consideração com o próximo.”²⁷* A liberdade cristã manifesta-se como libertação do próprio egoísmo e como disponibilidade para o serviço de Deus, da justiça e do próximo (Cf. Rm 6, 18-23; 1Cor 9, 19-22; 1Ts 1, 9). *“Sim, o amor de Cristo nos absorve completamente [...]. Ele morreu por todos, a fim de que, os que vivem, não vivam mais para si mesmos, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou” (2Cor 5, 14-15).*

A liberdade cristã é caminhar segundo o Espírito, e, portanto, é incompatível com as obras da carne que são a *“fornicação, impureza, devassidão, idolatria, feitiçaria, inimizades, contenda, ciúme, fúrias, ambições, discórdias, partidarismos, invejas, bebedeiras, orgias e coisas semelhantes a estas. Sobre elas vos previno, como já preveni: os que praticarem tais coisas não herdarão o Reino de Deus. Por seu lado, é este o fruto do Espírito: amor, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio. Contra tais coisas não há lei. Mas os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne com as suas paixões e desejos. Se vivemos no Espírito, sigamos também o Espírito. Não nos tornemos vaidosos, a provocar-nos uns aos outros, a ser invejosos uns dos outros” (Gl 5, 19-26).*

²⁶ Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 284.

²⁷ BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard, *Diccionario Exegético del Nuevo Testamento*, 1322-1323.

Como do exercício do amor surgem as exigências normativas acima referidas, pode-se justamente falar de lei, a “*lei de Cristo*” (Gl 6, 2), ou a «lei do Espírito» (Rm 8, 2). Porém, esta lei não é como uma norma externa que impõe, mas sim um princípio sobrenatural vital que convida ao seu exercício com espontaneidade e naturalidade. Portanto, podemos falar de “*lei da liberdade*” ou, simplesmente, de liberdade cristã²⁸. “Positivamente, a libertação é a liberdade para Deus, para o amor de acordo com o exemplo de Jesus Cristo”²⁹.

O amor é o acontecimento em que as liberdades se reúnem e se diferenciam, e o ser humano é ele mesmo no outro e pelo outro. É uma realidade simbólica, na qual se faz presente um sentido absoluto ao mesmo tempo que ainda é uma promessa. É a realidade mais humana, porque está perto de nós e afeta-nos como nenhuma outra e é o que o ser humano busca e procura; e no entanto é mais do que humana, porque começou em Deus, que é o amor original por antonomásia e por ele chega à sua consumação, uma vez que no ser humano está sempre o perigo de se deformar ou de se perder pelo medo à sua finitude. É o fundamento do criado que, por Jesus, o “Sim” efetivo de Deus (cf. 2Cor 1, 19), se tornou em verdade clara e, no começo libertador, foi creditado na ressurreição do crucificado como o amor de Deus e, desde então, pode realizar-se com plena consciência com a força e a autoridade da fé.³⁰

2.2.4. Liberdade cristã, filiação divina e verdade

“Pode-se chegar a uma ulterior e convergente caracterização da liberdade cristã percorrendo o caminho joanino”³¹: “*Se permanecerdes fiéis à minha mensagem, sereis verdadeiramente meus discípulos, conhecereis a verdade e a verdade vos tornará livres. [...] Todo aquele que comete o pecado é servo do pecado, e o servo não fica na família para sempre; o filho é que fica para sempre. Pois bem, se o Filho vos libertar, sereis realmente livres*” (Jo 8, 31-32. 34-36). O tema da filiação contém uma dupla referência: seja a Jesus que, como Filho, liberta os escravos (cf. Jo 8, 36), seja aos crentes que, em Jesus, devem renunciar à escravidão do pecado, e devem converter-se em descendentes de Abraão-filhos de Deus. “Os judeus – como representantes do «mundo» - entendem erradamente a palavra da revelação; por ser descendentes de Abraão, pretendem ser já

²⁸ Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 286.

²⁹ BEINERT, Wolfgang, *Diccionario de teologia dogmática*, p. 403.

³⁰ Cf. EICHER, Peter – *Diccionario de conceptos teológicos*, p. 635

³¹ COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 287.

livres (Cf. Jo 8, 33). Mas o Revelador deixa claro o caráter enganador da sua suposta liberdade: não são filhos livres, mas sim, escravos, a saber, do pecado (Jo 8, 34). Só Ele, que é o Filho por excelência, é capaz de converter os servos em filhos livres. Só Ele, só a sua palavra, torna verdadeiramente livres (Jo 8, 36)³². No texto de João aparece também a imagem doméstica: o escravo não permanece sempre na família, o filho habita sempre ali. Em definitivo, junto à dimensão moral da liberdade como libertação da escravidão do pecado, a perspectiva joanina acrescenta a dimensão ontológica da filiação divina do cristão em Cristo³³.

Esta perspectiva contempla também a colaboração do homem que agora se expressa como *viver na verdade*: “alegrei-me muito com a chegada dos irmãos e com o testemunho que deram da tua fidelidade, isto é, de como tu caminhas segundo a verdade. Não tenho maior alegria do que ouvir dizer que os meus filhos caminham na verdade” (3Jo 3-4).

Viver na verdade é seguir a Cristo, porque “Jesus é a síntese viva e pessoal da perfeita liberdade na obediência total à vontade de Deus. A sua carne crucificada é a plena revelação do vínculo indissolúvel entre liberdade e verdade, assim como a sua ressurreição da morte é a exaltação suprema da fecundidade e da força salvífica de uma liberdade vivida na verdade” (VS 87).

³² BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard, *Diccionario Exegético del Nuevo Testamento*, 1325.

³³ Cf. COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, p. 288.

3. A LIBERDADE NO PROGRAMA DE EMRC

Neste ponto procuraremos analisar a UL da liberdade tanto no que diz respeito aos programas, mormente no que concerne à adequação e pertinência pedagógicas, como às metas curriculares e aprendizagens essenciais, para posteriormente abordarmos a estrutura temática da UL nos PEMRC de 2007 e 2014 e nas AE de 2018.

3.1. Análise dos esquemas propostos pelos Programas, adequação e pertinência pedagógica

No presente trabalho, versaremos uma análise sobre a UL da Liberdade, que surge proposta nos últimos dois esquemas do Programa da disciplina de EMRC, concebidos pelo SNEC, para lecionação no oitavo ano do ensino básico.

O esquema do PEMRC de 2007 apresentava um esquema que visava desenvolver nos alunos um perfil que abrangesse vinte e seis Competências a adquirir até ao final do itinerário académico do estudante.

Com esse intuito, e o percurso definido para o terceiro ciclo do ensino básico apresentava o seguinte esquema:

Sétimo Ano	Oitavo Ano	Nono Ano
<ul style="list-style-type: none">• As Origens• As Religiões Abraâmicas• Riqueza e Sentido dos Afetos• A Paz Universal	<ul style="list-style-type: none">• O Amor Humano• Ecumenismo e Confissões Cristãs• A Liberdade• Ecologia e Valores	<ul style="list-style-type: none">• A Dignidade da Vida Humana• Deus, o Grande Mistério• As Religiões Orientais• Projeto de Vida

Por seu turno, o esquema do PEMRC de 2014 apresenta um esquema que procura que os alunos, até final do seu percurso académico, alcancem dezassete metas curriculares integradas em três domínios. Com esse intuito, o percurso definido para o terceiro ciclo do ensino básico apresenta o seguinte esquema:

Sétimo Ano	Oitavo Ano	Nono Ano
<ul style="list-style-type: none">• As Origens• As Religiões• Riqueza e Sentido dos Afetos• A Paz Universal	<ul style="list-style-type: none">• O Amor Humano• O Ecumenismo• A Liberdade• Ecologia e Valores	<ul style="list-style-type: none">• A Dignidade da Vida Humana• Deus, o Grande Mistério• Projeto de Vida

Analisando ambos os esquemas, facilmente podemos constatar que, em primeiro lugar, não existem diferenças substanciais entre eles; em segundo lugar, ao nível pedagógico, em ambos os programas, a UL da Liberdade aparece sem qualquer sequência lógica, uma vez que não há qualquer base que dê coerência à sequência de conteúdos escolhida, o que, a nosso ver, facilitaria o processo ensino/aprendizagem. A única possibilidade de ligação que encontramos é numa análise vertical em três dimensões:

	Dimensão pessoal	Dimensão religiosa	Dimensão axiológica e ética	
Sétimo ano	As Origens	As Religiões	Riqueza e sentido dos Afetos	A Paz universal
Oitavo ano	O Amor Humano	O Ecumenismo	A Liberdade	Ecologia e Valores
Nono ano	A Dignidade da Vida Humana	Deus, o grande Mistério	O Projeto de Vida	

No entanto, preocupa-nos que esta “disposição vertical” esteja orientada por uma vertente mais “catequética”, organizando as unidades letivas por um critério de ano litúrgico e usando as mesmas como desculpa para celebrar o ano litúrgico caindo na tentação de “catequizar” a disciplina. Vejamos, como exemplo, o que se pode passar no oitavo ano: com a UL do Amor Humano preparando a celebração do Amor de Deus encarnado num menino (Natal), o Ecumenismo, em janeiro, celebrando o Oitavário de Oração pela Unidade dos Cristãos, e a Liberdade no restante segundo período, celebrando a Páscoa como Libertação máxima que Cristo opera na Humanidade.

Não afirmamos que não se possa seguir essa lógica, mas vemos a necessidade de alertar para o risco de “catequização” e “desescolarização” da disciplina de EMRC que isto poderá supor.

A estrutura dos conteúdos e das ULs exige ser organizada com base em critérios didáticos e pedagógicos que contribuam para o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico, social e espiritual dos discentes. E esse desenvolvimento deve acontecer de forma gradual e harmónica, não compartimentada ou sectorial. Como bem indica a CEP, a disciplina de EMRC “é lugar privilegiado de desenvolvimento harmonioso do aluno, considerado como pessoa, na integridade das dimensões corporal e espiritual, e da abertura à transcendência, aos outros e ao mundo que é chamado a construir”³⁴.

³⁴ CEP, *EMRC Um valioso contributo para a formação da personalidade*, n.º 9.

Outro critério a ter em conta no momento de decisão dos conteúdos a abordar, de modo a que o Programa esteja adequado às necessidades e interesses dos alunos, é a interdisciplinaridade, ou seja, o contributo que cada disciplina pode aportar. Assim, é premente que se tenha em conta os contributos das diferentes disciplinas antropológicas, ajudando cada discente a um desenvolvimento integral.

Tendo em atenção a psicologia e os estádios do desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg³⁵, faz todo o sentido que a UL da Liberdade seja abordada no oitavo ou nono anos de escolaridade, uma vez que é à idade de treze, catorze anos que, gradualmente, “o egocentrismo do Estádio II é substituído pela capacidade de empatizar, de sentir o que os outros podem estar a sentir ou, como se costuma designar, por um aumento da capacidade de assumir outras perspetivas a nível da adoção de papéis sociais”³⁶. É um momento em que os valores convencionais se baseiam no desempenho de papéis bons ou corretos. Dito de outra forma, é uma fase em que os adolescentes começam a desenvolver uma determinada autonomia. Há por isso um despertar também para a liberdade, ainda que esta seja muitas vezes confundida com o seguimento de estereótipos distintos e diferenças precisas³⁷. É, pois, uma oportunidade para, a partir da EMRC e num trabalho multidisciplinar, aportar, sem cair no endoutrinamento, a proposta de uma experiência de aprendizagem concreta, crítica e fundamentada (filosófica e teologicamente) do conceito de liberdade e do sentido da mesma.

3.2. Análise às metas curriculares e objetivos definidos para a UL da liberdade no PEMRC de 2014

A 23 de setembro de 2011 o Ministério da Educação e Ciência apresentou um Despacho³⁸ que dá por finda a aplicação do documento *Currículo Nacional do Ensino Básico — Competências Essenciais*, divulgado em 2001, no qual estava baseado o PEMRC de 2007, e que fora assumido a partir do ano letivo 2001/2002 como a referência central para o desenvolvimento do currículo e nos documentos orientadores do Ensino

³⁵ Depois de ter conduzido uma série de estudos com crianças e adolescentes, Kohlberg chegou à conclusão de que o desenvolvimento moral ocorre de acordo com uma sequência específica de estádios, independentemente da cultura, do meio social, do continente ou do país a que o indivíduo pertence. KOHLBERG, Lawrence – *Essays on Moral Development: Vol. I. The Philosophy of Moral Development: Moral Stages and the Idea of Justice*, pp 120-123.

³⁶ SPRINTHALL, Norman & SPRINTHALL, Richard, *Psicologia do Adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista*, p. 174.

³⁷ Cf. SPRINTHALL, Norman & SPRINTHALL, Richard, *Psicologia do Adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista*, p. 174.

³⁸ Cf. Despacho N.º 17169/2011, DR. Série - II, de 23 de setembro.

Básico. Neste Despacho de 2011 indica-se como prejudicial o facto de se erigir a categoria de «competências» como orientadora de todo o ensino, uma vez que minorizou o papel do conhecimento e da transmissão de conhecimentos, que é essencial a todo o ensino; desprezou a importância da aquisição de informação, do desenvolvimento de automatismos e da memorização; substituiu objetivos claros, precisos e mensuráveis por objetivos aparentemente generosos, mas vagos e difíceis, quando não impossíveis de aferir. Segundo o despacho, isto acarretou uma dificuldade na avaliação formativa e sumativa da aprendizagem. As competências não deveriam “ser apresentadas como categoria que engloba todos os objetivos de aprendizagem, devendo estes ser claramente decompostos em conhecimentos e capacidades. Os conhecimentos e a sua aquisição têm valor em si, independentemente de serem mobilizados para a aplicação imediata.”³⁹ A partir deste despacho define-se que “o desenvolvimento do ensino em cada disciplina curricular será referenciado pelos objetivos curriculares e conteúdos de cada programa oficial e pelas metas de aprendizagem de cada disciplina”⁴⁰.

A 18 de Abril de 2012 um outro Despacho⁴¹ prevê a realização de Metas Curriculares para as diferentes disciplinas dos ensinos básico e secundário e é em resposta a estes despachos que surge o PEMRC de 2014⁴².

Assim, o PEMRC de 2014 aponta 17 metas curriculares, que abrangem três domínios – religião e experiência religiosa, cultura e visão cristã da vida, e ética e moral –, ao longo do todo o percurso do ensino básico e secundário.

Eis as 17 metas curriculares definidas e distribuídas por domínios:

Religião e Experiência Religiosa	<p>A. Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa.</p> <p>B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.</p> <p>C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas. (C. 15)</p> <p>D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos. (C. 20)</p>
----------------------------------	---

³⁹ Cf. Despacho N.º 17169/2011, DR. Série - II, de 23 de setembro.

⁴⁰ Cf. Despacho N.º 17169/2011, DR. Série - II, de 23 de setembro.

⁴¹ Cf. Despacho N.º 5306/2012, DR. Série – II, de 18 de abril.

⁴² CEEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa, SNEC, 2014.

Cultura e Visão Cristã da Vida	<p>E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.</p> <p>F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas. (C. 22, 23, 24)</p> <p>G. Identificar os valores evangélicos.</p> <p>H. Articular uma perspectiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica.</p> <p>I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.</p> <p>J. Descobrir a simbólica cristã. (C. 25 e 26)</p> <p>K. Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com um fundamento religioso. (C. 5)</p> <p>L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.</p>
Ética e Moral	<p>M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.</p> <p>N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.</p> <p>O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.</p> <p>P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.</p> <p>Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. (C. 1)</p>

Em primeiro lugar, convém referir que, segundo os autores do PEMRC de 2014, estas metas curriculares procuram ser um contributo para a formação integral pessoal de cada discente, respondendo às finalidades da disciplina de EMRC definidas pela CEP, em 2006, no documento *"EMRC, um valioso contributo para a formação da personalidade"*⁴³ e que estavam pouco explícitas no Programa da Disciplina de 2007⁴⁴. Por outro lado, procura-se também uma maior exigência de sistematização e rigor⁴⁵.

Segundo o PEMRC de 2014, as Metas Curriculares definem o que o professor pretende que os alunos aprendam, e consistem na “organização dos conteúdos programáticos da disciplina de modo que se evidenciem os seus conteúdos fundamentais e que estes possam ser objeto de uma ordenação sequencial e hierárquica ao longo das várias etapas da escolaridade. Essa ordenação deve ser orientada a partir de núcleos de

⁴³ Cf. CEP, *EMRC Um valioso contributo para a formação da personalidade*, n.º 10.

⁴⁴ Cf. CEEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa, SNEC, 2014, p. VI.

⁴⁵ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório Geral da Catequese*, n.º 73.

conhecimentos e capacidades a adquirir e desenvolver pelos alunos e poderá culminar na definição ulterior de padrões de desempenho, se se julgar adequado às finalidades da disciplina.”⁴⁶

Elas requerem um reordenamento programático que se baseia em: Domínios de Aprendizagem (áreas de ensino que incluem o que o aluno deve conhecer e saber fazer, e que se determinam a partir das suas finalidades e do estatuto epistemológico da teologia e das ciências da religião), e objetivos programáticos (enunciados do tipo de resultados de aprendizagem que se esperam da lecionação de determinados conjuntos de conteúdos; redigidos a partir das ações que os alunos devem concretamente realizar e que são mensuráveis através dos instrumentos de avaliação adequados)⁴⁷.

As metas curriculares só poderão ser totalmente atingidas pelos alunos após a conclusão de todo o percurso escolar. O foco em cada UL deve ser a aquisição da totalidade dos objetivos previstos para a mesma, pois é a aquisição cumulativa e interativa desses objetivos que permite ao aluno familiarizar-se com e interiorizar as metas curriculares. Desta forma o reordenamento programático faz-se a partir das metas curriculares, de um conjunto de objetivos programáticos e de um conjunto de conteúdos.⁴⁸

Para a UL da liberdade foram definidas as seguintes metas curriculares e objetivos:

Metas curriculares	Objetivos
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	1. Questionar o sentido da realidade enquanto espaço onde o ser humano exerce a sua liberdade.
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	2. Reconhecer que a consciência autónoma da pessoa deriva da sua condição de ser livre e está orientada para o bem.
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	3. Interpretar criticamente situações de manipulação da consciência humana. 4. Tomar consciência dos riscos das dependências.
G. Identificar os valores evangélicos.	5. Interpretar a Páscoa como experiência de libertação.

⁴⁶ CEEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa, SNEC, 2014, p. 7.

⁴⁷ Cf. CEEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa, SNEC, 2014, pp. 8 e 9.

⁴⁸ Cf. CEEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa, SNEC, 2014, p. 9.

	6. Conhecer a mensagem cristã sobre a relação entre a bondade amorosa de Deus e a liberdade humana.
P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.	7. Tomar consciência da liberdade como um bem para a realização pessoal.

No que respeita às metas definidas para esta UL:

L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.

“A cultura e a fé são duas dimensões constitutivas da pessoa humana. (...) Uma fé que não se traduza em cultura e que não transforme a cultura (...) não é verdadeira fé. Uma cultura que se feche sobre si mesma, impedindo e impossibilitando toda a experiência de fé, não é uma cultura verdadeira humana”⁴⁹. Assim, esta meta visa uma das finalidades da disciplina que é o contributo para a formação integral do discente.

Para atingir esta meta curricular foi definido o seguinte objetivo: *1. Questionar o sentido da realidade enquanto espaço onde o ser humano exerce a sua liberdade.* Este é um objetivo que se inspira na competência específica número 2 do PEMRC de 2007⁵⁰. “As diferentes áreas do ensino devem ter como objetivo a função de mostrar perspetivas de interpretação da realidade circundante. A este nível, um profundo respeito pela liberdade dos alunos implica a obrigação de proporcionar-lhes todas as perspetivas possíveis, não só as científicas e históricas, mas também as estéticas, as filosóficas, as éticas e as religiosas, com a finalidade de poder facilitar-lhes a construção da sua própria cosmovisão e do seu projeto de vida, como contributos essenciais para a sua personalização”⁵¹.

A temática da liberdade surge com frequência na cultura e também no processo de fé, como tal a abordagem desta UL recolhendo o contributo em diálogo de ambas as realidades é de suma importância. E “da profundidade da escuta e da interpretação da realidade podem nascer opções operativas concretas e eficazes”⁵².

Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.

⁴⁹ Cf. AMBRÓSIO, Juan, *Painel Pessoa, Cultura e Fé*, in *Fórum do Ensino Religioso em Portugal*, p. 135.

⁵⁰ “Questionar-se sobre o sentido da realidade” in CEEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa, SNEC, 2007, p. 29.

⁵¹ AMBRÓSIO, Juan, *As religiões na escola*, Revista Portuguesa de Ciência das Religiões, 2002, n.º 2, pág. 61.

⁵² CPJP, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n.º 568.

Para atingir esta meta curricular foi definido o seguinte objetivo: 2. *Reconhecer que a consciência autónoma da pessoa deriva da sua condição de ser livre e está orientada para o bem.* “Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do homem, como seu centro e seu termo: neste ponto existe um acordo quase geral entre crentes e não-crentes.” (GS 12). A centralidade da dignidade da pessoa humana é uma ponte de diálogo entre cristãos e não cristãos. “É necessário, portanto, que todos os programas sociais, científicos e culturais sejam orientados pela consciência do primado de cada ser humano”⁵³. O reconhecimento da dignidade da pessoa humana é uma competência fundamental na proposta cristã. Assim, nesta unidade letiva pretende-se que o discente logre reconhecer a importância da liberdade no processo de construção pessoal e social, tendo sempre em vista a defesa da dignidade da pessoa humana. “A consciência da liberdade e da dignidade do homem, conjugada com a afirmação dos direitos inalienáveis da pessoa e dos povos, é uma das características predominantes do nosso tempo”⁵⁴. Mas essa afirmação dos direitos da pessoa e dos povos não requer um confronto com os direitos dos outros, bem pelo contrário, pelo que é importante reconhecer que “longe de cumprir-se numa total autonomia do eu e na ausência de relações, a liberdade só existe verdadeiramente quando laços recíprocos, regidos pela verdade e pela justiça, unem as pessoas”⁵⁵.

M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.

Para atingir esta meta curricular, foram definidos os seguintes objetivos: 3. *interpretar criticamente situações de manipulação da consciência humana e 4. tomar consciência dos riscos das dependências.* Trata-se de que o discente seja capaz de ler na realidade o que o prende ou procura prender, tomar consciência dos perigos inerentes e encontrar vias e propostas de libertação, as quais, autonomamente poderá pôr ou não em prática.

No contexto da UL da liberdade, “trata-se de os (crianças e adolescentes) ajudar a criar um sentido crítico, para que se tornem livres face às pressões e aos condicionalismos deste mundo, dos mass-media e da publicidade que nos rodeia. Trata-se de os ajudar a um autodomínio, a dizer «sim» e a dizer «não» a este mundo cativante de consumo”⁵⁶.

⁵³ CPJP, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n.º 132.

⁵⁴ CDF, *Liberdade Cristã e Libertação*, n.º 1.

⁵⁵ CDF, *Liberdade Cristã e Libertação*, n.º 26.

⁵⁶ SNEC, *Educar para a liberdade e para o amor. Conceitos e pedagogia*, pág. 71.

G. Identificar os valores evangélicos.

Para atingir esta meta curricular nesta UL, foram definidos os seguintes objetivos: *5. interpretar a Páscoa como experiência de libertação, e 6. conhecer a mensagem cristã sobre a relação entre a bondade amorosa de Deus e a liberdade humana.* Trata-se de dois objetivos que emanam de alguns dos textos bíblicos escolhidos para fundamentar a UL da liberdade: a Páscoa judaica e a Páscoa cristã, e a parábola do filho pródigo e do pai misericordioso⁵⁷ e que mais tarde justificaremos o facto de, em particular este, não ser o mais adequado para uma fundamentação bíblica da UL sobre a liberdade.

A fundamentação bíblica da UL responde mais facilmente às metas: *E. identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo, e F. conhecer a mensagem e cultura bíblicas.* Além disso, poderá ter sido a definição destes objetivos (baseados nos textos bíblicos escolhidos no programa de 2007⁵⁸) a orientar o manual do oitavo ano de escolaridade⁵⁹, fazendo com que se esquecesse um texto fundamental da perspectiva cristã da liberdade que é Gl 5.

P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.

Afirma o Papa João Paulo II que “seguir Cristo é o fundamento essencial e original da moral cristã” (VS 19). É na vida e na palavra de Jesus que a Igreja encontra o fundamento da moral cristã. É no Seu amor que a Igreja encontra a fonte do agir cristão e o princípio vertebral da reflexão moral cristã. A caridade a Deus e ao próximo é a espinha dorsal do edifício ético cristão⁶⁰.

Para alcançar esta meta curricular na UL da liberdade, foi definido o seguinte objetivo: *7. tomar consciência da liberdade como um bem para a realização pessoal.* Segundo o CIC, a liberdade aponta para o bem. De facto, ela atinge a sua perfeição quando se orienta para Deus, supremo Bem (CIC 1744).

A moral cristã não é uma mera reflexão filosófica, mas tem o seu fundamento na SE, mais concretamente na pessoa de Jesus Cristo. “Podemos, com razão, dizer que a Bíblia tem uma função normativa para toda a reflexão ético-teológica. Não no sentido em

⁵⁷ Cf. CEEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa, SNEC, 2014, p. 91.

⁵⁸ Cf. CEEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa, SNEC, 2014, p. 111.

⁵⁹ Cf. SNEC, *Quero descobrir, Manual do Aluno 8.º ano de Educação Moral e Religiosa Católica*, pp. 87 a 98.

⁶⁰ Cf. FLECHA ANDRÉS, José Roman, *Teologia Moral Fundamental*, Sapientia Fidei, Série de Manuales de Teología, 8, p. 73.

que ela apresenta soluções normativas acabadas para o agir moral, mas porque nos proporciona paradigmas da integração da fé na vida moral e modelos autorizados de um pensar crente sobre as questões éticas. É evidente que a Bíblia não pode ser vista como um manual de moral, porque não tem a preocupação nem a finalidade de apresentar sistemas éticos vinculativos. No entanto, a mensagem bíblica não pode deixar de ser considerada uma mensagem ética, no sentido em que a visão crente que apresenta tem necessariamente implicações morais (...). Mais do que a solução para problemas éticos concretos, a mensagem bíblica proporciona a transformação dos pressupostos para pensar os problemas éticos.”⁶¹

No contexto da UL da liberdade, é fundamentalmente na experiência do êxodo e na perspectiva paulina da liberdade como vocação que se deve fundamentar o conceito de liberdade na moral cristã.

Não foram definidas para a UL da liberdade as seguintes metas curriculares:

A. Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa.

B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.

C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas.

D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos.

E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.

F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas.

H. Articular uma perspectiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica.

I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.

J. Descobrir a simbólica cristã.

K. Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com um fundamento religioso.

N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.

O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.

⁶¹ COUTINHO, Vitor, *A vida nova em Cristo. A identidade da ética cristã à luz da moral de São Paulo*, in *Humanística e Teologia*. 32:1 (2011), p. 157.

Abordando as metas curriculares não definidas, podemos constatar que várias poderiam e deveriam ser trabalhadas nesta UL.

Se vamos procurar ajudar o aluno *a identificar o fundamento religioso da moral cristã* (meta P) não se percebe como o fazer sem *compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa* (meta A). Também é claro que trabalhar a autonomia pessoal do aluno, essencial na dimensão da liberdade, é de certa forma caminhar para a meta B: *construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história* e para a meta O: *amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo*. E como abordar a experiência de libertação do êxodo sem *identificar o núcleo central do Judaísmo?* (Meta C). Dentro da problemática, hoje em dia tão atual, da liberdade religiosa, é essencial trabalhar a meta D: *promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos*.

No âmbito da fundamentação bíblica da moral cristã relativamente à liberdade, é óbvio o trabalho no sentido de *identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo* (Meta E) e *conhecer a mensagem e cultura bíblicas* (Meta F).

Na purificação do conceito de liberdade face à ideia proliferada de que a liberdade é “cada um poder fazer o que quer”, é importante *articular uma perspetiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica* (meta H) relativamente à liberdade. Na luta pela liberdade (por exemplo na luta de João Paulo II pela liberdade nos países de Leste) também seria importante *conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade* (meta I).

No âmbito da *simbólica cristã e do património artístico criado com um fundamento religioso* (metas J e K), como abordar a experiência de libertação pascal sem abordar a simbólica da cruz enquanto símbolo de amor e liberdade⁶²?

Por fim, numa perspetiva da liberdade que aponta para a responsabilidade e encontra o seu sentido exercício do amor, parece-nos possível, necessário e até essencial *promover o bem comum e o cuidado do outro* (meta N).

Assim, verificamos que o tema da liberdade é transversal no que se refere às metas curriculares. As metas devem ser trabalhadas de forma gradual e em espiral e não como compartimentos isolados, até porque as mesmas metas têm e devem manter uma íntima ligação entre si, especialmente as que abordam os mesmos domínios.

⁶² Cf. CDF, *Liberdade Cristã e Libertação*, n.º 3.

3.3. *Análise às aprendizagens essenciais definidas para a UL da liberdade*

Após o PEMRC de 2014, uma série de documentos alterou o panorama da educação em Portugal. Destes documentos destacam-se os Referenciais de Educação, em particular o Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz⁶³, o Referencial Dimensão Europeia da Educação para a Educação⁶⁴, o Referencial de Educação para o Desenvolvimento⁶⁵ e, por último e de extrema importância, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória⁶⁶.

Apresentado por um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação a 21 de julho de 2016, depois de discussão pública, este PASEO foi homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho. Este é um documento que pretende ser “um referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas”⁶⁷. Dito de outra forma, este PASEO pretende afirmar-se como um documento estruturante e orientador no sistema educativo nacional marcando os traços fundamentais de um aluno no final da escolaridade obrigatória de modo a “formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos”⁶⁸ favorecendo a “complementaridade e o enriquecimento mútuo entre cidadãos”⁶⁹. Requer-se portando uma educação focada na autonomia, na responsabilidade e na participação cívica, numa diversidade conducente à unidade. A aprendizagem deve desenvolver quatro áreas: “o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e a viver com os outros e o aprender a ser”⁷⁰. Este é um perfil de base humanista na procura de uma sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana como valores fundamentais⁷¹.

O PASEO está estruturado em princípios, uma visão, e valores explícitos, que se concretizam num conjunto de áreas de competências a desenvolver. Os princípios (base humanista, saber, aprendizagem, inclusão, coerência e flexibilidade, adaptabilidade e ousadia, sustentabilidade e estabilidade) orientam, justificam e dão sentido às ações

⁶³ MEC, *Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz*.

⁶⁴ ME – DGE, *Referencial Dimensão Europeia da Educação para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*.

⁶⁵ ME, *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*.

⁶⁶ ME – DGE, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

⁶⁷ ME – DGE, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, p. 2.

⁶⁸ ME – DGE, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, p. 5.

⁶⁹ ME – DGE, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, p.5

⁷⁰ ME – DGE, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, p.5

⁷¹ Cf. ME – DGE, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, p.6.

relacionadas com a gestão curricular. A Visão do aluno emana dos princípios expressa o tipo de cidadãos que se espera formar: um cidadão munido de múltiplas literacias, capaz de analisar e questionar a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia; livre, autónomo, responsável e consciente de si e do mundo; capaz de se adaptar a um mundo em rápida transformação; sensível às artes, humanidades, ciência e tecnologia; consciente da importância da sustentabilidade de Portugal e do mundo; capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e com capacidade de comunicação; apto a continuar a aprendizagem ao longo da vida; que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática; que respeite a dignidade humana, e exerça uma plena cidadania; solidário; e rejeite todas as formas de discriminação e de exclusão social. Para esta Visão pretende-se que a escola desenvolva e ponha em prática os seguintes valores: responsabilidade e integridade; excelência e exigência; curiosidade, reflexão e inovação; cidadania e participação; liberdade. Todo o processo de aprendizagem e todas as áreas curriculares devem contribuir para o desenvolvimento de dez áreas de competências que consistem em combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes: linguagens e textos; informação e comunicação; raciocínio e resolução de problemas, pensamento crítico e pensamento criativo; relacionamento interpessoal; desenvolvimento pessoal e autonomia; bem-estar, saúde e ambiente; sensibilidade estética e artística; saber científico, técnico e tecnológico; consciência e domínio do corpo⁷².

Facilmente se pode constatar que se pretende mudar o modelo de educação procurando que esta se centre em saberes que se associem ao mundo que rodeia o aluno; o capacite para a observação, questionamento e intervenção livres na realidade; lhe desenvolva o espírito cooperativo numa tomada de consciência de si e dos outros; promova a capacidade crítica e criativa que, por sua vez lhe possibilite confrontar vários pontos de vista e tomar decisões; promova a autonomia e iniciativa pessoais⁷³. Nesta nova perspectiva educativa a EMRC adquire um papel relevante, uma vez que se orienta para “formar personalidades ricas de interioridade, dotadas de força moral e abertas aos valores da justiça, da solidariedade e da paz, capazes de usar bem a própria liberdade”⁷⁴.

⁷² Cf. ME – DGE, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, pp. 13-20.

⁷³ Cf. ME – DGE, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, p. 31.

⁷⁴ CEP, *EMRC Um valioso contributo para a formação da personalidade*, n.º 6.

Face a este novo paradigma, houve a necessidade de cada área curricular definir um conjunto de aprendizagens essenciais que visassem um contributo para o desenvolvimento das áreas de competências. O SNEC viu-se na necessidade de formular as AE na disciplina de EMRC. Em concreto, para a UL da Liberdade, apontou as seguintes AE⁷⁵:

- *Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade;*
- *Reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem;*
- *Apontar situações de manipulação da consciência humana e suas implicações no impedimento ao exercício da liberdade;*
- *Reconhecer na mensagem cristã a bondade de Deus e o apelo à vivência da liberdade na realização pessoal;*
- *Assumir atitudes responsáveis promotoras de liberdade.*

Numa primeira abordagem a estas AE notamos a carência de verbos que expressem o desenvolvimento de competências – tão relevantes no PASEO – tais como analisar, questionar, equacionar, sensibilizar, relacionar, etc., encontrando apenas verbos indicativos – identificar, reconhecer, apontar – e um verbo – assumir – que supõe uma dimensão atitudinal.

Analisemos agora, em particular, cada uma das AE indicadas:

Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade.

Face ao que vimos no PASEO é importante que o aluno elabore uma mundividência fundamentada e estruturada. Essa mundividência centra-se no reconhecimento da dignidade da pessoa humana. “Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do homem, como seu centro e seu termo: neste ponto existe um acordo quase geral entre crentes e não-crentes” (GS 12). É na realidade que envolve o ser humano que ele é protagonista e exercita a sua liberdade. “É necessário, portanto, que todos os programas sociais, científicos e culturais sejam orientados pela consciência do primado de cada ser humano”⁷⁶. Sem pretender absorver toda esta mundividência centrada na dignidade humana – até porque isso deve ser uma tarefa multidisciplinar e

⁷⁵ Cf. SNEC, *Aprendizagens essenciais, 8.º ano de escolaridade*, p. 9.

⁷⁶ CPJP, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n.º 132.

até multi-institucional – a disciplina de EMRC tem aqui um papel fundamental ao nível ético e moral e religioso.

“A consciência da liberdade e da dignidade do homem, conjugada com a afirmação dos direitos inalienáveis da pessoa e dos povos, é uma das características predominantes do nosso tempo”⁷⁷. No contexto da unidade letiva da liberdade, é importante verificar que a liberdade não é uma abstração, mas é uma realidade humana e concreta.

Reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem.

É da visão do ser humano como ser criado à imagem de Deus que surge a ideia cristã da pessoa como ser livre, voltado para o bem, ou seja, o bem identifica-se com a realização pessoal e o sentido da liberdade humana. Trata-se de encontrar um “para quê” da liberdade. “A liberdade não é liberdade de fazer não importa o quê; ela é liberdade para o Bem, o único em que reside a Felicidade. O Bem é também a sua finalidade. Por conseguinte, o homem torna-se livre na medida em que tem acesso ao conhecimento do verdadeiro e que este último conhecimento, e não qualquer outra força, guie a sua vontade. A libertação em vista de um conhecimento da verdade que – única – dirige a vontade é condição necessária para uma liberdade digna desse nome.”⁷⁸

Apontar situações de manipulação da consciência humana e suas implicações no impedimento ao exercício da liberdade.

No caminho para o bem, para a felicidade, há fatores internos e externos que conduzem o ser humano por vias que o escravizam. A própria liberdade supõe a escolha de um caminho diferente àquele que se identifica como bem. Isto requer a elaboração de critérios que permitam aferir da verdadeira liberdade. “Verdade e justiça são, assim, a medida da verdadeira liberdade. Afastando-se desse fundamento, o homem, ao tomar-se por Deus, cai na mentira e, ao invés de se realizar, destrói-se.”⁷⁹

Por outro lado, relativizar as convicções pessoais – muitas vezes, fruto de algum tipo de manipulação – é também uma forma de liberdade, uma forma de não permanecer aferrado a ideias preconceituosas ou teimosias. É importante que o aluno reconheça que a sua perspectiva do que é a liberdade não é a única em relação à verdade do que a liberdade

⁷⁷ CDF, *Liberdade Cristã e Libertação*, n.º 1.

⁷⁸ CDF, *Liberdade Cristã e Libertação*, n.º 26.

⁷⁹ CDF, *Liberdade Cristã e Libertação*, n.º 26.

é mostrando-lhe outras perspetivas, mesmo que não as assuma, mas as respeite e dialogue com a diferença, com sentido crítico.

Reconhecer na mensagem cristã a bondade de Deus e o apelo à vivência da liberdade na realização pessoal.

A primeira parte desta aprendizagem essencial é de cariz catequético, uma vez que já supõe que se acredite na existência de Deus. Talvez fosse mais escolar a expressão “reconhecer na mensagem cristã um convite à liberdade fundamentada na bondade e concretizada na realização pessoal”. Esse convite constata-se na SE.

De facto, toda a SE, fundamento da mensagem cristã, está impregnada de um convite à liberdade por parte de Deus e de um anelo de liberdade por parte do ser humano. Em boa parte, o AT é a história de um Deus que faz de um conjunto de escravos um povo livre e que com ele faz uma aliança de liberdade e para a liberdade, a qual o povo, de forma infiel, vai quebrando escravizando-se continuamente com realidades das quais Deus o tem de libertar⁸⁰. O NT é o anúncio da ação libertadora culminante de Jesus Cristo. Assim, “o Evangelho é uma mensagem de liberdade e uma força de libertação”⁸¹. Para São Paulo, é Deus quem nos chama à liberdade, que nos propõe uma liberdade que acontece em Jesus Cristo (Cf. Gl 5, 13). Mas o único que se deve pretender com esta aprendizagem essencial é que o aluno reconheça o fundamento bíblico da proposta cristã de liberdade e não que o aluno reconheça o convite de Deus à liberdade.

Assumir atitudes responsáveis promotoras de liberdade.

Trata-se de que as aprendizagens desenvolvidas nesta unidade letiva tenham consequência na vida do discente. A liberdade – definida como “manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum”⁸² – é um dos valores fundamentais no PASEO e um pressuposto para um cidadão que se quer interventivo e solidário. “Onde faltam a verdade e o amor, o processo de libertação leva à morte de uma liberdade que terá perdido qualquer base de apoio”⁸³. Portanto, a liberdade não é uma realidade

⁸⁰ Cf. CDF, *Liberdade Cristã e Libertação*, n.º 44-47.

⁸¹ CDF, *Liberdade Cristã e Libertação*, n.º 43.

⁸² ME – DGE, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, p. 17.

⁸³ CDF, *Liberdade Cristã e Libertação*, n.º 24.

meramente individual e subjetiva, mas toma sentido na alteridade e na relação com a diversidade.

Às AE identificadas pelo SNEC correspondem dois descritores do Perfil dos alunos, sendo que, cada um deles, pretende manifestar o contributo para o desenvolvimento de quatro áreas de competências. O primeiro descritor consiste em ser “respeitador da diferença/do outro” e pretende desenvolver as áreas de competências: linguagens e textos; informação e comunicação; relacionamento interpessoal; desenvolvimento pessoal e autonomia. O segundo descritor refere-se ao ser “sistematizador/organizador” e pretende desenvolver as áreas de competências: linguagens e textos; informação e comunicação; raciocínio e resolução de problemas; saber científico, técnico e tecnológico⁸⁴.

Como já anteriormente referimos, notamos de imediato nas AE propostas a ausência de verbos que promovam o questionamento e a procura de soluções para a resolução de problemas quando são preocupações que constam tanto do PASEO como da tradição da Igreja, que tem o dever de “investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas” (GS 4). Parece-nos essencial uma aprendizagem focada no questionamento e procura de soluções, que possibilite o desenvolvimento da área de competência do “pensamento crítico e pensamento criativo”.

Lamentamos, ainda, que numa unidade letiva com o tema da liberdade não se proponha o desenvolvimento da área de competência “*sensibilidade estética e artística*” quando muitas vezes a arte foi a única forma possível para expressar o que o ser humano queria comunicar e não podia de outra forma. Por outro lado, no âmbito da unidade letiva da liberdade só cabe promover o gosto e o encanto com o impacto que a experiência da liberdade humana provoca no artista e o leva a dizer o indizível através da arte. “A beleza que se manifesta na criação e na natureza e que se expressa através das criações artísticas, precisamente pela sua característica de abrir e alargar os horizontes da consciência humana, de remetê-la para além de si mesma, de aproximá-la ao abismo do Infinito, pode tornar-se um caminho para o Transcendente, para o Mistério último, para Deus. A arte, em todas as suas expressões, no momento em que se confronta com as grandes

⁸⁴ Cf. SNEC, *Aprendizagens essenciais, 8.º ano de escolaridade*, p. 9.

interrogações da existência, com os temas fundamentais dos quais deriva o sentido do viver, pode assumir um valor religioso e transformar-se num percurso de profunda reflexão interior e de espiritualidade. Esta afinidade, esta sintonia entre percurso de fé e itinerário artístico, confirma-a um número incalculável de obras de arte que têm como protagonistas as personagens, as histórias, os símbolos daquele imenso depósito de ‘figuras’ – em sentido lato – que é a Bíblia, a SE. As grandes narrações bíblicas, os temas, as imagens, as parábolas inspiraram numerosas obras-primas em todos os sectores das artes, assim como falaram ao coração de cada geração de crentes mediante as obras do artesanato e da arte local, não menos eloquentes e envolvedoras.”⁸⁵

Por fim, parece-nos que não seria descabida uma aprendizagem focada na hermenêutica bíblica e desenvolvendo a área de competência de *linguagens e textos*. Tratar-se-ia de capacitar o discente para a interpretação da SE, enquanto texto sagrado da religião cristã, mediante uma leitura não meramente literal, mas hermenêutica⁸⁶, encontrando na Bíblia uma mensagem que é reflexo da experiência de comunidade e de fé do Povo bíblico, descobrindo, o mais aproximadamente possível, o sentido que o hagiógrafo pretendeu transmitir (DV 11 e 12). Ao mesmo tempo, capacita-se o aluno para interpretar um dos maiores patrimónios literários da humanidade, e fundamentos da cultura na qual se insere.

3.4. Análise à estrutura temática nos PEMRC de 2007 e 2014 e das AE de 2018.

Conteúdos definidos no Programa de 2007	Conteúdos definidos no Programa de 2014	Aprendizagens essenciais propostas em 2018
<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade e livre arbítrio • A liberdade orientada para o bem. • Definição de bem • Condicionamentos à liberdade e resposta do ser humano 	<ul style="list-style-type: none"> • Os conceitos de liberdade e livre arbítrio; • A liberdade orientada para o bem; • Definição de bem e “bem maior”; • Condicionamentos à liberdade e resposta do ser humano. 	Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade

⁸⁵ BENTO XVI, *Discurso aos artistas*, 21 de novembro de 2009, na Capela Sistina.

⁸⁶ Cf. BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-sinodal Verbum Domini*, n.º 37 e 38.

<ul style="list-style-type: none"> • A consciência moral • Autonomia e heteronomia 	<ul style="list-style-type: none"> • A consciência moral; • Heteronomia e autonomia morais; • A opção pelo bem; • “Os fins não justificam os meios.” • O discernimento e o juízo crítico. 	<p>Reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade e manipulação: <ul style="list-style-type: none"> ➤ O que é a manipulação? ➤ Tipos de manipulação ➤ Técnicas manipulatórias ➤ Manipulação e meios de comunicação social: o ato de construção da informação (noticiários, publicidade, documentários...) ➤ Tomar consciência da manipulação de que se está a ser alvo e libertar-se dela; libertar os outros da manipulação de que estão a ser vítimas; afirmar o princípio kantiano: «Agir sempre no sentido de considerar o ser humano como um fim e nunca como um meio ou instrumento». 	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade e manipulação: <ul style="list-style-type: none"> ➤ O que é a manipulação. ➤ Tipos de manipulação. ➤ Tomar consciência da manipulação de que se está a ser alvo e libertar-se dela; ➤ Como libertar os outros da manipulação de que estão a ser vítimas. 	<p>Apontar situações de manipulação da consciência humana e suas implicações no impedimento ao exercício da liberdade</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Quando a liberdade se autodestrói – libertinagem ➤ Dependências: álcool, drogas, jogo, TV, PC, Vídeo Games, Playstation, etc. ➤ Fatores motivacionais para a adesão aos comportamentos de risco ➤ Quando se torna necessário aprender a dizer não, mesmo sob pressão de grupos; quando se torna necessário renunciar ao prazer para a felicidade própria e alheia (relação felicidade/prazer); quando se torna necessário ter um programa de vida ➤ As consequências das decisões ➤ O tráfico de droga para enriquecimento e poder pessoal: «os fins justificam os meios» 	<ul style="list-style-type: none"> • Quando a liberdade se autodestrói. • As dependências que escravizam a pessoa: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Álcool; ➤ Drogas; ➤ Jogo; ➤ Consumo; ➤ Sexo; ➤ O uso constante do computador, da TV, dos Vídeo Games e do telemóvel; • Fatores motivacionais para a adesão aos comportamentos de risco: <ul style="list-style-type: none"> ➤ a pressão dos grupos; ➤ a dificuldade em renunciar ao prazer imediato; ➤ ausência de um programa de vida. • O grave problema social do tráfico de droga. • O agir segundo a própria consciência e valores fundamentados. • A opção religiosa da pessoa implica viver a vida segundo princípios e valores. 	Apontar situações de manipulação da consciência humana e suas implicações no impedimento ao exercício da liberdade
--	---	--

<ul style="list-style-type: none"> • Cf. Ex: O Deus libertador: Moisés e a libertação do Egito (a Páscoa judaica e a Páscoa cristã) 	<ul style="list-style-type: none"> • O Deus dos cristãos é um Deus libertador: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Moisés e a libertação do Egito, a Páscoa judaica; ➤ Jesus Cristo e a Páscoa cristã. • «Foi para a liberdade que Cristo nos libertou»: Gal 5, 1. 	<p>Reconhecer na mensagem cristã a bondade de Deus e o apelo à vivência da liberdade na realização pessoal</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Um Deus que respeita a liberdade humana: a parábola do Filho pródigo e do pai misericordioso: Lc 15, 11ss • Um Deus bom que me chama a fazer o bem 	<ul style="list-style-type: none"> • Um Deus que respeita a liberdade humana. A parábola do Filho pródigo e do pai misericordioso: Lc 15, 11-24; • Um Deus bom que chama a optar pelo bem e pela verdadeira liberdade: Rm 6, 22-23; Gaudium et Spes 41. 	<p>Reconhecer na mensagem cristã a bondade de Deus e o apelo à vivência da liberdade na realização pessoal</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Dependência e liberdade em relação aos bens materiais: Mt 6, 25-32 • Ser livre e libertar os outros 	<ul style="list-style-type: none"> • A dependência e a liberdade na relação com os bens materiais: Mt 6, 25-34; • Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém: 1Cor 10, 23-24; • A dignidade humana exige que o ser humano atue segundo a sua consciência e livre escolha (Gaudium et spes 17); • Ser livre e libertar os outros: a referência de S. Maximiliano Kolbe. • Mensagem de Francisco para a Campanha de Fraternidade de 2014 da Conferência Episcopal Brasileira, 25 de fevereiro de 2014. 	<p>Assumir atitudes responsáveis promotoras de liberdade</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Sugestão de interdisciplinaridade: Alemão — Festas e tradições. 		

Optamos por fazer referência aos conteúdos do PEMRC de 2007 e também às AE de 2018 para se poder verificar que, não obstante a mudança de paradigma educativo, pouco se alterou ao longo destes anos. O primeiro aspeto a salientar é o paralelismo entre os conteúdos definidos nos dois programas. Não há grandes diferenças entre um e outro. Inclusive a organização sequencial é a mesma. O que nos leva a pensar que mais do que um novo programa em função das metas curriculares, o programa de 2014 é uma mera adaptação do que se fazia nas competências para as metas curriculares.

O programa de 2014 acrescenta ao de 2007 apenas os seguintes conteúdos: A opção pelo bem; “Os fins não justificam os meios”; o discernimento e o juízo crítico; nas dependências acrescenta o jogo, o consumo e o sexo; o agir segundo a própria consciência e valores fundamentados; a opção religiosa da pessoa implica viver a vida segundo princípios e valores; «Foi para a liberdade que Cristo nos libertou»: Gal 5,1; Gaudium et Spes 41; Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém: 1Cor 10, 23-24; A dignidade humana exige que o ser humano atue segundo a sua consciência e livre escolha (Gaudium et Spes 17); a referência de S. Maximiliano Kolbe; mensagem de Francisco para a Campanha de Fraternidade de 2014 da Conferência Episcopal Brasileira, 25 de fevereiro de 2014.

Por outro lado, na definição dos conteúdos não se encontra a sistematização e o rigor científico pretendidos⁸⁷. O que aqui nos surge é um conjunto de temas muito vagos e uma miscelânea de conceitos, recursos e exemplos. Por exemplo, ficam muito em aberto conceitos complexos e importantes como “bem”, “autonomia e heteronomia”, “consciência moral”; recursos confundidos com conteúdos como é o caso de “Gaudium et Spes 41” ou “Mensagem de Francisco para a Campanha de Fraternidade de 2014 da Conferência Episcopal Brasileira, 25 de fevereiro de 2014.”; ou exemplos como os apontados – nas “dependências” ou o de “Maximiliano Kolbe” como referência de quem é livre e liberta os outros – que, no primeiro caso, podem delimitar a abrangência do tema, ou, no segundo, limitar a riqueza testemunhal que existe na história da Igreja.

O que parece dar sequência aos conteúdos é os perigos que afetam a liberdade. Aponta-se mais o que nos prende do que o que nos liberta. Este facto corre o risco de apontar para uma moralização dos comportamentos e para um endoutrinação, quando o ensino religioso escolar consiste numa apresentação de conteúdos através de

⁸⁷ Cf. CEP, *EMRC Um valioso contributo para a formação da personalidade*, n.º 9; Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório Geral da Catequese*, n.º 73.

experiências de aprendizagem, mas que criem no discente a liberdade para uma opção pessoal fundamentada e não condicionada pela visão crente dos conteúdos.

Constata-se ainda uma abordagem da liberdade quase exclusivamente como conquista individual. A liberdade é, de facto, um processo individual, mas tem necessariamente uma natureza também relacional, fundamental para o desenvolvimento da liberdade pessoal.

Mas o mais importante nestas propostas temáticas é que carece a abordagem a algumas questões fundamentais no âmbito da liberdade tais como: O que é a liberdade? O que é o bem? O que é um “bem maior”? O que é a consciência moral e como afeta a liberdade? O que é a autonomia e a heteronomia? Alguém que escolhe o mal, não é livre? Para quê ser livre? Qual o sentido da liberdade? Quais os níveis de liberdade? Podemos ser condicionados a todos os níveis? Qual a diferença entre liberdade e libertinagem? É a liberdade que se autodestrói ou o mau uso da liberdade que prejudica a pessoa? Como saber se alguém é livre ou não? O outro é obstáculo e delimitador da minha liberdade ou a possibilidade de realização da minha liberdade? A liberdade é uma realidade meramente individual ou tem uma dimensão relacional, social e comunitária? De que forma um episódio bíblico como o do Êxodo contribui para a experiência de liberdade atual? Só as “religiões bíblicas” é que podem perceber o que é a liberdade? Desobedecer a Deus não é um ato de liberdade? Ter bens significa não ser livre?

3.5. O conceito de liberdade proposto na UL 3 para o 8.º ano no PEMRC de 2014.

Num primeiro olhar sobre os objetivos e conteúdos propostos pela UL da liberdade, salta-nos à vista dois aspetos: primeiramente que no centro, tantos daqueles como destes, apareçam as dependências; em segundo lugar a predominância do singular em detrimento do plural.

De facto, o que se constata da proposta do PEMRC é uma quase absolutização da liberdade individual apenas pontilhada por umas poucas expressões que fazem referência à dimensão comunitária e relacional da liberdade: “como libertar os outros da manipulação de que estão a ser vítimas”; “*foi para a liberdade que Cristo nos libertou*” (Gl 5, 1); “ser livre e libertar os outros: a referência de S. Maximiliano Kolbe”⁸⁸.

No fundo, o conceito de liberdade proposto pelo PEMRC resume-se quase totalmente às duas primeiras dimensões do conceito filosófico de liberdade anteriormente

⁸⁸ Cf. CEEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: SNEC, 2014, p. 91.

apresentado: a liberdade de restrições, limitações ou coação, e a liberdade de escolha. Mesmo a referência à opção pelo bem carece de uma concretização, o que nos permite perguntar: bem, de quem? Do próprio, do seu núcleo mais próximo, do “seu” povo, da humanidade, da Criação?

Mas façamos uma tentativa de encontrar um fio condutor nos conteúdos propostos. A UL parte dos conceitos de liberdade e livre arbítrio, facilmente constatáveis pela experiência humana, para, de imediato, propor a sua orientação para o bem, sem, porém, o concretizar. Da experiência de liberdade e livre arbítrio surge, por conseguinte, a primeira referência aos condicionalismos. Para lidar com esta experiência o PEMRC aponta à consciência moral, para a qual contribuem a heteronomia e a autonomia morais, que deve desaguar numa opção pelo bem, que permita um discernimento e juízo crítico. Esse discernimento pode ser manipulado, portanto é importante saber o que é a manipulação e como se manifesta para que, conhecendo-a nos possamos libertar dela, e ao mesmo tempo libertar os outros. Segue-se então uma lista de riscos provindos de um mau uso da liberdade, sempre focados numa dimensão individual e procurando uma formatação de comportamentos. Termina o elenco de riscos com um apelo ao uso da consciência e uma apresentação da opção religiosa quase como salvação e ponte para a abordagem bíblica focada na Páscoa e, quase exclusivamente, nos condicionalismos do qual nos temos de libertar para ser livres, ou seja, numa perspetiva negativa da liberdade⁸⁹.

Assim, “podemos verificar que a elaboração dos conteúdos, sobre a Liberdade, seguiu uma abordagem centralizada na experiência individual do sujeito”⁹⁰. A proposta do PEMRC carece da dimensão relacional e da perspetiva cristã da liberdade que propõe o amor como sentido da liberdade.

Como vimos, anteriormente, a liberdade de escolha só é efetivamente um começo, está em função da libertação moral, fundamental, que por sua vez está em função da realização pessoal. É certo que esta libertação fundamental, implica uma série de ruturas com os condicionalismos e os estímulos tanto internos como externos. Mas a negação destes condicionalismos não é um fim em si mesma, como parece ressaltar do PEMRC. A renúncia aos condicionalismos deve ser fruto de uma opção. Deve existir uma liberdade fundamental que dá sentido a uma opção que implica uma renúncia aos condicionalismos

⁸⁹ Cf. Cf. CEEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: SNEC, 2014, p. 91.

⁹⁰ PEIXOTO, Miguel dos Santos Patrício, *A liberdade: análise filosófica, teológica, pedagógica e didáctica à terceira unidade lectiva do oitavo ano do ensino básico*, Porto: UCP, Faculdade de Teologia, 2012, p. 40.

e não uma renúncia aos condicionalismos como sentido da opção. “A autêntica liberdade humana não consiste tanto na possibilidade de escolher quanto em escolher o que corresponde a um crescimento verdadeiro da pessoa, de acordo com as suas potencialidades e a sua irrepetível vocação”⁹¹. Mas a pessoa humana não é um ser isolado, mas um ser relacional, naturalmente aberto aos outros. E é neste processo que se enquadra a verdadeira “novidade” da perspectiva cristã da liberdade que vê no ser humano o poder de libertação conferido por Deus. Trata-se de uma *liberdade de* condicionamentos da natureza pecadora e, sobretudo, de uma *liberdade para* que consiste, fundamentalmente, no exercício concreto do amor aos irmãos e, neles, a Deus⁹². Isto pode implicar a renúncia à própria liberdade de escolha, se o bem de outro ser humano o exigir (Cf. 1Cor 8-10; Rm 14). Porém, verdadeiramente, “não se trata impor um limite à liberdade, mas de um modo mais sublime de a exercer. Os cristãos, livres da antiga escravidão e convertidos em servos de Deus (Rm 6), colocam-se “uns ao serviço dos outros por meio do amor” (Gl 5, 13) como o Espírito lhes ensina (Gl 5, 16-26). Fazendo-se servo e quase escravo dos seus irmãos (1Cor 9, 19), Paulo não cessava de ser livre, e ao mesmo tempo era imitador de Cristo, o Filho que se fez servo (1Cor 11, 1). O segredo da liberdade dos filhos está, pois, em viver a caridade, ou seja, na doação constante de si mesmos a Deus e aos irmãos”⁹³.

⁹¹ PIANA, G., *Libertad y responsabilidad*, 1068.

⁹² Cf. PIANA, G., *Libertad y responsabilidad*, 1069.

⁹³ PIANA, G., *Libertad y responsabilidad*, 1072.

4. FUNDAMENTAÇÃO NEOTESTAMENTÁRIA DA UL DA LIBERDADE

Olhando para as questões enunciadas no capítulo anterior, estamos em crer que um dos fatores que mais contribui para a desorganização temática acima indicada tem por base uma fundamentação neotestamentária não muito assertiva ao sublinhar textos (Lc 15, 11-24⁹⁴; Rm 6, 22-23; Mt 6, 25-34; 1Cor 10, 23-24) que apontam para uma abordagem da liberdade pela negativa, ou seja, por aquilo que a liberdade não é. Mas façamos uma breve abordagem a cada um dos textos que o PEMRC de 2014 nos propõe.

4.1. Lc 15, 11-24.

O que de imediato nos salta à vista é o facto da parábola estar amputada de uma das suas partes. O PEMRC de 2014 propõe o texto de Lc 15, 11-24 e não o texto completo da parábola, Lc 15, 11-32. É omitida a parte relativa ao filho mais velho. Esta é uma opção que ignora logo à partida o primeiro versículo da parábola: “um homem tinha dois filhos” (Lc 15, 11). Isto denota algum desconhecimento do texto, pois, para ler este texto, é necessário prestar atenção às relações do pai com cada um dos filhos, mas também entre os filhos. Retirar a parte de Lc 15, 25-32 é ignorar a técnica narrativa e retórica dominante na parábola, a síncope ou paralelismo⁹⁵.

Por outro lado, é um erro adotar este texto (parábola do filho pródigo e do pai misericordioso, ou parábola “dos dois irmãos”⁹⁶) como referência para a liberdade, quando este é um texto que aponta especialmente para o excesso da misericórdia de um pai e para a forma como não vemos no outro um irmão. “O que se vislumbra nesta parábola é o amor de Deus que se dirige ao homem, expresso na figura do pai misericordioso, e a resposta de conversão por parte do pecador, expresso na pessoa do filho mais novo”⁹⁷. É inclusive curioso que a Congregação para a Doutrina da Fé, na sua Instrução *libertas conscientia*, sobre a liberdade cristã e a libertação, não faça uma única referência ao texto de Lc 15.

Mas analisemos o texto completo de Lc 15, 11-32 para podermos ter uma perceção melhor da sua temática central.

⁹⁴ Mesmo a formulação da aprendizagem essencial “reconhecer na mensagem cristã a bondade de Deus e o apelo à vivência da liberdade” parece ter presente este texto bíblico.

⁹⁵ Cf. ALETTI, Jean-Noël, *Il racconto come teologia*, p. 170.

⁹⁶ Cf. RATZINGER, Joseph, *Jesús de Nazaret, Primera parte. Desde el Bautismo a la Transfiguración*, pp. 83-84.

⁹⁷ GNILKA, Joachim, *Jesus de Nazaré, mensagem e história*, p. 100.

4.1.1. O contexto

Perto da metade do relato de Lucas aparecem três parábolas que constituem não o ponto mais alto do evangelho – que é a paixão e a glória –, mas sim a joia mais preciosa do ensinamento de Jesus⁹⁸. O Capítulo 15 de S. Lucas está integrado num contexto em que se apresenta Jesus na sua viagem da Galileia a Jerusalém – subida central em Lucas –, propondo uma série de ensinamentos sob a forma de uma revelação ou de uma exortação ou respondendo a situações que intrigam ou ofuscam. Esta secção do Evangelho segundo Lucas descreve as peculiaridades do autêntico discípulo, mas no centro desta parte está a «parábola do pai que tinha dois filhos»⁹⁹ que nos explica a natureza mais íntima do Deus de Jesus: a ternura e a misericórdia. Jesus, durante a viagem, ensina os seus seguidores a ser bons discípulos, mas no centro do seu ensino coloca a descrição do rosto de Deus¹⁰⁰.

Com respeito a todo o capítulo 15, há autores que falam em três partes de uma única parábola – como três atos de uma mesma peça –, uma vez que o versículo 3 utiliza o singular «esta parábola». As «três parábolas» constituem um discurso único, a resposta apologética e didática do Mestre. No entanto, deve-se ter em conta que as três parábolas são distintas na forma e no fundo: as duas primeiras são gémeas e centram-se na procura que se segue à perda, enquanto a terceira, muito mais detalhada, omite qualquer procura por parte do pai, centrando-se mormente na sorte dramática do filho. Para além disso, aborda ainda a questão do filho mais velho, cujas acusações recordam as murmurações iniciais dos fariseus e doutores da lei¹⁰¹. Porém, a unidade do capítulo é inegável, o que, por si só, já nos levanta o problema de apenas se abordar parte do texto na UL, correndo assim o risco de descontextualizar ou manipular o sentido do texto.

Descobertas recentes encontraram textos paralelos em literaturas antigas — babilónica, cananea, etc.—, no Lotus Sutra, nos papiros gregos. No entanto, nenhum destes paralelos ou reelaborações pode comparar-se ao vigor poético ou à intensidade

⁹⁸ Cf. SAOUT, Yves, *Evangelio de Jesucristo según San Lucas*, p. 66.

⁹⁹ No que concerne ao título, a exegese moderna reconheceu que a denominação tradicional, tanto no mundo hispano e no anglo-saxónico, de «o filho pródigo», como na tradição alemã «*Der verlorene Sohn*» (o filho perdido), apenas conseguem captar um aspeto da parábola. Chamá-la de «parábola dos dois filhos» (cf. T. W. Manson, *The Sayings of Jesús as Recorded in the Gospels according to St. Matthew and St. Luke*, 284) não melhora substancialmente a designação. Talvez a sugestão de J. Jeremias (*The Parables of Jesus*, 128), que a define como «a parábola do amor do pai», se aproxime mais do verdadeiro sentido da narração, uma vez que a personagem central é, realmente, o pai: «Um homem tinha dois filhos...» (v. 11). Cf. FITZMYER, Joseph, *El Evangelio según Lucas*, p. 672.

¹⁰⁰ Cf. RAMIS DARDER, Lucas, *Evangelista de la ternura de Dios*, p. 40.

¹⁰¹ Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)* p. 28.

emotiva desta parábola de Jesus¹⁰². Segundo François Bovon, na origem do texto de Lc 15, 11-32 houve uma parábola oral de Jesus da qual os primeiros cristãos guardaram memória e o autor do material próprio lucano tomou a moléstia de pôr por escrito¹⁰³. É a parábola que Lucas recebe e integra no seu capítulo central. Situa-a num bom lugar: depois do êxito do ministério na Galileia, Jesus enfrenta uma oposição crescente. A mensagem alia-se com a alegação: kerigma e apologia estão unidas¹⁰⁴.

4.1.2. O cenário (Lc 15, 1-2)

O cenário é marcado pelos destinatários que são todos, os cobradores de impostos e outros pecadores (que representam os seres humanos separados de Deus, ligados aos bens materiais) que se aproximam de Jesus (a Ele, αὐτῷ v. 1) e com os quais Jesus se senta à mesa, e os fariseus e doutores da Lei que criticavam Jesus e simbolizam a hostilidade regular à mensagem salvadora e misericordiosa, uma vez que não compreendem o desígnio salvífico de Deus, sendo a murmuração a sua forma de expressão¹⁰⁵. Estes podiam também ser símbolo de uma ala conservadora do cristianismo primitivo que se oporia acolhimento dos reconvertidos. É assim apresentado o cenário. Os destinatários são estes dois grupos. Jesus fala para os dois, mas sabemos bem quem são os seus amigos, as suas companhias. Os fariseus e doutores da Lei também sabiam, por isso o criticavam. Jesus responde com o ensinamento que dá, mas deixa ao ouvinte a responsabilidade da decisão subjetiva. O capítulo 15 trata da misericórdia para com os pecadores, mas também para com os justos e da reunião dos pecadores arrependidos com os justos, ou seja, do rebanho inteiro, do dinheiro de novo reunido, da família reencontrada¹⁰⁶. É um texto eminentemente soteriológico como se pode constatar da centralidade do particípio ἀναστάς (v. 18). O verbo ἀνίσταμαι, que noutros lugares afirma a ressurreição, poderia significar aqui algo mais do que «levantar-se». Acaso não dizem os versículos 24 e 32 que o filho mais novo, que estava morto, voltou à vida?¹⁰⁷

4.1.3. Comentário a Lc 15, 11-32

¹⁰² Cf. FITZMYER, Joseph, *El Evangelio según Lucas*, p. 671.

¹⁰³ Veja-se por exemplo a expressão de sabor semítico ἀνθρωπός ης que não é lucana (que habitualmente escreve ἀνὴρ τις). É característica do material próprio. Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, p. 63.

¹⁰⁴ Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, p. 63.

¹⁰⁵ Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, p. 33-34.

¹⁰⁶ Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, p. 29.

¹⁰⁷ Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, p. 31.

Neste relato trata-se nada menos que da essência do cristianismo e da imagem de uma sociedade. Deus, o Pai do evangelho; Cristo, narrador discreto e incisivo; a Igreja repartida nos dois grupos, culpáveis os dois; a ausência, querida ou inconsciente, de mulheres, às que apenas as ausências do texto fazem presentes. As entranhas de um homem que se comovem ao voltar a encontrar o seu filho vivo. Dois irmãos com um destino voluntariamente distinto, rivais como o foram Caim e Abel. As grandes categorias da doutrina cristã: a queda e a reconciliação, o povo de Deus dividido e dependente da graça pelo pecado. Desejo de viver, autonomia, rivalidade, dependência¹⁰⁸.

O v. 11, “um homem tinha dois filhos” prepara as três partes da parábola. Ao contrário de outros textos Lucas não começa este com as palavras “um homem rico” (Lc 12,16; 16,1.19) o que já nos diz que o tema central não é a riqueza, não são os bens. Estes serão apenas um instrumento (social, mas também narrativo) que permite manifestar outras coisas ao nível das relações entre pai e filho. Os três protagonistas são chamados de pai – exceto no v. 11, onde se lê “um homem” –, filhos (mais velho e mais novo) e irmão, respetivamente. Não é preciso muita sagacidade para entender que estas relações serão o problema¹⁰⁹. O homem é certamente um pai, porque ele chama aos filhos “o meu filho”, “meu filho”, do início ao fim da parábola, e quer que se considerem irmãos entre si. O filho mais novo nunca fala do mais velho, mesmo quando está longe, mas apenas do seu pai, porque, sendo o seu problema tentar voltar a comer, só o pai poderia aceitá-lo ou rejeitá-lo, estando mesmo disposto a viver lá sem o estatuto de seu filho. Quanto ao mais velho, não pronuncia as palavras “pai” e “irmão”, sinal de que para ele o filho mais novo já não é irmão e que luta para reconhecer o pai como pai. É curioso o facto do servo encarregado de informar o filho mais velho usar as expressões: “teu irmão” e “teu pai”. pois comparando estas denominações com as do filho mais velho, o seu uso torna-se muito mais importante: porque é que o servo encontra as palavras simples e apropriadas, e o filho mais velho não o faz?¹¹⁰.

Num primeiro momento vemos um filho, o mais novo¹¹¹, frente ao seu pai, que acede ao pedido do filho. Este pedido, ao contrário do que é vulgarmente entendido não representa nenhuma ilegalidade. A expressão “a parte que me corresponde” τὸ ἐπιβάλλον

¹⁰⁸ Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, p. 59.

¹⁰⁹ Cf. ALETTI, Jean-Noël, *Il racconto come teologia*, p. 174.

¹¹⁰ Cf. ALETTI, Jean-Noël, *Il racconto come teologia*, p. 175 e 176.

¹¹¹ O adjetivo νεότερος (mais novo) também designa na Igreja primitiva (Act 5, 6 e 1Pe 5, 5) um novo convertido (estes, por vezes, constituíam um grupo distinto). BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, p. 63.

μέρος, era juridicamente possível e comum. Segundo a lei de Dt 21, 27, duas partes da herança pertenciam ao primogénito. No nosso caso, a terceira parte pertencia ao filho mais novo. Segundo as normas ordinárias, se a divisão dos bens se fizesse durante a vida do pai, a posse passava para os herdeiros, mas o pai mantinha o usufruto dos bens¹¹². Porém, o filho mais novo vai mais longe e não quer apenas o direito de posse, mas também deseja dispor já do que é seu, no fundo abandona a sua condição de filho para ser proprietário. Talvez por isso enquanto o filho pede bens (οὐσία, existência), o pai reparte «a sua vida» (βίος, os meios de vida, os recursos). Convém ainda referir que, o facto do filho mais novo ter recebido o seu lote, não significa que o mais velho tenha recebido também o seu. Se permanece na casa paterna, não tocará a sua parte da herança até à morte do seu pai. Na parábola, de facto, o pai dispõe dos seus bens até ao fim¹¹³.

O filho mais novo é primeiramente caracterizado por um desejo, o de ter a sua parte da herança. Mas a história não diz por que a quer. As razões não são dadas e, mesmo que o leitor não seja proibido de os procurar, é necessário evitar dar uma resposta excessivamente precipitada: quando as motivações são silenciadas por uma história, as razões podem ser diferentes: porque não têm influência no entrelaçamento, porque o narrador os fará aparecer mais tarde progressivamente, ou porque não é por estas razões que o leitor deve centrar a sua reflexão¹¹⁴.

De seguida o narrador debruça-se sobre as ações do filho mais novo. Aqui, o filho é o protagonista e o sujeito dos verbos: reúne (συναγαγών, lit. «tendo reunido tudo») e esbanja «numa vida desregrada», vivendo dissolutamente (Ζῶν ἄσώτως). Etimologicamente ἄσώτος, significa «sem salvação», «sem esperança de salvação». Aqui a expressão sugere em princípio um desperdício irreversível (cf. 14a: «quando gastou todos os seus bens»). Mas, tendo em conta o interesse de Lucas pelo vocabulário da salvação, descobre-se também uma conotação ética neste advérbio. O erro do filho mais novo radica sobretudo no mal gastar da herança e não tanto na sua partida. Aliás, será isso que o filho mais velho apontará (v. 30).

É de sublinhar também a referência ao espaço, que revela um afastamento gradual (εἰς χώραν μακράν, «a uma região longínqua» v. 13; καὶ πορευθεὶς ἐκολλήθη ἐνὶ τῶν πολιτῶν τῆς δόρας ἐκεῖνης, «partiu... um dos cidadãos daquela região», v.15). Este afastamento coincide com um fracasso, uma carência progressiva (ἦρξατο ὑστερεσθαι,

¹¹² Cf. CARRILLO ALDAY, Salvador, *El evangelio según San Lucas*, p. 279.

¹¹³ Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, p. 65.

¹¹⁴ Cf. ALETTI, Jean-Noël, *Il racconto come teologia*, p. 176.

«começou a passar necessidade», v. 14) e conduz a um desejo insatisfeito (ἐπεθύμει γεμίγει τὴν κοιλίαν, «desejava encher o seu ventre», v. 16). O espaço amplia-se, mas os vínculos pessoais diminuem¹¹⁵. Apesar de ter reunido tudo, o filho continuava de ventre vazio. Deixou um pai que lhe deu quase tudo (v. 12) para chegar a uma situação em que ninguém lhe dá nada (v. 16) o que o conduz a uma viagem interior, a “entrar em si mesmo” (Εἰς ἑαυτὸν δὲ ἔλθῶν), a um “cair em si” – que é a única queda “para cima” – que orienta o relato (v. 17). Um dos primeiros sentidos de ἔρχομαι é «entrar», «voltar» (cf. Jo 9, 7). Tanto para o judaísmo helenístico como para o cristianismo primitivo este vocábulo expressa uma etapa decisiva da μετάνοια, da «conversão», do retorno a Deus¹¹⁶.

Mas será que, de facto, o jovem passa por um processo de conversão? O filho mais novo devia tocar no fundo, depois de perder tudo, de ter mergulhado na miséria e sentir fome em toda a sua crueza. Lucas, mostrando que o filho mais novo desperdiçou os seus bens com uma vida desregrada, indica que a situação em que este se encontra é culpa própria. Podia ter perdido o dinheiro por incompetência – maus investimentos, etc. – ou ter sido roubado por administradores desonestos (cf. Lc 16, 1). A fome surge apenas como uma complicação adicional, não é a verdadeira causa do drama, porque mesmo em tempos de fome aqueles que têm dinheiro podem sempre sobreviver. O filho é, portanto, responsável pelo que lhe acontece: recebe apenas o que merece!

O narrador foca-se na forma como o filho mais novo tenta sair da má situação: não implorar ou roubar, mas colocar-se ao serviço de um proprietário, para comer. O filho rico e opulento tornou-se num guardador de porcos. A morte não está muito longe, e ele próprio vê esta saída fatal (v. 17).

Depois vem o monólogo, que constitui o clímax da cena. A interpretação dada a este monólogo é muito variada. Muitos vêem-no como uma conversão interior, um arrependimento sincero, um início de uma nova relação com o pai. Mas, para Aletti, estas belas e elevatórias interpretações não são narrativamente bem fundamentadas. As palavras que o jovem profere aos pés do pai soam como uma confissão e um ato de contrição: ele regressa porque sabe que pecou contra o seu pai, contra a sua ternura e bondade. Mas o discurso, antes preparado, muda totalmente a perspectiva, porque o jovem não começa de todo com uma declaração de pecado ou uma consciência da dor que poderia causar ao seu pai. Podia ter manifestado o seu arrependimento de tantas formas: “causei dor ao meu pai, que talvez pense que estou morto”, “preferi o meu conforto ao

¹¹⁵ GÓMEZ ACEBO, Isabel, *Lucas*, p. 433.

¹¹⁶ Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, pp. 60 e 67.

amor do meu pai”, etc. Mas não é o arrependimento, mas sim a fome, que leva o filho a cair em si. o seu ponto de referência não é nem a tristeza nem o amor do pai, mas sim os assalariados que têm pão em abundância. A sua motivação é a vontade de comer e, portanto, de viver, mesmo à custa da própria dignidade filial. É melhor ser um assalariado com estômago cheio do que um filho caído ou morto! É muito instrutivo que, embora quisesse pedir ao pai para não o considerar mais um filho, ele não diga “senhor” (κύριε), mas continue a chamá-lo de “pai” (πατρός). Mesmo que o empregado dependa do seu mestre, pelo menos tem a oportunidade de ser alimentado pelo seu trabalho. O filho mais novo percebe que a solução do regresso à casa paterna é a última oportunidade que tem para não morrer: tentar pedir ao seu pai que o aceite como um mero assalariado. Para ser honesto, o seu discurso devia ter começado assim: “Pai, voltei porque estou esfomeado e já não aguento; prefiro viver como um trabalhador, mas com o estômago cheio.” Sem mencionar esta primeira verdade, a confissão do pecado serve apenas de capa: a primeira coisa em que o jovem pensa é em encher o estômago, e a última coisa que ele quer confessar ao pai é que o seu regresso é ditado por esta razão. O facto de a primeira parte do monólogo (v. 17) desaparecer das declarações que se propõe fazer mostra-o claramente. A mentira é flagrante. Se ele propõe ao pai para lhe fazer um ganhador salarial, é porque naquela casa os trabalhadores comem bem, como ele próprio reconheceu (v.17). O filho mais novo podia ter escolhido algo ainda mais baixo, a condição de um escravo, mas o escravo não recebe salários e está totalmente dependente do senhor, que pode fazer dele o que quer, enquanto o assalariado goza de maior independência, e recebe um salário pelo trabalho que faz¹¹⁷.

O participio ἀναστάς (lit.: «tendo-me levantado» ou «tendo-se levantado», v. 18 e 20), acompanha verbos de ação ou de movimento e sublinha o início da ação ou da partida. Não é conveniente, pois, atribuir-lhe um valor autónomo. O filho elabora uma confissão do seu pecado. O verbo ἁμαρτάνω, «errar», seguido amiúde de σκοποῦ, «o alvo», adquiriu nos Setenta o sentido religioso de «pecar». Pode-se dizer que a dupla expressão é bíblica e que não implica duas ações distintas: um mesmo gesto pode ferir um ser humano e alcançar a Deus. Para um israelita, todo o pecado é uma ofensa a Deus (cf. Gn 20,6; 39,9). O “céu” é um substituto do nome divino¹¹⁸. Sem precisar o conteúdo do pecado, o filho mais novo afirma que violou a ordem estabelecida por Deus e prejudicou o seu pai, razão pela qual perdeu a sua honra, a sua identidade, e até o seu

¹¹⁷ Cf. ALETTI, Jean-Noël, *Il racconto come teologia*, pp. 177 a 181.

¹¹⁸ Cf. CARRILLO ALDAY, Salvador, *El evangelio según San Lucas*, p. 280.

nome de filho. O verbo *καλῶ* que significa «chamar», mas em voz passiva, «ser chamado», transforma-se quase em sinónimo de «ser». O filho inicia, então, o seu novo projeto (v. 20a) e oferece-se como objeto. A normalidade, a banalidade, acaba aí tal como acaba o protagonismo do filho mais novo.

É o momento para a surpresa da parábola, e o início da segunda parte, porque o pai passa a ser o sujeito dos verbos, mas sobretudo pelos verbos usados para expressar a sua ação. O verbo *σπλαγγνίζομαι*, raro em grego, ganhou o sentido de «ter piedade», «ter compaixão», significado que encontramos também na literatura cristã primitiva. O evangelista, ou a sua fonte, coloca-o em lugares estratégicos: aqui e na parábola do bom samaritano (Lc 10, 33). O pai corre, atitude inconveniente para um chefe de família, abraça o seu filho e cobre-o de beijos (cf. Gn 33, 4). O narrador destaca a compaixão, a pressa suscitada pela emoção, os abraços, os beijos¹¹⁹. O filho mal consegue dizer metade do que pretendia: o v. 21¹²⁰ cumpre o conteúdo do v. 18b, como o 20a tinha realizado o projeto do 18a. O v. 19 (o pedido de emprego) ficará sem cumprimento e perderá toda a sua razão de ser, pois o plano do pai – que quer um filho e não um servo – arrasa o do seu filho.

Voltando ainda ao filho mais novo, a sua audácia provavelmente dependia do conhecimento do pai: se achava que podia construir este tipo de discurso, era porque tinha a sensação de que estaria tudo bem. Há, portanto, ao mesmo tempo confiança (na bondade do pai) e cálculo (isto vai funcionar), e com ambos os elementos tenta a sua sorte. Mas, lendo a passagem com o v. 20b – “*quando ainda estava longe, o pai viu-o e, enchendo-se de compaixão, correu a lançar-se-lhe ao pescoço e cobriu-o de beijos*” – é evidente que o jovem pode dizer o que quiser. Depois de todas as manifestações de ternura do seu pai, não tem mais nada a temer e a sua declaração não tem risco. Então, como é entendido? Ainda como um cálculo, ou, pelo contrário, como expressão de um arrependimento real?

O narrador deixa a ambiguidade governar. Com efeito, por um lado, as palavras usadas soam corretamente: é verdade que pecou e acredita que já não pode continuar a

¹¹⁹ A amizade adulta entre dois homens expressava-se, amiúde, com um beijo. Quando Paulo parte de viagem, os discípulos de Éfeso despedem-se dele com um beijo (At 20,37); Jesus recrimina o fariseu que o convidou, por não o ter recebido com um beijo (Lc 7, 45), enquanto que a mulher pecadora o fez (Lc 7,38). O beijo afetuoso com que o pai recebe o seu filho adquire a conotação do “amor de amigo”. O pai mostrou um amor “maternal e paternal”, mas manifesta também, com essa postura, a perspectiva “amistosa do amor”. S. Tomás de Aquino dizia que a amizade é a forma privilegiada do amor, porque é uma relação que brota da liberdade. O pai é “pai” por natureza mas converte-se em “amigo” por opção. Cf. RAMIS DARDER, *Lucas, Evangelista de la ternura de Dios*, p. 47.

¹²⁰ Uns manuscritos acrescentam: «trata-me com um dos teus jornaleiros». LANGNER, *Córdula, Evangelio de Lucas Hechos de los Apóstoles*, p. 186.

ser uma criança, por outro lado, ele não menciona a verdadeira razão que o fez embarcar no caminho de volta, o medo de morrer. Além disso, o narrador não diz: “tomado pelo remorso – ou pelo arrependimento – o filho caiu aos pés do pai e disse-lhe...”. O narrador deixa o leitor com as suas dúvidas, mas, ao fazê-lo, mantém-se consistente, uma vez que o pai não precisava das belas palavras do filho para se apressar a atirar-se ao pescoço e cobri-lo com beijos: não são as palavras do filho que determinam a ação do pai.

Dois silêncios do filho mais novo exigem uma interpretação: em primeiro lugar frente ao pai não pronuncia o fatídico “trata-me como um dos teus jornaleiros” depois das manifestações de afeto recebidas. Abandonou essa ideia, porque agora compreendeu que o pai não lhe dará qualquer importância? Em segundo lugar a cena termina sem qualquer menção a uma ação de agradecimento. O filho continua em ingratidão? Quanto ao primeiro silêncio, a sintaxe autoriza uma resposta segura: na verdade, o filho continua a recitar a sua lição quando o pai a interrompe – o grego deve ser lido da seguinte forma: “Mas o pai disse aos seus servos...” O pai não quis ouvir mais: quando o jovem declara que já não merece ser filho, rejeita essa eventualidade e, pelo contrário, apressa-se a (re)dar ao seu filho todos os sinais da sua dignidade. Portanto, se o jovem não fez o último pedido, há uma razão muito simples: não teve tempo. Quanto ao segundo silêncio, não é de forma alguma um sinal de ingratidão. Se o jovem nem sequer diz um simples “obrigado, pai!”, é porque o narrador quis acabar esta primeira parte sobre a interpretação do pai: o que deve atrair a atenção do leitor não é o facto de o jovem poder ir da ingratidão à confusão, e depois à ação de agradecimento pelo perdão recebido. O importante é que o regresso do jovem dá ao pai a oportunidade de expressar o seu excesso de misericórdia. Em suma, o principal objetivo da história não é descrever o caminho da conversão do jovem, mas sim a reação do pai¹²¹.

O pai não lhe ordena nada, pois isso é feito aos criados e, como sábio patrão, acompanha com uma explicação as suas ordens (v. 22-24). Referido à túnica, o adjetivo *πρώτη* pode significar literalmente «primeira» no âmbito cronológico (tratar-se-ia da vestimenta filial que o pai teria guardado sem deitar fora ou oferecer), ou pode significar também a «primeira» em qualidade, ou seja, a «melhor», a «mais bela». Além disso, uma veste nova é, no NT, símbolo de pertença à era messiânica (Mc 2, 21; Act 10,11s; 11,5s; Heb 1,10-12)¹²². De qualquer forma, o jovem é reabilitado na sua dignidade de filho. O anel não é um presente oferecido ao visitante, mas sim um emblema de poder. Ao

¹²¹ Cf. ALETTI, Jean-Noël, *Il racconto come teologia*, pp. 182 e 183.

¹²² Cf. CARRILLO ALDAY, Salvador, *El evangelio según San Lucas*, p. 281.

contrário dos hóspedes que se descalçam ao chegar, o filho mais novo vai ser calçado¹²³. Na linguagem simbólica dos gestos, o ato de pisar calçado um terreno significava em Israel que se tomava posse dele. O pai preocupa-se, pois, em reintegrar plenamente o seu filho na família.

Esta reintegração celebrar-se-á com um banquete e uma festa. Uma vez que o filho recuperou o seu estatuto há que dar início à celebração. É necessário partilhar a alegria, e o pai fá-lo com excesso, pois ordena aos criados que matem o vitelo gordo. Comer carne na Palestina era algo realmente excepcional porque, dado o seu elevado custo, só se fazia nas grandes festas religiosas. Escolher para a matança um vitelo em lugar de uma rés mais pequena quer dizer que o pai pretendia convidar muita gente. Tanta alegria e excesso exige uma explicação: «porque este meu filho estava morto e reviveu, estava perdido e foi encontrado» (v. 24)¹²⁴. Lucas manifesta muitas vezes a importância de uma comida em comum. A insistência extrema do v. 24a («porque este meu filho estava morto... estava perdido...») conduz a uma pausa narrativa, quase a uma conclusão. Para François Bouvon, aos olhos de Lucas a parábola descreve a salvação e uma nova vida, a redenção e a ressurreição. O vocabulário escolhido permite essa transferência do nível humano para a esfera divina (o contraste entre morte e vida foi utilizado no cristianismo primitivo, para expressar a vida nova em Cristo e o sentido do batismo). O v. 24b conclui esta segunda parte, mas – astúcia narrativa – ao dizer que «começaram a celebrar a festa», o autor induz no seu leitor a ideia de que a história ainda não terminou. Recordando o início do relato («um homem tinha dois filhos...», v. 11), o leitor questiona-se sobre o filho mais velho, a quem é dedicada a terceira parte do texto¹²⁵.

Esta terceira parte está habilmente construída: o filho mais velho encontra-se igualmente no exterior da casa (v. 13) no campo (v. 15). Também ele se aproxima da casa (v. 25b), mas a semelhança detém-se aí: um diálogo do primogénito com um jovem criado (v. 26-27) substitui o monólogo interior do filho mais novo (v. 17-19). Um diálogo amargo (v. 28-32) substitui os abraços silenciosos (v. 20). A parábola caracteriza cada personagem pela eleição de um verbo: o primogénito «encolerizou-se». O relato concedeu tempo ao filho mais novo para ir e voltar, mas ao mais velho apenas lhe dá tempo para expressar o seu mau humor. Há um refrão repetido no v. 32 que repete o anúncio gozoso do v. 24, mas sem determinar uma conclusão. Se o filho mais velho quiser participar da

¹²³ GÓMEZ ACEBO, Isabel, *Lucas*, p. 437.

¹²⁴ GÓMEZ ACEBO, Isabel, *Lucas*, p. 437.

¹²⁵ Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, pp. 61, 68 a 70.

dança, a festa do princípio (v. 24b) poderia chegar até ao seu final. O narrador, à vida dissoluta do filho mais novo (v. 13) e à compaixão do pai (v. 20), acrescenta a cólera do primogénito (v. 28). O pai sai e roga-lhe. Podemos recordar aqui a parábola dos convidados para o banquete, que encontraram desculpas e pretextos para não participar (Lc 14, 15-24)¹²⁶. O texto assinala com um imperfeito a decepção do pai: «Era conveniente celebrar uma festa e alegrar-se» (v. 32). Não sabemos as palavras de consolo do pai (παρεκάλει αὐτόν). De qualquer maneira, foram infrutíferas. O filho mais velho concebe a sua vida como trabalho, talvez como submissão (δουλεύω). A relação com o pai está determinada mais pelo dever do que pelo afecto («sem nunca transgredir uma ordem tua», v. 29)¹²⁷. Apesar do conteúdo da notícia («o teu irmão voltou», v. 27), nega-se a chamar «irmão» aquele que voltou. O primogénito reprova-lhe sobretudo ter «gastado os teus bens com meretrizes».

A réplica do pai (v. 31) é emotiva, mas insuficiente: emotiva pelo uso do vocativo afetuoso τέκνον, «filho», «meu filho»; insatisfatória aos olhos do primogénito, que não obteve vantagens desta comunhão de bens. A expressão καὶ πάντα τὰ ἐμὰ σὰ ἐστίν, «todo o meu é teu», pode entender-se do ponto de vista jurídico (face à demanda do filho mais novo, o resto dos bens do pai está destinado ao mais velho e, como permaneceu na fazenda, este último praticamente dispõe dela), e do ponto de vista afetivo (o pai diz ao seu filho: sente-te livre; tu estás em casa). Com cuidado, o pai afirma sem insistir que «era conveniente celebrar uma festa e alegrar-se» (v. 32) e não diz «convinha-te...», mas faz uma retificação: fala do «teu irmão», face à expressão «teu filho» usada pelo primogénito. Εὐφραίνομαι («alegrar-se», «celebrar uma festa») e χαίρω, χαίρομαι («alegrar-se») proporcionam uma unidade com as duas parábolas que antecedem esta¹²⁸.

A necessidade de celebração e alegria vem do coração de Deus, que não pode deixar de comunicar aos seus filhos dignidade e alegria: o facto de o pai ter tanta pressa em celebrar, sem demora e com toda a sua casa, o regresso à vida do seu filho, mostra que a necessidade é a do amor alheio a qualquer cálculo, do perdão incondicional. Os princípios do filho mais velho e do filho mais novo passam pelo cálculo e pela remuneração, uma justiça que o pai não rejeita, mas que derruba em nome de outro princípio, que desta vez vem das entranhas¹²⁹.

¹²⁶ LANGNER, Córdula, *Evangelio de Lucas Hechos de los Apóstoles*, p. 187.

¹²⁷ De facto, parece que nenhum dos filhos se sente filho.

¹²⁸ Cf. BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, p. 62, 71-72.

¹²⁹ Cf. ALETTI, Jean-Noël, *Il racconto come teologia*, p. 194.

Cada um dos encontros do pai com cada um dos filhos fecha com um refrão que enfoca o amor paterno. As palavras do pai são sempre uma expressão do amor para cada um dos filhos. Torna-se inútil multiplicar possíveis perguntas posteriores, que desvirtuariam o significado da parábola, tais como: O filho mais velho terá acedido aos rogos do pai? Terá abraçado o seu irmão mais novo? Entrou e permaneceu na festa? E o filho mais novo? Como ficou a sua situação? Todas estas perguntas são totalmente alheias à parábola de um pai que tinha dois filhos¹³⁰.

4.1.4. Síntese

O primeiro que ressalta à vista no tema que abordamos é que, em momento algum do texto, surgem os conceitos de ἐλευθερία (liberdade), ἐλεύθερος (livre, independente), ἐλευθερώω (libertar); ἀπελεύθερος (libertado) o que por si só já nos dificulta a ver a liberdade como um dos temas fortes desta parábola, ao contrário de temas como a alegria, filiação, misericórdia, compaixão, vida... Ressalta da parábola o número de vezes em que Lucas aborda o campo semântico da alegria, com expressões de «festa», «música e danças», «lançar-se-lhe ao pescoço», «cobri-lo de beijos», «celebrar»¹³¹.

Não queremos afirmar que o conceito de liberdade está totalmente ausente da parábola lucana, o que defendemos é que uma fundamentação bíblica da UL da liberdade baseada na parábola do filho pródigo e do pai misericordioso tende a definir liberdade de uma forma negativa focando-se na delapidação da herança por parte do filho mais novo, ou seja, dizendo o que a liberdade não é, como se verifica no elenco de conteúdos propostos nos dois PEMRC e das AE, onde a manipulação e as dependências assumem um lugar de destaque e central. No fundo, é apresentar a liberdade como um risco, como um terreno perigoso, quando nos parece que a perspectiva cristã da liberdade é bem distinta. Baseando a UL no texto de Lc 15, 11-32, é como se só depois de estarmos perdidos é que pudéssemos encontrar a liberdade.

4.2. Rm 6, 22-23.

A Carta aos Romanos é comumente considerada como a obra principal entre os escritos de Paulo e amplamente considerada o documento mais influente na história da

¹³⁰ Cf. FITZMYER, Joseph, *El Evangelio según Lucas*, p. 687.

¹³¹ Cf. LANGNER, Córdula, *Evangelio de Lucas Hechos de los Apóstoles*, p. 187.

Igreja Cristã¹³². É o mais longo dos escritos do Apóstolo. A carta apresenta-se simultaneamente como o menos e o mais controverso dos escritos no corpus paulino: menos controverso porque a maioria dos estudiosos concorda com a sua autenticidade e datação; e mais controverso porque se manteve e permanece no epicentro do conflito doutrinário e religioso no seio da Cristandade. Ainda hoje, a epístola continua a ser uma fonte de desacordo e debate acadêmico.

Os grandes temas da carta contemplam o Evangelho, a justiça divina, a justificação pela fé, a impotência da Lei de Moisés, a eleição de Israel, a rejeição do Evangelho por parte de Israel e a sua futura salvação. Estes temas continuam, hoje, a ser importantes. O Concílio Vaticano II cita esta Carta ao reconhecer a relação particular entre Deus e o povo judeu [Cf. LG 16].

Embora possa ser possível que se exagere na importância dada à Carta aos Romanos em detrimento do resto do corpus paulino, o certo é que esta continua a ser uma parte fundamental da teologia cristã¹³³.

Relativamente aos destinatários desta carta, o debate entre os exegetas centra-se em três possibilidades: os judeus convertidos ao cristianismo, os cristãos não oriundos do judaísmo, e uma mistura entre ambos onde os segundos fossem a maioria. Os estudiosos que sustentam que a carta foi dirigida aos primeiros apontam vários detalhes encontrados na epístola para apoiar a sua posição: uma familiaridade dos destinatários com o AT; Rm 1-11 parece ser um debate sobre o lugar da Lei de Moisés e do Judaísmo à luz do acontecimento Cristo; em Rm 1, 1 Paulo identifica-se como um israelita, um descendente de Abraão, da tribo de Benjamim; fala-se do povo judeu como irmãos, parentes por descendência (Rm 9, 3); em Rm 4, 1 o Apóstolo refere-se a Abraão como nosso antepassado de acordo com a carne; em Rm 7, 1 fala com aqueles que conhecem a Lei; ou seja, a carta implica destinatários que têm algum conhecimento sobre as escrituras e a fé judaicas.

No entanto, estes argumentos ignoram outras características da carta: Paulo refere-se a si mesmo como Apóstolo dos Gentios (Rm 11, 3); inclui os cristãos romanos entre todos os ἔθνοϋς; fala diretamente aos gentios (Rm 11, 13). Devido a estes fatores, outros

¹³² Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, pp. 140.

¹³³ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 141.

exegetas argumentaram que os destinatários do Apóstolo eram os cristãos não oriundos do judaísmo, mesmo que houvesse cristãos judeus em Roma.

Esta perspectiva, também ignora características do texto. Não faria sentido o apelo à aceitação mútua (Rm 15, 7) se ambos os grupos não estivessem representados na Igreja. A referência repetida a judeus e gentios tendo a mesma responsabilidade perante Deus [Cf. Rm 1, 17; 2, 9.25; 3, 29; 10, 12] e a ampla discussão sobre a falta de fé de Israel, incluindo o plano contínuo de Deus para a redenção de Israel (Rm 9 – 11) seria incompreensível sem uma presença judaica na Igreja¹³⁴.

Enquanto ao propósito da carta, podemos apontar quatro possibilidades que não se excluem: Paulo procura apresentar-se a si próprio e ao seu Evangelho às comunidades cristãs de Roma; Paulo necessita de apoio para a sua missão na península Ibérica; Paulo solicita apoio espiritual para a sua viagem a Jerusalém (Rm 15, 20-32); Paulo deseja promover a unidade da Igreja entre os fortes e os fracos na fé (Rm. 14-15)¹³⁵.

Olhando, em concreto, para o texto proposto pelo PERMC (Rm 6, 22-23) verificamos que se volta a recortar um texto do seu conjunto (Rm 6, 15-23), correndo, uma vez mais, o risco de descontextualizar as palavras e as expressões. Por isso aqui, optamos por analisar o texto no conjunto da perícopes que a maioria dos exegetas propõe.

4.2.1. O contexto de Rm 6, 15-23.

Os capítulos 6 a 8 da Carta aos Romanos apresentam uma nova etapa de reflexão para a qual é necessário recordar o contexto anterior. Deus, por amor, por pura graça, reconciliou consigo o mundo, escravo do pecado. E fê-lo na morte de seu Filho na cruz (Rm 3, 21-26; 5, 1-11). Com isso inaugurou uma nova era da humanidade, que já não está configurada apenas pelo pecado e pela morte, introduzidos por Adão. Assim, a humanidade recuperou a liberdade para poder fazer o bem (Rm 5, 12-21).

Agora, Paulo precisa de explicitar como é a nova vida que foi inaugurada pela morte e ressurreição de Cristo. Num primeiro momento, mostra como, pela incorporação à morte de Cristo no batismo, o cristão foi libertado da escravidão do pecado e da morte total (Rm 6, 1-14). Isso capacita-o para poder viver ao serviço de Deus e não ao serviço do pecado (6, 15-23). Num segundo momento, explica porque Cristo nos libertou da Lei

¹³⁴ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, pp. 146-147.

¹³⁵ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 154.

de Moisés e qual é o papel desta na nova era inaugurada por Cristo (Rm 7). E, por último, explica qual é o papel do Espírito na vida cristã, tanto neste mundo (Rm 8, 1-17), como em relação à redenção global e definitiva no mundo futuro (Rm 8, 18-30). Todo o fragmento culmina num canto agradecido ao amor de Deus que dá fundamento à esperança cristã (Rm 8,31-39)¹³⁶.

No Capítulo 6 destacam-se três temas: o pecado, a relação com Cristo e o contraste entre a graça e a Lei¹³⁷. Rm 6 forma uma unidade. Os vv. 1 e 23 formam uma inclusão (têm os mesmos «motivos»: pecado, graça/dom, morte e vida). E os vv. 1 e 15 parecem indicar um novo começo na argumentação. Ambos querem responder à objeção de laxismo que fazem a Paulo. Por outro lado, há uma estrutura paralela em ambas as partes do capítulo: Questão (vv. 1 e 15). Interpelação (vv. 2 e 15c: De modo nenhum!). Questão (v. 3: ignorais? e v. 16: não sabeis que?)¹³⁸.

O capítulo divide-se em duas partes: Na primeira (vv. 1-14), Paulo reflete sobre a maneira como Cristo nos libertou da escravidão do pecado. Para isso utiliza uma reflexão doutrinal (vv. 3-10) e outra exortativa, parenética (vv. 11-14). É típico de Paulo que o imperativo, ou seja, a exortação a agir de um determinado modo, brote do indicativo, ou seja, da constatação do dom que Deus fez aos cristãos. Não o condiciona! Na segunda parte (vv. 15-23), que é a que nos prende, Paulo fala da meta que deve orientar a vida cristã: consagrar-se a Deus, viver totalmente ao seu serviço, para que a própria existência esteja cada vez mais marcada pela vida eterna, que esperamos obter como dom no final do caminho da nossa vida na terra¹³⁹.

As expressões Τί οὖν [Cf. Rm 3, 5.9; 4, 1; 6, 1.15; 7, 7; 8, 31; 9, 14.30; 11, 7] e duas questões retóricas delimitam o texto que é objeto do nosso estudo. As perguntas marcam frequentemente um novo rumo na discussão [Cf. Rm 3, 1.9; 6, 1.15; 7, 1.7.13; 8, 31; 9, 14.30; 11, 1.11]. Rm 6 divide-se em duas secções por perguntas (6,1; 6,15). As questões retóricas formam-se em resposta ao problema da Lei e do pecado que se desenvolvem a partir de Rm 5, 20¹⁴⁰. A questão retórica de Rm 6, 15 estabelece o tema principal desta subsecção: Os cristãos devem pecar por estarem livres da Lei? A razão contra o pecado é oferecida em Rm 6, 16. De 6, 17 a 6,22, o Apóstolo justifica a ideia de

¹³⁶ Cf. ALEGRE SANTAMARÍA, Xavier, *Carta a los Romanos*, p. 189.

¹³⁷ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 156.

¹³⁸ Cf. ALEGRE SANTAMARÍA, Xavier, *Carta a los Romanos*, p. 189.

¹³⁹ Cf. ALEGRE SANTAMARÍA, Xavier, *Carta a los Romanos*, p. 190.

¹⁴⁰ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 156.

que os cristãos, embora livres da Lei, não devem pecar. O argumento compara as ações de Deus, a resposta humana e os resultados dos dois estilos de vida possíveis. O verso final da perícopes refere-se à consequência escatológica do pecado e da graça¹⁴¹.

4.2.2. Comentário a Rm 6, 15-23

O v. 15 começa com a expressão *τί οὖν* que marca uma transição no argumento do Apóstolo. Na perícopes anterior, Paulo rejeitara uma possível interpretação errônea do seu argumento: “onde aumentou o pecado, superabundou a graça” (Rm 5, 20). Algumas interpretações erradas da sua teologia podiam concluir, a partir do reconhecimento da superabundância da graça, que o pecado produz a graça, pelo que os cristãos deveriam permanecer no pecado, pois dessa forma ajudariam a incrementar a graça. A afirmação é feita pelo próprio Paulo sob a forma de uma falsa conclusão que se seria tentado a retirar da sua doutrina. Paulo rejeita esta reflexão¹⁴². Ele afirma a incompatibilidade fundamental entre o pecado e Cristo, e os que se configuram com Ele. Antes do batismo, antes de que Deus nos declarara justos e nos libertasse da escravidão do pecado, o ser humano estava prisioneiro dos seus próprios condicionamentos negativos, das suas próprias paixões, e era como um escravo do pecado, incapaz de fazer o bem apenas pelas suas forças. As consequências eram funestas, como Paulo expôs no início da carta (Rm 1, 18 – 3, 20)¹⁴³. A configuração com Cristo (através do batismo) significa um novo estado para os cristãos, que já não estão “sob a lei, mas sob a graça” (Rm 6, 14)¹⁴⁴. Com o batismo o ser humano converte-se em algo realmente novo na ordem do ser, mas o batismo não suplanta as forças naturais¹⁴⁵. A vida “sob a graça” não liberta o ser humano da ação moral. A graça dada livremente deve afirmar-se com uma luta vigorosa. Na medida em que, pela fé, nos vamos abrindo à realidade que irrompeu dinamicamente em nós como dom de Deus. Essa nova realidade deve-se ir manifestando na vida cristã do dia a dia. Deus libertou-nos da escravidão do pecado para que agora possamos obedecer à sua vontade e possamos fazer o bem¹⁴⁶.

¹⁴¹ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 159.

¹⁴² LÉGASSE, Simon, *L'épître de Paul aux romains*, p. 418.

¹⁴³ Cf. ALEGRE SANTAMARÍA, Xavier, *Carta a los Romanos*, p. 202

¹⁴⁴ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 169.

¹⁴⁵ Cf. KUSS, Otto, *Carta a los Romanos, Carta a los Corintios, Carta a los Gálatas*, p. 94.

¹⁴⁶ Cf. ALEGRE SANTAMARÍA, Xavier, *Carta a los Romanos*, p. 190.

A questão colocada em Rm 6, 15 contempla a relação prática do pecado e da graça na vida do cristão: A graça justifica ou encoraja o pecado? Esta não é uma pergunta menor. Se seguir a Lei era o caminho para um judeu piedoso viver a vida moral, então o que acontece quando a Lei é abandonada? O abandono da Lei de Moisés não exige o abandono da vida moral? A Lei e a moralidade são termos equivalentes? Para contrariar as dificuldades fundamentais levantadas pela sua teologia sobre o poder da graça em Cristo, Paulo utiliza várias metáforas: o batismo (Rm 6, 1-14), a escravatura (Rm 6, 15-23) e casamento (Rm 7, 1-6). Nesta perícopie, o seu argumento gira em torno da vida cristã como serviço (servidão) a Cristo, uma servidão que não reconhece nenhum outro mestre – especialmente o pecado¹⁴⁷.

A expressão ἀμαρτήσωμεν (Rm 6, 15) não se refere a um pecado particular, mas sim, à ideia geral do pecado humano. O verbo ἀμαρτάνω normalmente refere-se a atos pecaminosos iniciados e levados a cabo por seres humanos. Todos os seres humanos – judeus e gentios – pecam, quer com ou sem a Lei (Cf. Rm 2, 12; 3, 23). O facto de toda a humanidade pecar elimina qualquer distinção entre os que estão nos termos da Lei e os que não conhecem a Lei (Cf. Rm 3, 9.23; 5, 12). Os pecados pessoais estão ligados a Adão, o pai de todos (Rm 5, 12). O pecado humano que começou com Adão continua nas ações dos seus descendentes. Qual é a essência do pecado? A compreensão judaica do pecado refere-se principalmente a uma ofensa contra o único Senhor Deus – um ato de idolatria contra o Deus que tudo criou – em vez de uma ação que tenha causado danos a outros (Cf. Rm 1, 21-25; 8, 7; 1Cor 8, 12). O pecado de Israel significa rebelião contra Deus. É característico de quem não conhece Deus (1Cor 15, 34), ou, mais importante, de quem não oferece glória e graças a Deus (Rm 1, 21-22). Em segundo lugar, o pecado perturba ou prejudica o povo de Deus e a sua criação. A rutura de uma reta relação com Deus resulta na rutura de uma reta relação com as pessoas (Cf. Rm 1, 28-32)¹⁴⁸.

No Judaísmo o conceito de pecado é determinado pela relação com a Lei. A transgressão de qualquer parte da Torá é um pecado, incluindo os aspetos civis e sociais. No entanto, o Apóstolo separa-se da sua tradição de fé judaica, ou melhor, compreende-a à luz de uma nova realidade: a morte e a ressurreição de Cristo. Paulo não equaciona a transgressão contra Deus simplesmente como violação ou ignorância da Lei. Pelo

¹⁴⁷ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 170.

¹⁴⁸ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, pp. 171-173.

contrário, vê o pecado como uma doença do Espírito Humano. Em Rm 5, 13-14, Paulo argumenta que o pecado pode reinar sobre as pessoas mesmo quando não há Lei que o diga. A Lei já não desempenha um papel importante no drama fundamental da relação da humanidade com Deus, agora que ocorreu o evento escatológico da morte e ressurreição de Cristo. A forma fundamental de responder a Deus diz respeito às respostas mais profundas do coração humano em relação ao Senhor Jesus Cristo. A graça não é dada pela Lei (Rm 3, 21-24; 5, 15) mas sim pelo Espírito Santo¹⁴⁹.

Se o motor da vida cristã não é, então, a lei de Deus exterior a nós, mas a força interior da sua graça, não irá isso levar-nos a uma libertinagem em que se peca ainda mais (Rm 6, 15)? A resposta parte da comparação com o regime da escravidão, conhecido dos romanos (Rm 6, 16-18): a vida de um escravo dependia do senhor que o possuía. Mas, a vontade do ser humano não está morta; pode decidir livremente sob o impulso da graça, e deve tomar posições constantemente. Não existe nenhum homem livre que se apoie apenas em si mesmo; só existe o escravo do pecado e, como afirma Paulo, o escravo da obediência à justiça¹⁵⁰. O ser humano não é nunca neutro e inerte. Terá sempre um senhor ao serviço do qual ganhará a vida, ou a morte! Escolhendo o senhor a quem servir, escolhe-se a si mesmo, porque recebe do senhor a tarefa e o salário. A pessoa livre de qualquer opção, simplesmente, não existe. O dilema que se apresenta ao crente batizado é então bem claro e a escolha está já implícita no próprio ato do batismo¹⁵¹. Portanto, um cristão deve necessariamente escapar à escravidão do pecado, uma libertação já realizada sob o efeito da redenção, mas que ainda precisa ser feita com a ajuda do Espírito¹⁵².

Os cristãos escolheram. Depois da iniciativa de Deus, submeteram-se por vontade à doutrina cristã (Rm 6, 17)¹⁵³. Libertados da escravidão ao poder do pecado, converteram-se em «escravos» da justiça¹⁵⁴. As duas ações são simultâneas e complementam-se mutuamente. Mas o vocabulário requer explicação: a segunda escravidão é do mesmo tipo da primeira? Certamente que não, e Paulo está bem ciente da ousadia das suas palavras, usando o mesmo vocabulário para traduzir duas situações mutuamente exclusivas. Daí uma desculpa sob a forma de inciso (v. 19a)¹⁵⁵. No segundo

¹⁴⁹ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 174.

¹⁵⁰ Cf. KUSS, Otto, *Carta a los Romanos, Carta a los Corintios, Carta a los Gálatas*, p. 95.

¹⁵¹ LEENHARD, Franz, *Epístola aos Romanos – Comentário Exegético*, p. 171.

¹⁵² LÉGASSE, Simon, *L'épître de Paul aux romains*, p. 419.

¹⁵³ Cf. KUSS, Otto, *Carta a los Romanos, Carta a los Corintios, Carta a los Gálatas*, p. 96.

¹⁵⁴ Cf. KUSS, Otto, *Carta a los Romanos, Carta a los Corintios, Carta a los Gálatas*, p. 96.

¹⁵⁵ LÉGASSE, Simon, *L'épître de Paul aux romains*, p. 423.

caso, trata-se de liberdade, mas de uma liberdade que seja autenticamente tal. E esta não consiste em fazer, apenas, o que apetece a cada um. Trata-se de uma liberdade que, num ser finito, limitado, como é o ser humano, é uma «liberdade de» e uma «liberdade para». Liberdade do pecado, de tudo aquilo que não nos deixa realizarmo-nos plenamente como seres humanos, e liberdade para realizar-se autenticamente como pessoa, para amar, para chegar a ser aquilo ao qual estou chamado por Deus a ser, se me abro plenamente a Ele, que é a vida plena e verdadeira. Liberdade, portanto, para colocar-se plenamente ao serviço da justiça (Rm 6, 18) salvadora, que é o projeto libertador de Deus para toda a humanidade (cf. Rm 6, 13.19). Só assim se pode alcançar a plenitude humana à qual podemos aspirar, a «vida eterna» (Cf. Rm 6, 22-23)¹⁵⁶.

Na verdade, a escravidão do cristão é liberdade, aquela liberdade que consiste no reconhecimento livre e voluntário da ordem divina e na incardinação à verdadeira realidade. É precisamente esta obediência voluntária a que, em definitivo, conduz à liberdade genuína, que nada tem a ver com a libertinagem e a impureza, coisas que os homens confundem facilmente com a liberdade¹⁵⁷. Com a imagem da escravatura, Paulo não quer indicar a forma como se deve obedecer a Deus (como se nos sentíssemos e fôssemos escravos), mas sim a radicalidade com que devemos cumprir a vontade de Deus, que só pode querer o bem do ser humano. Naturalmente, a linguagem da «escravidão» que Paulo amiúde utiliza neste fragmento corria o perigo de ensombrecer um pouco as relações entre o ser humano e Deus que em Cristo estão claramente marcadas pela responsabilidade pessoal, algo que não tinha, em princípio, um escravo em Roma. Talvez por isto em Rm 6, 19 Paulo diga aos romanos: “*estou a falar em termos humanos, devido à fraqueza da vossa carne*”. Pelos vistos Paulo pensa que os seus adversários podem objetar que o seu modo de pensar está marcado excessivamente pelo modo de pensar humano e não pela revelação de Deus. Mas a escravidão era um fenómeno muito conhecido no mundo romano e na comunidade cristã¹⁵⁸.

Os romanos, noutro tempo, abraçaram uma falsa liberdade, da qual costumam fazer alarde os escravos indefensos do poder do pecado. E qual foi o resultado? Para quem tem os olhos abertos, não foi outro que a miséria e a vergonha, e, em definitivo, a morte temporal e eterna¹⁵⁹. O Apóstolo deseja que os destinatários da sua carta se apresentem

¹⁵⁶ Cf. ALEGRE SANTAMARÍA, Xavier, *Carta a los Romanos*, p. 202.

¹⁵⁷ Cf. KUSS, Otto, *Carta a los Romanos, Carta a los Corintios, Carta a los Gálatas*, p. 96.

¹⁵⁸ Cf. ALEGRE SANTAMARÍA, Xavier, *Carta a los Romanos*, p. 203.

¹⁵⁹ Cf. KUSS, Otto, *Carta a los Romanos, Carta a los Corintios, Carta a los Gálatas*, p. 97.

como escravos da justiça porque o resultado é vida eterna. Um aspeto importante deste verso é que Paulo alerta aqueles que já são cristãos sobre os resultados das suas vidas anteriores e os resultados do pecado. Por que faz este aviso? Existe a possibilidade de que os convertidos ao cristianismo possam deslizar para uma vida de pecado e ilegalidade, uma situação que leva à morte. Os resultados da escravatura do pecado têm uma expressão concreta numa variedade de atos e são vergonhosos quando comparados com o fruto do Espírito¹⁶⁰.

Mas as obras da carne estão à vista. São estas: fornicação, impureza, devassidão, idolatria, feitiçaria, inimizades, contenda, ciúme, fúrias, ambições, discórdias, partidarismos, invejas, bebedeiras, orgias e coisas semelhantes a estas. Sobre elas vos previno, como já preveni: os que praticarem tais coisas não herdarão o Reino de Deus. Por seu lado, é este o fruto do Espírito: amor, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio. Contra tais coisas não há lei (Gl 5, 19-23).

No v. 22, sublinha-se o contraste da antiga era com a nova era que existe por causa do que Deus fez dentro através de Cristo. O convertido, paradoxalmente, vive a sua liberdade como escravo de Deus¹⁶¹. A voz passiva dos verbos ἐλευθερωθέντες e δουλωθέντες enfatiza as ações de Deus. Ao contrário de Rm 6, 18, aqui Paulo fala diretamente sobre a escravidão a Deus e não indiretamente, como quando se referiu à justiça ou obediência. Isto confirma que Paulo utiliza livremente características e ações de Deus a operar no mundo para representar o próprio Deus. A graça revelada, a obediência e justiça representam a efetiva automanifestação de Deus na história. São a experiência de Deus vivida pelo seu povo¹⁶².

A preposição εἰς implica tanto a relação como a distinção entre fruto e santificação. O fruto que os cristãos estão agora a obter contribui para o processo da sua santificação. O tempo presente de ἔχετε aliado ao εἰς expressa a tensão entre o que está a acontecer e o resultado final: a tensão *já/ainda não*. O acoplamento destas palavras indica que a santificação começou, mas ainda não está completa. O processo de santificação continua em curso na vida atual dos crentes. A santificação volta a servir de estado intermédio. Começa com o serviço a Deus e encontra a sua conclusão na vida eterna¹⁶³.

¹⁶⁰ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 206.

¹⁶¹ LÉGASSE, Simon, *L'épître de Paul aux romains*, p. 418.

¹⁶² Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 207.

¹⁶³ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 208.

Mas aqueles que foram resgatados não podem confiar-se meramente na graça de Deus e ignorar a necessidade de obediência concreta, a necessidade imperiosa de seguir a vontade de Deus. Embora as ações humanas não produzam frutos sem a graça de Deus, a graça de Deus não produzirá frutos a menos que os cristãos se esforcem por participar no dom que Deus lhes deu¹⁶⁴. Abandonar a Lei de Moisés não significa abandonar a conduta ética, nem significa que a salvação se perderá. A servidão a Deus dá vida e vida abundante. O verdadeiro serviço a Deus, que é a verdadeira liberdade, oferece o benefício da santificação e da vida eterna. Ações pecaminosas rejeitam o serviço a Deus. Elas expressam a escolha de servir outro mestre e essa escolha leva à morte¹⁶⁵.

O termo ὀψώνια (Rm 6, 23) originalmente referia-se ao pagamento ou rações de um soldado. Os salários do pecado personificado são metaforicamente representados aqui como um general que paga salários aos seus soldados ou como proprietário de escravos que paga uma mesada aos seus escravos. Os destinatários pretendidos da Carta aos Romanos já depositaram a sua fé em Cristo. Foram batizados e colocados em Cristo. No entanto, ainda possuem a capacidade de virar as costas a Deus e voltar para o pecado. Aqueles crentes, que agem como escravos do pecado, receberão os salários do pecado¹⁶⁶.

O dom gratuito de Deus é a vida eterna (τὸ δὲ χάρισμα τοῦ Θεοῦ ζωὴ αἰώνιος). Esta é a meta da vida cristã¹⁶⁷. É impossível saber a que se refere a expressão deste v. 23 sem ter em conta o que antes foi referido em Rm 15, 12-21. Curiosamente, a antítese dos salários do pecado não é o salário de Deus, mas sim a graça de Deus. Deus não deve nada aos homens, daí a escolha de outra palavra, χάρισμα, dom gratuito¹⁶⁸. O contraste deliberado entre os salários do pecado e a graça de Deus implica que a ação pecaminosa tem como prémio a morte, enquanto que a vida eterna não é um prémio para o serviço a Deus, mas é sim um presente dado àqueles que servem a Deus¹⁶⁹.

Deus não paga salários, já que ninguém pode endividá-lo. A conclusão é também notavelmente semelhante ao argumento de Rm 6, 16. Aqueles que estão sob graça não são encorajados a pecar. Se houver indícios de pecado nas suas vidas, então receberão as

¹⁶⁴ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 208.

¹⁶⁵ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 209.

¹⁶⁶ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 209.

¹⁶⁷ Cf. ALEGRE SANTAMARÍA, Xavier, *Carta a los Romanos*, p. 204.

¹⁶⁸ LÉGASSE, Simon, *L'épître de Paul aux romains*, p. 427.

¹⁶⁹ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 209.

consequências que resultam do pecado – a morte. O poder da graça, que não pode ser comparado ao poder do pecado, conduz a uma vida transformada. Essa vida santificada deve encontrar expressão no dia-a-dia do crente. O processo de santificação conduz à vida eterna¹⁷⁰.

A frase final nesta perícopa (ἐν Χριστῷ Ἰησοῦ τῷ Κυρίῳ ἡμῶν) indica que todas as coisas ocorrem dentro e através de Jesus Cristo. É o verdadeiro Senhor a quem os cristãos são chamados a servir. A ascensão final com Cristo conclui o processo de santificação. Cristo justifica aqueles que confiam nele (Rm 3, 24). Através dele, os cristãos reconciliam-se com Deus (Rm 5, 1.10; 2Cor 5, 18). Deus concede o dom da vida eterna àqueles que estão unidos na morte e ressurreição de Jesus¹⁷¹.

4.2.3. Síntese

Como podemos constatar pela exegese, o texto de Rm 6, 15-23, mais do que um texto que aborde a liberdade – ainda que o faça de forma indireta –, aborda fundamentalmente a ação da graça de Deus no ser humano e a necessidade de um agir cristão em conformidade com a opção feita no batismo de mergulhar numa vida configurada com Cristo. Isto leva a que, mais uma vez, se aborde a liberdade de um ponto de vista negativo, ou seja, pelo que a liberdade não é – libertinagem –, em detrimento de uma perspectiva positiva da liberdade. Mas o que nos parece mais grave é que, novamente, se retirem dois versículos do seu contexto, o proporciona uma desvirtuação da temática central do texto e inclusive dos conceitos nele presentes, pois, por exemplo, é impossível saber a que se refere a expressão “dom gratuito” (v.23) sem ter em conta os versículos prévios.

4.3. Mt 6, 19-34

O PEMRC de 2014 propõe apenas o texto de Mt 6, 25-34. Porém, decidimos aqui abordar o texto a partir do v. 19 deste capítulo pois parece-nos que se entende melhor o mesmo, bastando verificar que o v. 25 começa com a expressão “por isso”, o que nos leva de imediato a perguntar “isso, o quê?”.

¹⁷⁰ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 210.

¹⁷¹ Cf. BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, p. 210.

Este texto integra o denominado Sermão da Montanha (Mt 5-7) no qual Jesus propõe o modo de viver segundo a justiça, que consiste em fazer a vontade de Deus, segundo o modelo do Reino que Jesus é o primeiro a proclamar e viver¹⁷². O excerto usa pares de palavras que abarcam uma totalidade: por cima, os pássaros; por baixo, os lírios; os seres humanos, amados por Deus, estão no centro deste universo. A vida e o corpo simbolizam o humano: o centro da pessoa, ψυχή (vida ou «alma»), e as suas relações, σώμα (corpo).

O verbo μεριμνάω (preocupar-se) sugere não tanto uma disposição psicológica quanto os terrenos práticos em que o ser humano gasta prioritariamente as suas energias.

Os discípulos procurarão entrar no Reino (βασιλεία) praticando a justiça (δικαιοσύνη), cujos diversos aspetos estão desenvolvidos no Sermão. A confiança no Pai não implica um desinteresse pelo trabalho, mas um compromisso nas relações que se deduzem da mensagem de Jesus. Assim, segundo a lógica do evangelista, numa nova fraternidade – entregue ao amor excessivo e gratuito do Pai Celeste – poderíamos encontrar a resposta às necessidades humanas mais elementares¹⁷³.

4.3.1. O contexto de Mt 6, 19-34

Após as antíteses (Mt 5, 21-48) e o aviso contra a hipocrisia (Mt 6, 1-18), surge uma terceira parte do coração do Sermão. A unidade desta sequência não é dada pela arquitetura literária, como foi o caso das duas anteriores (as seis antíteses, Mt 5, 21-48, e as três ressalvas, Mt 6, 1-8), mas pelo tom temático. Temos, pois, quatro conjuntos de máximas: o tesouro no céu (Mt 6, 19-21); a luz corporal (Mt 6, 22-23); Deus e Mamom¹⁷⁴ (Mt 6, 24); a procura da justiça (Mt 6, 25-34). As três primeiras unidades (Mt 6, 19-24) são um primeiro conjunto devido ao seu parentesco de forma e conteúdo. A procura da justiça do Reino assume a forma da alternativa a duas atitudes existenciais mutuamente exclusivas (*“ninguém pode servir dois senhores ao mesmo tempo”*, Mt 6,24; *“não se pode servir a Deus e a Mamom”*, Mt 6, 24)¹⁷⁵.

4.3.2. Comentário a Mt 6, 19-34

¹⁷² IRIBARNEGARAY, Teresa, *En el centro, Jesús. Lectura existencial del Evangelio de Mateo*, p. 53.

¹⁷³ TASSIN, Claude, *Evangelio de Jesucristo según san Mateo*, pp. 30-31.

¹⁷⁴ “Mamom” é a transliteração da palavra hebraica “Mamom” (מָמוֹן) que significa literalmente dinheiro. Muitas vezes este termo foi personificado como uma divindade.

¹⁷⁵ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 167.

A construção antitética da primeira unidade (“*não acumuleis tesouros na terra/acumulai tesouros no céu*”), de Mt 6, 19-20, reproduz tanto a estrutura argumentativa como o programa das seis antíteses (Mt 5, 21-48) e os três avisos contra a “hipocrisia” (Mt 6, 1-18). Na verdade, a intenção de acumular tesouros na terra é característica dos “hipócritas” que rezam e jejuam para serem vistos (Mt 6, 2.5.16). Os tesouros terrenos caracterizam-se pela sua vulnerabilidade: não só aqueles que parecem mais delicados, como os tecidos (aos que ataca a traça), mas também os mais sólidos, como os metais (que a ferrugem pode inutilizar). Todos estão expostos à deterioração e, portanto, não podem oferecer segurança para a existência.¹⁷⁶ Acumular tesouros no céu significa depositar a confiança na benevolente providência de Deus, viver no espírito da misericórdia e da gratuidade, e assim cumprir a vontade de Deus. A noção de um tesouro celeste, não sujeito à corrupção, é corrente no Judaísmo¹⁷⁷.

As oposições antitéticas que estruturam Mt 6, 19-24 (tesouros no céu e tesouros na terra, luz e escuridão, os dois senhores) são o ponto de partida para um argumento que, através desta combinação de imagens, cria uma nova visão da realidade para fazer com que os discípulos de Jesus tomem uma decisão¹⁷⁸. O texto convida a acumular tesouros celestiais, assumindo plenamente a ideia de recompensa e fazendo referência à esmola, às obras de caridade ou outras boas ações¹⁷⁹.

A dupla imagem do tesouro (Mt 6, 19-21) mostra que as duas oposições entre a lei e o seu cumprimento, por um lado (Mt 5, 17-48) e entre a “hipocrisia” e a justiça, por outro (Mt 6, 1-18) confrontam duas atitudes existenciais. Uma procura o seu significado e origem na Terra, enquanto a outra a recebe do céu¹⁸⁰.

Em Mt 6, 21 Jesus explica a razão da sua exigência. O discípulo não pode ter o seu coração nas coisas da terra, mas há de tê-lo no céu, ou seja, no Pai celeste. E como o coração está onde se guardam os pertences mais queridos (“o tesouro”), o discípulo deve procurar os bens que não caducam e só neles colocar o seu coração. As boas ações do cristão, cujo mérito “se acumula” diante de Deus, conduzem o coração do discípulo para a comunhão com o Pai: ao esperar só de Deus a recompensa, o seu interesse centra-se nele¹⁸¹. A ideia de Mt 6, 21 é tipicamente judaica. Καρδία é o centro do ser humano, o

¹⁷⁶ Cf. SÁNCHEZ NAVARRO, Luís, *La Enseñanza de la Montaña*, pp. 131-132.

¹⁷⁷ Cf. DUMAIS, Marcel, *O Sermão da Montanha (Mateus 5-7)*, p. 46.

¹⁷⁸ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 168.

¹⁷⁹ Cf. LUZ, Ulrich, *El Evangelio según san Mateo*, p. 503.

¹⁸⁰ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 168.

¹⁸¹ Cf. SÁNCHEZ NAVARRO, Luís, *La Enseñanza de la Montaña*, p. 133.

centro afetivo da pessoa. A palavra “tesouro” indica onde se encontra uma pessoa no seu centro e o que mais lhe importa. O texto extrema radicalmente a exortação de Mt 6, 19s: a questão do dinheiro põe à prova a pessoa. Mt 6, 21 não se refere, pois, a múltiplas formas de apego terreno do ser humano, mas a um aumento hiperbólico da advertência sobre os bens materiais¹⁸².

O símbolo do coração, cujo significado é tomado pela metáfora do olho como luz do corpo (Mt 6, 22-23), é a base de uma visão da realidade não como um dado objetivo, mas marcada pela intencionalidade da subjetividade individual.

A parábola dos dois senhores mostra que o céu e a terra não são compatíveis (Mt 6, 24). Reunir um tesouro na terra ou no céu, e servir Mamom ou Deus revelam atitudes contraditórias¹⁸³.

A quarta unidade da sequência (Mt 6, 25-34) é mais homogênea na forma e no conteúdo. O tema já não é o da atitude do sujeito em relação ao que tem e ao que faz, mas sim, a preocupação com as necessidades básicas da existência. A recomendação de não se preocupar consigo mesmo e com o próprio futuro, mas com o Reino de Deus e a sua justiça (Mt 6, 25) dá o seu título programático ao conjunto. Repete-se duas vezes, com algumas variações, no meio e no final (Mt 6, 31.34). Quatro argumentos sustentam-no: 1. A vida não se reduz à simples (sobre-)vida, sobrevivência (Mt 6, 25); 2. A atenção dada à beleza da criação revela a generosidade gratuita da providência divina (Mt 6, 26-30); 3. Os pagãos preocupam-se em comer, beber e com o que usam porque não reconhecem a bondade do Pai Celestial que cuida das suas criaturas e sabe do que precisam. Os discípulos de Jesus, por outro lado, são libertados desta preocupação e podem preocupar-se com o Reino e com a justiça de Deus (Mt 6, 32-34); 4. O tempo de responsabilidade dos discípulos e ouvintes de Jesus é o presente: a providência de Deus provê o futuro (Mt 6, 35)¹⁸⁴.

A dupla metáfora sobre o tesouro (Mt 6, 19-21) parece, em primeiro lugar, procurar convencer de que é vantajoso acumular os tesouros onde estão seguros, isto é, no céu, onde estão protegidos de traças e vermes. Esta sábia consideração, no entanto, não é a tese a que Mateus convida. É só a premissa. Na verdade, o ponto de viragem decisivo do argumento surge apenas com a máxima que conclui esta primeira unidade “*pois, onde estiver o teu tesouro, aí estará também o teu coração*” (Mt 6, 21). Esta

¹⁸² Cf. LUZ, Ulrich, *El Evangelio según san Mateo*, p. 503.

¹⁸³ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 168.

¹⁸⁴ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, pp. 168-169.

máxima é surpreendente porque introduz uma dimensão inesperada: a nova instância do coração e, com ela, a perspectiva da subjetividade. A mensagem essencial aqui é que a existência deve focar-se naquilo em que pode confiar¹⁸⁵.

A inversão de perspectiva de que é a intencionalidade do sujeito que determina a realidade continua no segundo segmento do argumento (Mt 6, 22-23). A metáfora dos olhos refere-se à atitude do sujeito. A surpresa vem do facto de Mateus inverter o significado da relação entre o olho e o corpo. Com efeito, a ideia não é a ideia habitual de que o olhar revelar a intenção da pessoa, mas pelo contrário, a pessoa é determinada pela intencionalidade encarnada pelo olhar, pois é o próprio corpo que está aqui iluminado ou obscurecido pelo olhar, ou seja, o olhar e a sua intencionalidade decidem a luz ou a escuridão que reina no indivíduo (Mt 6, 23b)¹⁸⁶.

Com o simbolismo dos dois senhores, o texto dá um novo passo. O apego às riquezas é uma verdadeira idolatria, incompatível com a relação filial do discípulo com o seu Pai celeste. O discípulo não pode colocar o seu coração nos bens terrenos¹⁸⁷. Assim, surge o convite a compreender e viver a vida de uma forma que cumpra na perfeição a vontade de Deus. A última das antíteses (Mt 5, 43-48) e o discurso sobre as aves do céu e os lírios dos campos (Mt 6, 25-34) revelam aquilo em que esta perfeição consiste: em perfeita obediência, vivendo da gratidão e graciosa dádiva da providência de Deus. O amor incondicional de Deus constitui a pessoa como subjetividade responsável que se encontra numa relação com Deus, consigo mesmo e com o Outro, porque vive em reconhecimento da gratuitidade da sua misericórdia e do seu infinito amor¹⁸⁸.

O convite, duas vezes repetido por Jesus, para os discípulos não se preocuparem com as suas vidas, com o que comem, bebem, vestem (Mt 6, 25.31) e com o dia seguinte (Mt 6, 34) é um novo apelo à atitude existencial de confiança e obediência que foi expressa no *Pai Nosso*. O verbo μεριμνάω aparece seis vezes (Mt 6, 25.27.28.31.34 [2 vezes]). Nos evangelhos sinópticos μεριμνάω não é uma simples preocupação, mas sim uma preocupação excessiva e mundana. O discípulo não deve preocupar-se pela sua “vida” natural (ψυχή), ou seja, pelo seu sustento. Também não deve apoquentar-se com proteger o seu “corpo” (σώμα) dos agentes externos. O sentido de ambos substantivos, neste excerto, é dado pelos campos semânticos a que aparecem associados: alimento e

¹⁸⁵ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 171.

¹⁸⁶ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, pp. 171 e 172.

¹⁸⁷ Cf. SÁNCHEZ NAVARRO, Luís, *La Enseñanza de la Montaña*, p. 138.

¹⁸⁸ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 174.

vestido, respetivamente¹⁸⁹. Os discípulos não precisam de se preocupar com a sua comida ou com o dia seguinte porque sabem que podem rezar todos os dias: “*Dá-nos hoje o nosso pão*” (Mt 6, 11). No entanto, é exatamente este conhecimento que os distingue dos pagãos¹⁹⁰. Não é, por isso, de estranhar que o Sermão na Montanha estabeleça uma série de correspondências entre o discurso sobre as aves do céu e os lírios dos campos, por um lado, e o Pai Nosso, com a sua introdução, por outro. A razão pela qual os discípulos orientam os seus tesouros e corações para o céu (Mt 6, 19-21), ou se voltam para a luz (Mt 6, 22-23) e se comprometem a servir só a Deus (Mt 6, 24) está na garantia de que a providência misericordiosa de Deus sabe o que precisam e lhes dá dia após dia. Vejamos o quadro seguinte¹⁹¹:

Mt 6, 7-11	Mt 6, 31-34
Nas vossas orações, não useis repetições vãs como os pagãos, porque o vosso Pai celeste sabe do que necessitais antes de vós lho pedirdes. Rezai, pois, assim: Pai nosso... venha o teu Reino, faça-se a tua vontade... Dá-nos hoje o nosso pão de cada dia...	Não vos preocupeis, dizendo: Que comeremos, que beberemos, ou que vestiremos? Os pagãos, esses sim, afadigam-se com tais coisas. o vosso Pai celeste bem sabe que tendes necessidade de tudo isso. Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça, e tudo o mais se vos dará por acréscimo. Não vos preocupeis, portanto, com o dia de amanhã.

A confiança ilimitada e incondicional dos discípulos no seu Pai Celeste baseia-se na consideração de que a vida é “mais” do que comida e o corpo mais do que roupa. No

¹⁸⁹ Cf. SÁNCHEZ NAVARRO, Luís, *La Enseñanza de la Montaña*, p. 139.

¹⁹⁰ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 176.

¹⁹¹ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 176.

entanto, o argumento não explica o que é este “mais”. A resposta vem mais tarde sob a forma de pergunta retórica que observa que ninguém, pelas suas preocupações, pode prolongar a sua vida por “um só côvado” (Mt 6, 27). A razão pela qual vale a pena confiar apenas em Deus é que a vida é um presente que só pode ser recebido como dom da generosa gratuidade do Pai Celeste¹⁹².

Com as aves do céu, os discípulos de Jesus aprenderão que a providência de Deus se preocupa com particular atenção e generosidade com a menor das suas criaturas, e que cuida especialmente deles quando não são capazes de sustentar o seu futuro. As aves do céu não podem semear, ceifar ou recolher em celeiros. É por isso que o Pai Celeste os alimenta. As aves que não trabalham, não são modelo de vida, mas sim, testemunhas da providência de Deus¹⁹³. Quando se afirma que os pássaros não semeiam nem colhem, não se quer com estas palavras incitar à ociosidade e à preguiça, mas sim, apontar que todos podem confiar na providência e bondade de Deus, pois o Pai Celeste preocupa-se com as suas criaturas antes mesmo delas. O dom da providência de Deus em todo o lado é a primeira razão pela qual os discípulos de Jesus podem viver em paz¹⁹⁴. Com o vocativo ὀλιγόπιστοι (*homens de pouca fé*) (Mt 6, 30) sublinha-se um tema fundamental: a fé-confiança do discípulo na solicitude do seu Pai celeste. Este adjetivo, característico de Mateus, é sempre um vocativo dirigido por Jesus aos seus discípulos (Mt 8, 26; 14, 31; 16, 8), que se caracterizam até ao final do seu evangelho pela sua fé imperfeita (cf. Mt 28, 17)¹⁹⁵.

O milagre da providência de Deus deriva da sua credibilidade, do facto de Deus se importar gratuitamente com o inútil e o supérfluo. Aprender com os lírios dos campos significa, em primeiro lugar, aprender a discernir os cuidados com que a providência do Pai Celeste cuida da erva que *hoje está de pé e amanhã será lançada ao fogo*. Aprender com os lírios dos campos, no entanto, também significa que a providência de Deus abraça para si mesma todo este problema dos lírios dos campos que são inúteis, que não trabalham, nem fiam. O convite para contemplar a beleza da criação significa, portanto, reconhecer na beleza inútil dos lírios o sinal do excesso de generosidade, graça e bondade de Deus. A gratuidade da infinita misericórdia do Pai Celeste é revelada pelo Evangelho na inútil e supérflua beleza da criação. O fundamento do Evangelho Paulino está na

¹⁹² Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, pp. 176-177.

¹⁹³ Cf. LUZ, Ulrich, *El Evangelio según san Mateo*, p. 516.

¹⁹⁴ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 178.

¹⁹⁵ Cf. SÁNCHEZ NAVARRO, Luís, *La Enseñanza de la Montaña*, p. 143.

revelação divina que manifesta o Crucificado como o Filho de Deus (Gl 1, 12.16). O fundamento do Evangelho de Mateus, por outro lado, encontra-se na palavra do Filho que veio revelar a vontade do Pai. O Jesus de Mateus fá-lo, prestando atenção à beleza da criação (Mt 5,45; 6, 26-30) e ensinando os seus discípulos a perceber esta beleza como uma expressão da bondade do Pai Celestial¹⁹⁶.

O argumento de evocar os pássaros do céu e os lírios dos campos (Mt 6, 25-34) para chegar à fé no Pai Celeste e à confiança na sua providência é inesperado. Pressupõe uma percepção da beleza da natureza que o Sermão na Montanha traz à luz na história da cultura ocidental e que implica uma sensibilidade para animais e plantas que ainda é desconhecida na antiguidade. A novidade radical deste texto está em ver a beleza no inútil, considerando precisamente o cuidado supérfluo e a generosidade do Criador com a erva que veste com mais esplendor do que Salomão, como a revelação da essência do que caracteriza a providência de Deus¹⁹⁷.

Deve entender-se Mt 6, 31s à luz da fé da comunidade orante, cujo Pai Celeste sabe o que ela necessita mesmo antes de o pedir. Isto deve ter-se em conta, antes de mais, para a exposição dos termos βασιλεία e δικαιοσύνη em Mt 6, 33. Βασιλεία significa o futuro reinado de Deus do qual a comunidade espera participar através do juízo. Δικαιοσύνη significa as obras de justiça que o ser humano deve praticar, ou seja, a conduta que se ajusta a Deus e ao seu Reino. Ao introduzir a palavra “justiça”, Mateus quis mostrar que a procura do Reino não é uma mera espera passiva, mas sim uma praxis concreta da justiça tal como está exposta no Sermão da Montanha. A relação entre a justiça e o Reino de Deus é, segundo Mt 5, 20, a que existe entre a praxis humana e recompensa prometida. Não obstante, o texto não se refere à justiça pelas obras, uma vez que à comunidade se lhe exige uma conduta para com o Pai celestial que conhece as suas necessidades e a escuta antes mesmo das suas preces. A justaposição dos termos βασιλεία e δικαιοσύνη corresponde, pois, à justaposição da segunda e da terceira petição do Pai Nosso, ainda que aqui apareça em primeiro plano a tarefa do ser humano e no Pai Nosso a ação de Deus em favor da humanidade e por meio da humanidade, quando esta lhe suplica¹⁹⁸.

4.3.3. Síntese

¹⁹⁶ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 178.

¹⁹⁷ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 179.

¹⁹⁸ Cf. LUZ, Ulrich, *El Evangelio según san Mateo*, p. 518.

O Evangelista sublinha a ligação lógica entre a quarta parte (Mt 6, 25-34) e as três primeiras (Mt 6, 19-24): “é por isso que vos digo” (Mt 6, 25). A mensagem sobre as preocupações (Mt 6, 25-34) é o resultado da afirmação essencial dos três primeiros grupos de máximas (Mt 6, 19-24). Os discípulos de Jesus não têm de se preocupar com a sua sobrevivência porque acumulam o seu tesouro no céu, porque é aí que eles têm o seu coração e porque não se pode servir dois senhores ao mesmo tempo. Portanto, não faz sentido separar estes dois excertos como o faz o PEMRC de 2014. A proposta de ler as duas sequências como se fossem dirigidas a dois círculos de ouvintes, as três primeiras contendo recomendações para os ricos (Mt 6, 19-24) e a quarta para os pobres (Mt 6, 25-34), não reflete a lógica do argumento¹⁹⁹. Assim, mais uma vez temos um texto retirado do seu contexto.

Por outro lado, a mensagem essencial desta parte do Sermão na Montanha é clara: Jesus, que veio revelar a vontade de Deus como misericórdia e como dom gratuito do amor (Mt 5, 17-48) e que convidou os seus discípulos a não procurarem o sentido da sua existência na terra e no que os outros veem, mas a recebê-lo como presente do Pai Celeste (Mt 6, 1-18), agora sustenta a decisão e a mudança de atitude que requer deles. O discípulo pode e deve depositar toda a sua confiança apenas em Deus (Mt 6, 19-24). O significado desta confiança é reconhecer a generosidade desmedida de Deus na beleza da criação e que esse reconhecimento torna inútil a preocupação com questões efêmeras e convida à procura do Reino e da justiça de Deus (Mt 6, 25-34)²⁰⁰. Desta forma, mais uma vez, concluímos que este não é um texto que fundamente devidamente a perspectiva de liberdade cristã, antes bem, pode dar aso a uma visão da liberdade como despreocupação, desleixo ou preguiça. Aqui, temos um texto que, de novo, aborda o excesso do amor providente de Deus, o Pai celestial.

4.4. 1Cor 10, 23-24

Os cristãos de Corinto eram uma comunidade cheia de vitalidade, mas também agitada e turbulenta, em virtude de uma série de problemas concretos relacionados com a vida prática. Nesta comunidade encontram-se a mensagem cristã e a cultura helenista. Paulo, dotado da cultura grega daquele tempo, possuía os elementos necessários para viabilizar este encontro e apreciar em justa medida as apertações e os limites do espírito

¹⁹⁹ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 169.

²⁰⁰ Cf. STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne*, p. 170.

grego à luz da revelação, introduzindo na Igreja algumas pretensões, mas, simultaneamente, enfrentando os seus riscos²⁰¹.

Datando a carta aproximadamente pelo ano 55, e sabendo que Paulo estivera em Corinto pelos anos 51 a 53, podemos concluir que nenhum dos cristãos de corinto pertencia à jovem comunidade há muito tempo. Este facto e o ambiente agitado da cidade permitem-nos compreender os numerosos extravios que Paulo sente necessidade de corrigir, mas, ao mesmo tempo, o zelo, digno de admiração, patente nos dons tão extraordinários da graça. Uma vez que Paulo aborda ponto por ponto as circunstâncias adversas que lhe comunicaram (1Cor 1-6) e responde à lista de perguntas que lhe dirigiram (1Cor 7-15), esta carta revela-nos a imagem mais original, direta e viva de uma primitiva comunidade cristã²⁰².

4.4.1. O contexto de 1Cor 10, 23-24

Estruturalmente 1Cor pode dividir-se em 5 grandes partes entre uma introdução (1Cor 1, 1-9) e uma conclusão (1Cor 16, 19-24): 1 – Contra os partidismos e as suas causas (1Cor 1, 10 – 4, 21); 2 – Casos de desvios morais (1Cor 5, 1 – 6, 20); 3 – Resposta a diversas questões dos Coríntios (1Cor 7, 1 – 14, 40); 4 – A ressurreição da carne (1Cor, 15, 1-58); 5 – Assuntos ministeriais e pessoais (1Cor 16, 1-18). O texto que abordamos integra a terceira parte, ou seja, integra o leque de respostas de Paulo às questões dos Coríntios. Estas questões debruçam-se sobre quatro grandes temáticas: matrimónio e virgindade (1Cor 7, 1-40), a liberdade e o correto uso da mesma (1Cor 8,1 – 11,1), o comportamento nas assembleias litúrgicas (1Cor 11, 2-34), e os carismas na Igreja (1Cor 12,1 – 14,40). Por seu turno o segundo grande tema pode estruturar-se em quatro apartados: a questão das carnes imoladas aos ídolos (1Cor 8, 1-13), o exemplo que Paulo dá de si mesmo (1Cor 9, 1-27), exemplos de falsa segurança (1Cor 10, 1-13), e algumas decisões práticas no que se refere às carnes imoladas aos ídolos (1Cor 10, 14 – 11,1)²⁰³.

Entre as perguntas formuladas pela comunidade havia uma relativa à conduta a ter face à carne sacrificada aos ídolos. É preciso esclarecer que a pequena comunidade cristã se deparava frequentemente com este problema prático. Não só porque esta carne se vendia no mercado, mas também porque os cristãos viviam com os seus parentes pagãos ou pertenciam a associações profissionais que celebravam as suas festas regulares com

²⁰¹ Cf. WALTER, Eugen, *Primera carta a los corintios*, pp. 5-6.

²⁰² Cf. WALTER, Eugen, *Primera carta a los corintios*, p. 7.

²⁰³ Cf. WALTER, Eugen, *Primera carta a los corintios*, pp. 9-13.

sacrifícios aos deuses. Alguns opinavam que se podia prescindir totalmente do caráter pagão da carne oferecida, porque para um cristão os deuses não são nada. Outros sentiam maior temor e escandalizavam-se perante esta liberdade no comportamento. Já o Concílio de Jerusalém, mesmo reconhecendo às comunidades não oriundas do contexto judaico a sua liberdade em relação à lei de Moisés, tinha dado a indicação para que se abstivessem da carne sacrificada aos ídolos. Mas com tudo isto não se solucionava totalmente o problema. O mais importante para nós não é tanto as decisões tomadas, quanto a fundamentação das mesmas, e que pode servir para novas situações. Paulo formula essas decisões à luz dos melhores princípios cristãos (1Cor 8), explica-as com o seu próprio exemplo (1Cor 9) e com o antítipo dos israelitas no êxodo e no deserto (1Cor 10, 1-13), para finalmente chegar a orientações práticas para os casos mais importantes da comunidade (1Cor 10, 14-33)²⁰⁴.

Ora é no enquadramento destas decisões que surge o texto de 1Cor 10, 23-24 proposto pelo PEMRC de 2014. Concretamente num excerto dedicado a abordar casos particulares (1Cor 10, 23-33).

4.4.2. Comentário a 1Cor 10, 23-24

Torna-se difícil a exegese dos versículos apontados pois, sem os versículos que se lhe seguem, ficam sem suporte algum. 1Cor 10, 23-24 estabelece princípios para posteriormente se apontar três casos concretos (1Cor 10, 25-30)²⁰⁵.

O v. 23 praticamente repete 1Cor 6, 12, aparece de forma abrupta e tal como acontece no capítulo 6 da presente carta marca o início um novo ponto, ainda que sustentado no que antes se afirmou. Uma das pontas soltas do argumento anterior a este versículo é a insistência na εἰσότης (licitude), especialmente no que se relaciona com a liberdade do próprio Paulo para comer alimentos sacrificado aos ídolos vendidos no mercado (1Cor 9, 19-23). Mas o que agora apresenta o texto não é simplesmente uma defesa legitimidade das suas ações, mas o estabelecer das suas próprias atitudes neste assunto como modelo para o comportamento cristão, modelo que, segundo ele, se remonta a Cristo (1Cor 11,1).

Paulo começa com o lema πάντα ἔξεστιν (*tudo é permitido*) e tal como em 1Cor 6, 12, este lema recebe uma dupla modificação ἀλλ' οὐ πάντα συμφέρει (*mas nem tudo é conveniente*) e ἀλλ' οὐ πάντα οἰκοδομεῖ (*mas nem tudo edifica*). Para os coríntios εἰσότης

²⁰⁴ Cf. WALTER, Eugen, *Primera carta a los corintios*, pp. 142-143.

²⁰⁵ Cf. CORDOVA GONZÁLEZ, Eduardo, *1 y 2 Corintios – 1 y 2 Tesalonicenses*, p. 86.

significava a legitimidade para agir como considerassem conveniente. Para Paulo, como com sua própria *εξουσία* em 1Cor 9, 12.18, significava a legitimidade, o poder, para fazer-se servo de todos; ou como aqui, a legitimidade para beneficiar e edificar os outros (1Cor 10, 24). Para Paulo nenhuma outra coisa é verdadeira *εξουσία*.

O v. 24 reitera o v. 23 em forma de parénese geral: “*ninguém procure o seu próprio interesse, mas o dos outros*”. Esta é a primeira aparição desta fórmula nas cartas de Paulo, mas é fundamental para o seu modo de entender a ética cristã. Tanto em Rm 15, 1-3 como em Flp 2, 4 fundamenta esta postura no exemplo de Cristo, e essa é precisamente a forma que aqui usará no seu argumento (1Cor 10,33 – 11, 1)²⁰⁶.

4.4.3. Síntese

O que nos resulta mais estranho na proposta do PEMRC 2014 (1Cor 10, 23-24) é que numa parte da 1Cor em que Paulo aborda a liberdade e o bom uso da mesma, o PEMRC ignore toda a fundamentação apresentada pelo Apóstolo para se focar numa introdução aos casos particulares. Retirar-lhe os versículos que se seguem não legitima o uso do texto para fundamentar a liberdade cristã. Aliás, tendo em conta a faixa etária dos alunos, bem pode induzir a confusão da liberdade com libertinagem. O tudo (1Cor 10, 23) refere-se a quê? Roubar, matar, maltratar? Claramente, a escolha deste texto e a sua descontextualização é mais um equívoco que contribui para uma deficiente fundamentação bíblica da UL sobre a liberdade.

4.5. Uma proposta

Pela extensão do trabalho não nos é possível aqui fazer uma exposição exaustiva de uma proposta de textos bíblicos que poderiam fundamentar melhor a UL da liberdade, especialmente focada numa perspetiva positiva da liberdade, ou seja, que aborde não só a liberdade *menor* (*liberdade de*, a faculdade de escolha), mas sobretudo a liberdade *maior* (*liberdade para*, a finalidade da liberdade) que aponta para o amor e a verdade. No entanto, não quisemos deixar de apontar algumas possibilidades para esse efeito²⁰⁷. Como se poderá constatar a maioria consiste em diálogos ou histórias que podem facilitar a sua abordagem em sala de aula.

- **Gn 3 – A história da liberdade de Adão e Eva.**

²⁰⁶ Cf. FEE, Gordon D., *Primera epístola a los corintios*, p. 542-543.

²⁰⁷ A negrito estão aqueles que destacamos como mais relevantes.

- Gn 37 – A liberdade de os irmãos de José não odiarem, matarem ou venderem.
- Gn 39 – A liberdade José de não ceder à tentação de dormir com a mulher do seu senhor, Potifar.
- Gn 42-45 – A liberdade de José de não querer vingança sobre os seus irmãos.
- Ex 1 – A liberdade das parteiras dos hebreus ao decidir não matar os filhos varões dos hebreus.
- Ex 2, 1-10 – A liberdade da filha do Faraó que decide “adotar” Moisés.
- Ex 2, 11-15 – O assassinio e fuga por parte de Moisés.
- Ex 5 – A decisão do Faraó de não libertar o povo hebreu.
- **Ex 14 – A libertação dos filhos de Israel do Egipto.**
- Ex 21 – Leis que atribuem direitos aos escravos, inclusive a possibilidade de serem livres.
- **Dt 5 – O decálogo: “Não voltarás a ser escravo”.**
- Dt 17, 14-20 – Limites à liberdade do rei.
- Js 2 – A escolha de Raab.
- Jz 16 – Sansão e Dalila.
- 1Sm 16 – A escolha livre de David.
- 1Sm 24 – David livremente não mata Saúl.
- 2Sm 11 – David apaixonava-se por Betsabé e elimina o seu marido para poder ficar com ela.
- 1Rs 3 – Salomão e o dom do entendimento para governar, para discernir entre o bem e o mal.
- Tb 4 – O discurso de Tobite a seu filho Tobias.
- Jdt 5-11 – Ação livre de Judite.
- Jb 2 – Job na sua liberdade decide não desdizer a Deus.
- Jr 26, 1-16 – O julgamento de Jeremias.
- Jr 34,8ss – A violação da liberdade contra os escravos.
- 2Mac 7 – A decisão livre dos mártires hebreus que não se deixam condicionar pelas ameaças²⁰⁸.
- **Dn 6 – Daniel, na sua liberdade, mantém-se fiel.**
- Mt 2 – Os magos tomam um caminho diferente do pretendido por Herodes.

²⁰⁸ No entanto, este texto pode ser um pouco violento para ser trabalhado nestas idades.

- **Mt 4 – As tentações de Jesus, um desafio à liberdade.**
- **Mt 27 – O processo de Jesus. Dar a vida por amor, o supremo ato de liberdade²⁰⁹.**
- **Mc 10, 17ss - O homem rico: liberdade face às coisas ou as coisas que impedem a liberdade.**
- Act 22 – Paulo recorre a Roma como cidadão romano livre.

²⁰⁹ Este parece-nos ser um texto fundamental para abordar a liberdade. O mais curioso é que o PEMRC proponha falar da Páscoa como libertação, mas não proponha qualquer texto bíblico sobre a Páscoa Cristã. Aliás, é corrente a dificuldade em encontrar no PEMRC referências bíblicas referentes à paixão e morte de Jesus, e ainda mais à sua ressurreição.

CONCLUSÃO

Ao terminar este trabalho a principal constatação é do muito que ainda há a percorrer na tarefa de lograr uma fundamentação bíblica e, particularmente neotestamentária, que permita a elaboração de uma UL que apresente verdadeiramente a proposta de liberdade cristã aos alunos de EMRC. A tarefa é árdua e complexa.

Tomamos como ponto de partida uma aclaração com respeito às dimensões do conceito filosófico e à perspetiva da antropologia cristã no que concerne à liberdade. Especificamente, a análise da liberdade para o bem (da própria pessoa e dos outros), da liberdade fundamental e, sobretudo, a descoberta do amor como plena manifestação da liberdade, permitiu-nos adquirir algumas ferramentas para abordarmos a proposta vigente da UL da liberdade por parte do SNEC e identificarmos algumas lacunas na mesma: muitas das formulações das competências, metas e AE estão desajustadas ao tratamento temático da liberdade em sala de aula e à faixa etária a que se propõe; por outro lado, as metas propostas pelo PEMRC claramente não são todas exequíveis; acresce ainda o facto de encontrarmos frequentemente formulações evidentemente catequéticas, e que confundem conteúdos com objetivos, moralismos e recursos.

Mas o principal problema que identificamos consiste numa visão da liberdade centrada em demasia na liberdade individual, na liberdade de condicionalismos, solipsista, preocupada em demasia com evitar comportamentos pretensiosamente perigosos. Ao indagar sobre as razões que pudessem levar a esta situação, identificamos prontamente que a fundamentação neotestamentária não era a adequada. Foi nessa análise que nos aventurámos.

Primeiramente, procurámos conquistar uma *liberdade de* alguns condicionalismos do PEMRC que nos retinham numa proposta de UL manifestamente aquém da perspetiva da antropologia cristã, em virtude de uma equívoca fundamentação neotestamentária onde, mais do que procurar fundamento, se procura uma manipulação dos textos bíblicos, através da amputação dos mesmos e da sua descontextualização, de maneira a enquadrá-los com os conteúdos escolhidos. Dito de outra forma, os conteúdos – ou os recursos identificados como tal – extraem os textos, quando os conteúdos deveriam emanar dos textos.

Em segundo, lugar abrimos espaço a uma *liberdade para* um ulterior trabalho que encontre a melhor forma de revelar que na liberdade há muito mais do que uma consciência individual e egocêntrica.

As palavras do Papa Francisco proclamadas na audiência geral na Praça de São Pedro a 12 de setembro de 2018 podem ajudar-nos:

“O que é a verdadeira liberdade? Consiste porventura na liberdade de escolha? Certamente, esta é uma parte da liberdade, e engajamo-nos para que seja garantida a cada homem e mulher (cf. GS 73). Mas bem sabemos que fazer o que desejamos não é suficiente para ser verdadeiramente livres e nem sequer felizes. A verdadeira liberdade é muito mais!

Com efeito, há uma escravidão que acorrenta mais do que uma prisão, mais que uma crise de pânico, mais que uma imposição de qualquer tipo: trata-se da escravidão do próprio ego. (...) O ego pode tornar-se um verdugo que tortura o homem, onde quer que ele se encontre, provocando-lhe a mais profunda opressão, aquela que se chama “pecado”, que não é banal violação de um código, mas fracasso da existência e condição de escravos (cf. Jo 8, 34). Afinal, o pecado é dizer e fazer ego. (...) Caros irmãos e irmãs, quem é, por conseguinte, o verdadeiro escravo? (...) Quem não é capaz de amar! (...) Somos escravos de nós mesmos e não podemos amar, porque o amor é sempre pelos outros.

O amor verdadeiro é a liberdade autêntica: desapega da posse, reconstrói os relacionamentos, sabe acolher e valorizar o próximo, transforma em dom jubiloso todo o cansaço, tornando-nos capazes de comunhão. O amor liberta até na prisão, mesmo se somos frágeis e limitados. Esta é a liberdade que recebemos do nosso Redentor, nosso Senhor Jesus Cristo”²¹⁰.

Em suma, cremos que o caminho a seguir consistirá numa fundamentação bíblica que revele a verdadeira liberdade que se experimenta no ato de amar. É o amor a verdadeira manifestação da mais autêntica das liberdades. Apresentar uma visão da liberdade que o ignore ou menospreze, pode ser válido noutros âmbitos, mas nunca no contexto de uma Educação Moral e Religiosa Católica, pois será sempre renunciar à essência da mesma, velando uma parte fundamental do próprio Jesus Cristo, referência maior da mais sublime e perfeita das liberdades.

²¹⁰ FRANCISCO, Papa, *Catequese sobre os Mandamentos – 8*, Audiência geral na Praça de São Pedro a 12 de setembro de 2018, disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2018/documents/papa-francesco_20180912_udienza-generale.html

BIBLIOGRAFIA

Sagrada Escritura

- BÍBLIA SAGRADA – Missionários Capuchinhos, Lisboa: Difusora Bíblica, 4.^a Edição, 2002.

Geral

- AMBRÓSIO, Juan, *As religiões na escola*, Revista Portuguesa de Ciência das Religiões, 2002, n.º 2.
- AMBRÓSIO, Juan, *Painel Pessoa, Cultura e Fé*, in *Fórum do Ensino Religioso em Portugal*, Lisboa: SNEC, 1997.
- BALTHASAR, Hans Urs von – *Só o amor é digno de fé*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2008.
- COLOM, Enrique; RODRÍGUEZ LUÑO, Ángel, *Elegidos en Cristo para ser santos*, Curso de Teología Moral Fundamental, Madrid: Ediciones Palabra, 2000
- COUTINHO, Vitor, *A vida nova em Cristo. A identidade da ética cristã à luz da moral de São Paulo*, in *Humanística e Teologia*, 2011, 32:1.
- FLECHA ANDRÉS, José Roman, *Teologia Moral Fundamental*, Sapientia Fidei, Série de Manuales de Teología, 8, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.
- GNILKA, Joachim, *Jesus de Nazaré, mensagem e história*, Lisboa: Presença, 1999.
- HÄRING, Bernhard – *Livres e fiéis em Cristo : teologia moral para sacerdotes e leigos*. Vol. 1. 3.^a edição. São Paulo: Paulinas, 1984.
- KOHLBERG, Lawrence – *Essays on Moral Development: Vol. I. The Philosophy of Moral Development: Moral Stages and the Idea of Justice*. San Francisco: Harper & Row, 1981.
- MOREIRA, Antónia Alberta Barbosa – *Liberdade e educação: como vivem o valor da liberdade os alunos do 8º Ano que frequentam a disciplina de EMRC, na Escola de EB 2/3 de Campo*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, 2010.
- PACHECO, José Augusto – *Currículo: Teoria e Práxis*. Coleção Ciências da Educação n.º. 22. 2.^a Edição. Porto: Porto Editora, 2001.

- RATZINGER, Joseph, *Jesús de Nazaret, Primera parte. Desde el Bautismo a la Transfiguración*, Madrid: La esfera de los libros, 2007.
- ROCHA, Sandra Teresa Ferraz – *EMRC e escola do século XXI: aproximação a um estudo de caso*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, 2010.
- ROLDÃO, Maria do Céu – *Gestão Curricular. Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Ministério da Educação Departamento da Educação Básica, 1999.
- SPRINTHALL, Norman A. – *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista*. 2.^a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- SPRINTHALL, Norman & SPRINTHALL, Richard, *Psicologia do Adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista*, Amadora: Editora McGRAW-HILL, 1993.
- THONG, Tran – *Estádios e Conceito de Estádio de Desenvolvimento da Criança na psicologia contemporânea*, vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

Específica do Evangelho de Lucas

- ALETTI, Jean-Noël, *Il racconto come teologia, Studio narrativo del terzo Vangelo e del libro degli Atti degli Apostoli*, Roma: Edizioni Dehoniane, 1996.
- BOVON, François, *El Evangelio según Lucas III (Lc 15, 1 – 19, 27)*, Biblioteca de Estudios Bíblicos, Salamanca: Ediciones Sígueme, 2004.
- CARRILLO ALDAY, Salvador, *El evangelio según San Lucas*, Estella, Navarra: Editorial Verbo Divino, 2009.
- FITZMYER, Joseph A., *El evangelio según Lucas*, vol. III, Traducción y comentario (Lc 8, 22 – 18, 14). Madrid: Ediciones Cristiandad, 1987.
- GÓMEZ ACEBO, Isabel, *Lucas*, Guías de lectura del Nuevo Testamento, Estella, Navarra: Editorial Verbo Divino, 2008.
- LANGNER, Córdula, *Evangelio de Lucas Hechos de los Apóstoles*, Biblioteca Bíblica Básica 16, Estella, Navarra: Editorial Verbo Divino.
- RAMIS DARNER, Francesc, *Lucas, Evangelista de la Ternura de Dios, Diez catequesis para descubrir al Dios de la Misericordia*, Estella, Navarra: Editorial Verbo Divino, 1998.
- SAOUT, Yves, *Evangelio de Jesucristo según San Lucas*, Cuadernos Bíblicos n.º 137, Estella, Navarra: Editorial Verbo Divino, 2018.

- SCHMID, Josef, *El evangelio según San Lucas*, Comentario de Ratisbona al Nuevo Testamento III, Barcelona: Editorial Herder, 1968.

Específica da Carta aos Romanos

- ALEGRE SANTAMARÍA, Xavier, *Carta a los Romanos*, Estella, Navarra: Editorial Verbo Divino, 2012.
- BRADY, Patrick J., *The process of sanctification in the christian life. An exegetical-theological study of 1 Thess 4, 1-8 and Rom 6, 15-23*, Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2008.
- KUSS, Otto, *Carta a los Romanos, Carta a los Coríntios, Carta a los Gálatas*, Comentario de Ratisbona al Nuevo Testamento, Barcelona: Herder, 1976.
- LEENHARD, Franz, *Epístola aos Romanos – Comentário Exegético*, São Paulo: ASTE, 1969.
- LÉGASSE, Simon, *L'épître de Paul aux romains*, Lectio Divina: commentaires 10, Paris: Cerf, 2002.
- WRIGHT, Nicholas Thomas, *Pauline Theology*, Volume III, Minneapolis: Fortress, 1995, pp. 30-67.

Específica do Evangelho de Mateus

- DUMAIS, Marcel, *O Sermão da Montanha (Mateus 5-7)*, Cadernos Bíblicos 64, Lisboa: Difusora Bíblica, 1999.
- IRIBARNEGARAY, Teresa, *En el centro, Jesús. Lectura existencial del Evangelio de Mateo*, Maliaño (España): Sal Terrae, 2018.
- LUZ, Ulrich, *El Evangelio según san Mateo*, vol. I (Mt 1–7). Salamanca: Sígueme, 1993.
- SÁNCHEZ NAVARRO, Luís, *La Enseñanza de la Montaña, Comentario contextual a Mateo 5-7*, Estella, Navarra: Editorial Verbo Divino, 2005.
- STIEWE, Martin; VOUGA, François, *Le Sermon sur la Montagne, Un abrégé de l'Évangile dans le miroitement de ses interprétations*, Genève: Labor et Fides, 2002
- TASSIN, Claude, *Evangelio de Jesucristo según san Mateo*, Cuadernos Bíblicos 129, Estella, Navarra: Editorial Verbo Divino, 2006.

Específica da Primeira Carta aos Coríntios

- CARREZ, Maurice, *A primeira Carta aos Coríntios*, Cadernos bíblicos 55, Lisboa: Difusora Bíblica, 1996.
- CÓRDOVA GONZÁLEZ, Eduardo, *1 y 2 Corintios – 1 y 2 Tesalonicenses*, Biblioteca Bíblica Básica 19, Estella, Navarra: Editorial Verbo Divino, 2014.
- FEE, Gordon D., *Primera epístola a los corintios*, Buenos Aires: Nueva Creación, 1994.
- QUESNEL, Michel, *As cartas aos coríntios*, Cadernos bíblicos 45, Lisboa: Difusora Bíblica, 1994.
- WALTER, Eugen, *Primera carta a los corintios*, Barcelona: Herder, 1971.

Dicionários

- BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard, *Diccionario Exegético del Nuevo Testamento*, Vol. II, Salamanca: Sígueme, 2002.
- BEINERT, Wolfgang – *Diccionario de teología dogmática*, Barcelona: Herder, 1990.
- PIANA, G., *Libertad y responsabilidad*, in COMPAGNONI, F.; PIANA, G.; PRIVITERA, S. – *Nuevo Diccionario de Teología Moral*, Madrid: Paulinas, 1992.
- EICHER, Peter – *Diccionario de conceptos teológicos*, Barcelona, Herder, 1990.
- PIANA, G., *Libertad. Aspecto teológico-moral*, in PACOMIO, L.; ARDUSSO, Fr.; FERRETTI, G.; Ghiberti, G.; MOIOLI, G.; MOSSO, D.; PIANA, G.; SERENTHÀ L. – *Diccionario teológico interdisciplinar*, vol. III, Salamanca: Sígueme, 1982-1983.
- DEMMER, Klaus, *Libertad*, in POTTER, Hans; VIRT, Günter – *Nuevo Diccionario de Moral Cristiana*, Barcelona, Herder, 1993.

Documentos da Igreja Católica

- BENTO XVI, Papa – *Deus caritas est*, Lisboa: Paulus Editora, 2005.
- BENTO XVI, *Discurso aos artistas*, 21 de Novembro de 2009, na Capela Sistina disponível em https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20091121_artisti.html
- BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-sinodal Verbum Domini*, Lisboa: Paulus, 2010.

- COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ – *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa, SNEC, 2007.
- COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ – *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: SNEC, 2014.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *A Escola em Portugal. Educação integral da pessoa humana*, Lisboa, 2008.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *EMRC Um valioso contributo para a formação da personalidade*. Fátima: 2006.
- CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA – *Educar na escola. Documento do Magistério para a Educação*, Prior Velho: Paulinas, 2007.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ – *Liberdade cristã e libertação*, Voz da Igreja 15. Braga: Apostolado da Oração, 1986.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO – *Directório Geral da Catequese*. Lisboa: Gráfica de Coimbra, 1997.
- CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ – *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. S. João do Estoril: Principia, 2005.
- IGREJA CATÓLICA. II Concílio Vaticano, 1963-1965 – *Constituição Dogmática Dei Verbum*. 11.ª Edição. Braga: Apostolado da Oração, 1992.
- IGREJA CATÓLICA. II Concílio Vaticano, 1963-1965 – *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. 11.ª Edição. Braga: Apostolado da Oração, 1992.
- IGREJA CATÓLICA – *Catecismo da Igreja Católica*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993.
- JOÃO PAULO II, *Veritatis Splendor – O Esplendor da Verdade*, Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1993.
- SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ – *Educar para a liberdade e para o amor. Conceitos e pedagogia*. Temas de Educação Cristã n.º 8. Lisboa: Gráfica Almondina, 1991.
- SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ – *Quero descobrir, Manual do Aluno 8.º ano de Educação Moral e Religiosa Católica*, Lisboa: SNEC, 2015.
- SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ – *Aprendizagens essenciais, 8.º ano de escolaridade*, p. 9, disponível em http://www.educris.com/v2/centrorecursos/download.php?t=doc&f=emrc_3c_8a_190222090743.pdf

Documentos emanados do Ministério da Educação

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, *Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz*, disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_a_Defesa_a_Seguranca_e_a_Paz/documentos/refecencial_seguranca_online2016.pdf.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – DIREÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO – *Referencial Dimensão Europeia da Educação para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*, disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Dimensao_Europeia_Educacao/referencial_dimensao_europeia.pdf
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*, disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento.pdf
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – DIREÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO – *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, disponível em https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

Legislação

- LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS – *Lei n.º 46/86, de 14 de outubro*, Diário da República n.º 237/1986, Série I.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro*, Diário da República, n.º 15/2001, Série I – A.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril*. Diário da República, n.º 79/2008, Série I.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – *Despacho n.º 17169/2011 de 23 de setembro*: Diário da República n.º 245/2011, Série II.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – *Despacho n.º 5306/2012 de 18 de abril*: Diário da República n.º 77/2012, Série II.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – *Decreto-Lei 137/2012, de 2 de Julho*, Diário da República n.º 126/2012, Série I.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – *Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho*, Diário da República n.º 129/2012, Série I.
- SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, Diário da República n.º 143/2017, Série II
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS – *Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho*, Diário da República n.º 129/2018, Série I.